



*Eduardo Prado*

# A ILUSÃO AMERICANA

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

11

SENADO FEDERAL



*A ILUSÃO AMERICANA*  
O LIVRO PROIBIDO

No dia 4 de dezembro de 1893, foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte, a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou na oficina e mandou juntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia. No mesmo dia, *A Platéia* publicava o seguinte:

Um *interview* com o dr. Eduardo Prado. – Como sabem os nossos leitores, apareceu à venda o novo livro do dr. Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, cuja aparição nos ocupamos no último número desta folha. Todos os exemplares postos à venda no sábado foram vendidos. Soubemos nesse dia que a polícia proibiu a venda do livro.

O nosso colega Gomes Cardim, por ir lendo num bonde a obra proibida, foi levado à polícia. O mesmo aconteceu com um cavalheiro, de cujas mãos, na Paulicéia, foi arrancado um exemplar por um polícia secreta.

Um redator desta folha foi procurar o autor para ouvir da sua boca as suas impressões relativas ao sucesso do seu livro e o seu parecer sobre a proibição.

O dr. Eduardo Prado recebeu muito graciosamente o nosso companheiro, e não pareceu dar muita importância nem ao livro nem à sua proibição.

Eis, mais ou menos, o que ele nos disse:

– Na minha infância, havia na rua de São Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta onde vinha pintado

(continua na orelha da contracapa)

um leão que, raivoso, metia o dente numa bota.

Por baixo lia-se: rasgar pode – descoser não. Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: Proibir podem, responder não.

Quanto ao honrado chefe de polícia, penso que S. Exa. lisonjeou-me por extremo julgando a minha prosa capaz de derrotar instituições tão fortes e consolidadas como são as instituições republicanas no Brasil.

Demais, S. Exa. pode dizer-se que, só por palpite, proibiu o livro. Saiu o volume às quatro horas e, às cinco, foi proibido antes da autoridade ter tempo de o ler.

Confesso que a publicação foi um ato de ingenuidade da minha parte. Não quero dizer que confiei, e por isso digo antes que estribei-me no art. 1º do Decreto nº 1.565, de 13 de outubro passado, regulando o estado de sítio. O vice-presidente da República e o senhor seu ministro do Interior disseram nesse artigo:

“Art. 1º É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina política.” E com suas assinaturas empenharam a sua palavra nessa garantia. Escrevo um livro sustentando a doutrina política de que o Brasil deve ser livre e autônomo perante o estrangeiro, e adoto o aforismo de Montesquieu, de que as repúblicas devem ter como fundamento a virtude.

O governo é contrário a essas opiniões, e está no seu direito. Manda, porém, proibir o livro! Onde está a palavra do governo, dada solenemente num decreto, em que diz garantir a propaganda de qualquer doutrina política?

A sabedoria popular diz: palavra de rei não volta atrás.

– O povo terá de inventar outro provérbio para a palavra do vice-presidente da República.



# A ilusão americana

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Eduardo Prado

# A ilusão americana

Edições do Senado Federal

vol. 11

2ª Edição

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 11

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Gonçalves, Beatriz Hilário, Cristiano Ferreira, Emilly Monteiro, Luana Oliveira e Mariana Sanmartin

Capa: Thomas Gonçalves e Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Eduardo Franco e Joana Franches

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.leg.br](mailto:cedit@senado.leg.br)

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

---

Prado, Eduardo, 1860-1901.

A ilusão americana / Eduardo Prado. -- 2. ed -- Brasília :

Senado Federal, 2024.

120 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 11)

Inclui notas explicativas e bibliográficas.

ISBN: 978-65-5676-520-4

1. Relações exteriores, Estados Unidos, Brasil. 2. Doutrina Monroe.

I. Título. II. Série.

CDD 327.730981

---

## SUMÁRIO

AOS ENTUSIASTAS DA AMIZADE AMERICANA 7  
*Rui Barbosa*

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO 9

---

**A ILUSÃO AMERICANA 11**

I 13

II 65

III 91

IV 97

V 115

APÊNDICE 118



## AOS ENTUSIASTAS DA AMIZADE AMERICANA

*Rui Barbosa*

E, quando Ulysses Grant, mais tarde, vindo à Europa cobizou a honra de visitá-lo (Victor Hugo), o poeta republicano recusou-se a receber na sua casa *un tel goujat*.

As nossas contas com os negociantes de fraternidade norte-americana são ainda mais sérias. Entretanto, há, entre nós, nativistas, que projetam estátuas a Monroe, julgam praticar ato de republicanos, suscitando para amparo do Brasil o protetorado dos Estados Unidos.

Se esses entusiastas quisessem refletir, eu lhes encomendaria o folheto precioso com que o sr. Eduardo Prado acaba de enriquecer a literatura brasileira: *A Ilusão Americana* (2ª edição). Esse livro teve singular destino: no Brasil foi proibido uma hora depois de posto à venda, isto é, proibido antes de lido; em Portugal, depois de composto na Imprensa Nacional, não pôde ser editado por ela. A sua publicação em São Paulo comprometia as boas relações entre o marechal Peixoto e o presidente Cleveland; a sua tiragem em Lisboa embaraçava a reconciliação entre o ministro Hintze e o marechal Peixoto. Sejamos gratos à polícia florianista e à política lusitana. A primeira fez passar o livro pelo cadinho de novos estudos, habilitando o autor a retificar, pelo exame das fontes no British Museum, os elementos da sua narrativa; a segunda levou-o a sair à luz em pleno Paris. Uma e outra conspiraram para dar a maior notoriedade a esse opúsculo, absolutamente novo no assunto, em que, como repositório de verdades ignoradas, é o mais oportuno serviço ao Brasil. Se, lido ele, ainda restarem, nesse país, fundidores de monumentos monroinos e cunhadores de medalhas benhamitas, estarão, nesse

caso, confirmadíssimas as palavras em que o famoso Almirante, no seu discurso ao United States Service Club, se referiu às manifestações oficiais da simpatia brasileira, que selaram a nossa humilhação como reconhecimento dos humilhados. O egrégio Benham atribuía publicamente essas festas a um sentimento, que teve a gentileza de não definir, mas cuja natureza lisonjeira à nossa honra as gargalhadas do auditório militar em Nova York não deixam dúvida razoável: “Essa amizade baseia-se no respeito, e talvez em alguma coisa mais. *That friendship is founded on respect with perhaps a little tinge of something else.*”

(*Obras completas*, vol. XXIII, 1896, Tomo 1 – Cartas de Inglaterra, edição do Ministério da Educação e Saúde – 1946, págs. 42 e 43.)

## APRESENTAÇÃO À 2<sup>a</sup> EDIÇÃO

Este trabalho, já editado no Brasil e agora reimpresso no estrangeiro, merece vir de novo à luz, ainda na falta de próprio interesse.

Este desprezioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito; lê-lo, conspiração; crime, havê-lo escrito.<sup>1</sup> Antes da dolorosa provação que sob o nome de república tanto tem amargurado a pátria brasileira, nenhum governo se julgou fraco e culpado ao ponto de não poder tolerar contradições ou verdades, nem mesmo as de uma crítica impessoal e elevada. Eram jovens os nossos bisavós quando foi extinto o Santo Ofício. Desde então, em nosso país, nunca mais o poder ousou interpor-se entre os nossos raros escritores e o seu escasso público. Julgavam todos definitiva essa conquista liberal, mas o governo republicano do Brasil, tristemente predestinado a agir sempre contra a civilização, a todos desenganou. Na República, o livro não teve mais liberdade do que o jornal, do que a tribuna, nem mais garantias do que o cidadão. Disse um romano que os livros têm o seu destino. O deste não foi dos piores, honrado, como foi, com as iras dos inimigos da liberdade. A própria verdade não proclamou felizes os que sofrem perseguição pela justiça?

*Londres, 7 de novembro de 1894.*

---

1 Vide apêndice.



# A ILUSÃO AMERICANA



## I

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo.

O fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância.

Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de ser irmãs? Em plena Europa monárquica não existem a França e a Suíça republicanas? Que fraternidade há entre a França e a Alemanha, entre a Rússia e a Áustria, entre a Dinamarca e a Prússia? Não pertencem essas nações ao mesmo continente, não são próximas vizinhas, e deixam, porventura, de ser inimigas fúteis? Pretender identificar o Brasil com os Estados Unidos, pela razão de serem do mesmo continente, é o mesmo que querer dar a Portugal as instituições da Suíça, porque ambos os países estão na Europa.

A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as ações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa. O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que em sangrentíssimas guerras com a República de El Salvador, inimiga rancorosa da Nicarágua, feroz adversária de Honduras, que não morre de amores pela República da Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas essas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde fica a confraternização das repúblicas?

A Colômbia e a Venezuela odeiam-se de morte. O Equador é vítima, nunca resignada, ora das violências colombianas, ora das pretensões

do Peru. E o Peru? Já não assaltou a Bolívia, já não se uniu depois a ela numa guerra injustíssima ao Chile? E o Chile, já não invadiu duas vezes a Bolívia e o Peru, não fez um horroroso morticínio de bolivianos e peruanos na última guerra, talvez a mais sangrenta deste século? E o Chile não tem somente esses inimigos: o seu grande adversário é a República Argentina. Este país, que tem usurpado territórios à Bolívia, obriga o Chile a conservar um exército numeroso, e ninguém ignora que um conflito entre aqueles países é uma catástrofe que, de um momento para o outro, poderá rebentar. O ditador França, o verdugo taciturno do Paraguai, que Augusto Comte coloca entre os santos da humanidade venerados no calendário positivista,<sup>2</sup> por ódio aos argentinos e aos outros povos americanos, enclausurou o seu país durante dezenas de anos.

A República Argentina é a adversária nata do Paraguai. López atacou-a, e ela secundou o Brasil na sua guerra contra o Paraguai. E que sentimento tem a República Argentina pelo Uruguai? Não há um só homem de estado argentino que não confesse que a suprema ambição do seu país é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos Aires, pela conquista do Paraguai e do Uruguai.

Eis aí a fraternidade americana.

\* \* \*

Voltando para o sol que nasce, tendo, pela facilidade da viagem, os seus centros populosos mais pertos da Europa que da maioria dos outros países americanos; separado deles pela diversidade da origem e da língua; nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações. Dizem os geólogos que o Prata e o Amazonas foram, em tempo, dois longos mares interiores que se comunicavam. O Brasil, ilha imensa, era por si só um continente. As aluviões, os levantamentos do fundo daquele antigo Mediterrâneo soldaram o Brasil às vertentes orientais dos Andes. Essa junção é, porém, superficial; são propriamente suas e independentes as raízes profundas e as bases eternas do maciço

---

2 É antiga, como se vê, a predileção positivista pelos déspotas sul-americanos.

brasileiro. Por isso não vêm até as praias brasileiras as convulsões vulcânicas do outro sistema. Quando muito, chegam as vibrações longínquas, tênues e sutis que os instrumentos registram, mas que os sentidos não percebem. Conta o missionário jesuíta Samuel Fritz que, em 1698, uma terrível erupção andina transmutou o Solimões, o rio brasileiro, num “rio de lama”, e que, apavorados, os índios viam naquilo a cólera dos deuses. Parece que, na ordem política, tais têm sido as erupções espanholas revolucionárias que, afinal, conturbaram as águas brasileiras. A torrente, porém, não é só de lama, porque é de lama e é de sangue.

Estudem-se, um por um, todos os países ibéricos americanos. O traço característico de todos eles, além da contínua tragicomédia da ditadura, das constituintes e das sedições, que é a vida desses países, é a ruína das finanças.

E, na ruína das finanças, o ponto principal é o calote sistemático, o roubo descarado feito à boa-fé dos seus credores europeus. Os ministros da Fazenda das repúblicas espanholas, por meio de empréstimos que não são pagos, têm extorquido mais dinheiro das algibeiras europeias do que jamais a Europa tirou das minas de ouro e prata da América. Tomemos os fantásticos orçamentos destes países; e, no meio dos déficits pavorosos e das mais indecentes falsificações, na irregular contabilidade pública que conservam esses países, onde os dinheiros do estado são gastos e apropriados pelos presidentes com uma sem-cerimônia de que é incapaz o czar da Rússia, o que é que vemos? Lá está o celeberrimo orçamento da guerra a tudo devorar. Lá estão as dezenas de generais, as centenas de coronéis e os milhares de oficiais.

É a prova de que não existe fraternidade americana.

Se as nações americanas vivessem ou pudessem sequer viver como irmãs, não precisariam esmagar de impostos o contribuinte nem arrebentar os respectivos tesouros, defraudando os credores com a compra desses armamentos e aparatos bélicos tão destruidores da prosperidade nacional.

Falemos agora da grande república norte-americana, e vejamos quais os sentimentos de fraternidade que ela tem demonstrado pela América Latina, e qual influência moral ela tem tido na civilização de todo o continente.

\* \* \*

No último quartel do século passado, homens extraordinários, da velha estirpe saxônia, revigorada pelo puritanismo, e alguns deles bafejados pelo filosofismo, surgiram nas treze colônias inglesas da América do Norte. Resolveram constituir em nação independente a sua pátria, e não lhes entrou nunca pela mente fazer proselitismo de independência ou de forma republicana na América. Nem isso era próprio da sua raça.

O fim que tiveram em vista foi um fim imediato, restrito e prático. Fazendo a independência da sua pátria, tinham como aliados os reis da França e da Espanha. Como poderiam eles querer que este último, a quem eram gratos pela sua intervenção em favor da independência, perdesse as suas ricas colônias americanas? Se alguma simpatia houve entre eles pela emancipação de outros países da América, essa simpatia apareceu trinta ou quarenta anos depois, quando já toda a América Latina, à custa de sacrifícios, ultimava a sua independência sem auxílios norte-americanos. É altamente cômica a ignorante pretensão com que escritores franceses superficiais procuram ligar a Revolução Americana à Revolução Francesa, querendo por força que as ideias revolucionárias francesas tenham influído na América, quando, a ter havido alguma influência, foi antes da América sobre a França. A pessoa de Franklin, com os seus calções pretos, sem espada ao lado, nem bordados, nem plumas, com os seus grossos sapatos de enfiar, com o seu prestígio de sábio e de libertador, passeando através das galerias de Versalhes; a fama de ter ele sido um simples operário na sua mocidade, isso, sim, foi uma influência real em França. Quando ele, no seu ceticismo cheio de bonomia, ria-se da pomposa divisa que lhe arranhou Turgot, o célebre: *Eripuit coelo fulmen sceptrumque tyrannis*, dava uma prova de que ao seu terrível bom senso não escapava a insensatez suicida da aristocracia francesa. Quando rebentou a revolução, quando ela começou a matar e a incendiar, houve em toda a América uma grande simpatia por Luís XVI e Maria Antonieta, os antigos aliados, os generosos protetores da independência americana. Pouco tempo depois, o governo de Washington rompeu relações diplomáticas com a república francesa. Onde está a solidariedade republicana, onde está a fraternidade?

Vejamos na história: que auxílio prestou o governo americano à independência das colônias ibéricas da América – qual tem sido a atitude dos Estados Unidos quando esses países têm sido atacados pelos governos europeus – como os tem tratado o governo de Washington – qual tem sido o papel dos Estados Unidos nas lutas internacionais e civis da América Latina – qual a sua influência política, moral e econômica sobre esses países.

Tudo o que se vai ler neste trabalho é referente a esses pontos, que serão todos discutidos, embora nem sempre na ordem da sua enumeração.

\* \* \*

À Inglaterra, principalmente, e não aos Estados Unidos deve a América Latina a força moral que lhe permitiu fazer a sua independência. Foi William Burke a primeira voz que na Europa se declarou em seu favor, escrevendo um vibrante panfleto, advogando a independência da América do Sul,<sup>3</sup> Abbé de Pradt e, posteriormente, Canning, que foi quem praticamente tornou possível, isto é, tornou efetiva e certa essa independência, já oficialmente aconselhada por Lord Wellington no Congresso de Verona.<sup>4</sup>

A independência das nações latinas da América em nada foi protegida pelos Estados Unidos.

À Inglaterra deveram então serviços consideráveis as nações que lutavam pela sua emancipação política.

O sr. Carlos Calvo diz que a atitude dos Estados Unidos e a proclamação da doutrina de Monroe pesaram de uma maneira decisiva no ânimo do governo inglês quando este, em agosto de 1822, pelo órgão de Lord Wellington, tomou, no Congresso de Verona, a defesa dos países hispano-americanos, contra quem a Santa Aliança pretendia intervir em favor da Espanha.

---

3 William Burke, *South American independence, or the emancipation of South America, the glory and interest of England*, London, 1807.

4 Chateaubriand. *Le congrés de Vérone*, chap. XVI.

Essa afirmação é errônea. Em primeiro lugar, a chamada doutrina de Monroe só foi proclamada pelos Estados Unidos quinze meses mais tarde, isto é, em dezembro de 1823. E qual foi a atitude dos Estados Unidos em relação às colônias revoltadas? Um autor hispano-americano, o sr. Samper, da Colômbia, diz: “*Enquanto á los Estados Unidos, es curioso observar que siendo esa potencia la más interesada en favorecer nuestra independencia, bajo el punto de vista político y no poco bajo el comercial, se mostró sin embargo mucho menos favorable que Inglaterra, indiferente por lo común hácia nuestra revolucion y muy tardia en sus manifestaciones oficiales, como parcimoniosa en procurar-nos los auxílios de armamento que solicitabamos, con nuestro dinero, de los negociantes y armadores.*”<sup>5</sup>

Muito antes da mensagem de Monroe, o embaixador americano Rush tinha recebido de Canning a confiança de que a Santa Aliança pensava em intervir na América a favor da Espanha, e Canning acrescentara estar disposto a se opor diretamente a esse plano se tivesse a cooperação dos Estados Unidos. Rush mandou as declarações de Canning ao seu governo, que as recebeu com grande satisfação porque até aquela ocasião, segundo o contou depois Calhoun, que fazia parte do gabinete, os Estados Unidos não tinham julgado prudente intervir, em vista do grande poder da Santa Aliança. Monroe tratava os seus secretários com consideração diversa da que usam os semibárbaros presidentes de outras repúblicas da América com os irresponsáveis que se prestam a ser seus ministros; comunicou a notícia de Londres ao gabinete, e consultou Jefferson se deveria aceitar o proposto auxílio da Inglaterra.<sup>6</sup> Até então, a atitude dos Estados Unidos tinha sido toda de reserva, de abstenção, e, para uma nação que se quer apresentar como a protetora dos latino-americanos, é forçoso confessar que essa política não era de fraternidade, mas sim de egoísmo. Ainda em 1819, o governo americano recusara receber os cônsules nomeados pela Venezuela e pelo governo

---

5 J. M. Samper, *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condicion social de las republicas hispano-americanas*, pág. 195. Paris, 1861.

6 Von Holst, *Constitutional History of the U. S. of America*, vol. 1, pág. 420; Jefferson's, *Werks*; vol. VII, págs. 315 e 316.

de Buenos Aires, alegando vários pretextos,<sup>7</sup> e só a 9 de março de 1823 é que reconheceu a independência das repúblicas espanholas.

Fortalecido e animado pela iniciativa da Inglaterra, em 2 de dezembro de 1823, o presidente Monroe disse na sua mensagem:

“Devemos declarar, por amor da franqueza e das relações amigáveis que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências (europeias), que consideraremos qualquer tentativa da sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como coisa tão perigosa para a nossa tranquilidade como para a nossa segurança. Com as colônias existentes e as dependências das mesmas potências, não temos intervindo nem interviremos. Em relação, porém, aos governos que declararam a sua independência e que a têm mantido, independência que, depois de grande reflexão e por justos princípios, nós reconhecemos, toda interferência, por parte de qualquer potência europeia, com o fim de oprimi-los e de qualquer modo dominar os seus destinos, não poderá ser encarada por nós senão como uma manifestação pouco amigável para com os Estados Unidos.”

Eis aí a famosa doutrina!

A nunca assaz ludibriada e escarnecida ingenuidade sul-americana viu nessa declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos, aliança tão sensata, aliás, como a do pote de ferro com o pote de barro. Há setenta e um anos que o governo americano tem acumulado declarações sobre declarações, que equivalem quase que a retratações; há setenta e um anos que escritores, oradores, políticos americanos explicam que aquilo não é um compromisso nem uma aliança; há setenta e um anos que, por palavras, atos e omissões, o governo de Washington praticamente demonstra a significação restrita e, por assim dizer, platônica das palavras de Monroe, e, ainda hoje, há quem tenha a superstição de tomar aquilo ao pé da letra. A estultícia parece que é invencível.

Poderíamos encher páginas e páginas de extratos de livros, de jornais e de discursos de americanos interpretando a chamada doutrina num

---

7 *Annual register of the year 1819*. 1820; pág. 233, London.

sentido bem diverso da interpretação jacobina que hoje é acreditada no Brasil. Preferimos, porém, relatar simplesmente os fatos.

Quem conhece os documentos oficiais americanos daquela época sabe que toda a política interior e exterior dos Estados Unidos estava subordinada aos interesses da instituição peculiar, eufemismo com que se costumava designar a escravidão. Os Estados Unidos, desde que sabiam que qualquer país americano estava disposto a abolir a escravidão, eram imediatamente hostis à independência desse país. O pobre Haiti era o objeto de ódio americano. Hamilton, da Carolina do Sul, declarou, na Câmara dos Representantes, que a independência do Haiti, por forma alguma, devia ser tolerada; Hayne, acompanhado por todo o seu partido, queria que o simples fato de um país qualquer reconhecer a independência do Haiti fosse motivo para a ruptura das relações diplomáticas com os Estados Unidos. Em 1825, o governo de Washington pediu ao czar da Rússia a sua intervenção junto à corte da Espanha, para que esta cessasse de hostilizar as suas antigas colônias, já de fato independentes, especialmente a Colômbia e o México. E isso dizia o secretário de Estado Henry Clay a Middleton, ministro americano em S. Petersburgo, porque o México e a Colômbia, prossequindo em sua hostilidade contra a Espanha, podiam eventualmente tomar conta de Cuba e ali acabar com a escravidão. Henry Clay mandou também pedir ao México e à Colômbia que adiassem a sua expedição libertadora de Cuba, e Middleton recebeu ordem para insistir junto ao czar, chefe da Santa Aliança, porque os Estados Unidos faziam questão de impedir a independência de Cuba. Por esse tempo, julgou-se que a França, então em guerra contra a Espanha, ia mandar uma expedição a Cuba. O México e a Colômbia lembraram aos Estados Unidos o cumprimento da sua promessa contida na célebre mensagem de Monroe. Henry Clay respondeu que a mensagem continha, com efeito, uma promessa, mas que os Estados Unidos tinham-na feito a si mesmos e não a um outro país, e que por isso nenhum país tinha o direito de exigir o cumprimento da mesma promessa.<sup>8</sup>

---

8 Von Holst, vol. I, págs. 422-428.

Os países hispano-americanos quiseram, parece, mais que uma lição prática da doutrina de Monroe. Convocaram o célebre Congresso do Panamá, assembleia destinada a *la alianza de todas las Americas*, à mútua fraternidade, etc., etc. Compareceram só os representantes de quatro países. Os Estados Unidos, depois de muita hesitação, nomearam dois representantes que nunca chegaram ao Panamá. As instruções dadas a estes (1826) são talvez o melhor comentário da doutrina de Monroe. Delas resulta principalmente que os Estados Unidos não estavam por forma alguma dispostos a fazer suas as brigas da América Latina com as potências europeias. E nunca, mas nunca, os Estados Unidos mudaram o modo de pensar e de proceder.

Vamos ver os muitos fatos em que aquele governo, por seus atos, deu a interpretação autêntica da doutrina que os sul-americanos têm falseado. Antes, porém, daremos uma opinião valiosa, e que destrói pela base a crendice que se quer espalhar no Brasil que os Estados Unidos *não consentem* na América outro governo senão o republicano.

Os sul-americanos que isso dizem afirmam uma falsidade e os que se regozijam com isso bem merecem o desprezo que os americanos lhes votam. Haverá coisa menos digna do que um cidadão desejar que a sua pátria não tenha a livre disposição dos seus destinos e esteja, quando se trata da escolha ou da mudança da sua forma de governo, dependente da vontade do estrangeiro?

Felizmente a nação americana, embora tenham sido grandes as faltas dos politíqueiros que tanta vez a têm desonrado, conta no mundo do pensamento homens do mais alto valor, herdeiros legítimos dos heróis da independência.

Eis aqui como um desses homens julga a doutrina de Monroe, na interpretação forçada e indigna que lhes querem dar os jacobinos brasileiros, que põem a república acima da pátria:

“Querer firmar o princípio de que os Estados Unidos não podem consentir na América nenhum sistema político diferente do seu, ou que não podem tolerar nenhuma mudança política tendo por fim substituir a forma republicana pela forma monárquica, seria ir além das pretensões do Congresso da Laybach e de Verona que, pelo menos, tinham temor

da destruição da sua obra política, enquanto que os Estados Unidos não podem ter esse temor.”<sup>9</sup>

Em 1786, um jovem brasileiro, Maia, estudante de Montpelier, disfarçando-se com o pseudônimo de Wandek e rodeando-se de mil mistérios, tentou aproximar-se de Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em Versalhes. Aproveitando-se de uma viagem de Jefferson pelo sul da França, encontrou-se com ele em Nimes, e aí falou-lhe da independência do Brasil, com que sonhava, e pediu-lhe o auxílio dos Estados Unidos. Jefferson desanimou-o, como se evidencia das cartas que o embaixador escreveu a Jay, secretário de Estado, dando-lhe conta da entrevista que tivera com o jovem brasileiro. Em 1817, um emissário pernambucano foi aos Estados Unidos pedir auxílio; foi ludibriado, e o governo de Washington apressou-se em dar conta de tudo ao ministro português Correia da Serra. Por ocasião da independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade por parte dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil é que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia. Note-se que a célebre doutrina de Monroe data de 1823; foi na mensagem presidencial desse ano que aquele presidente estabeleceu a não intervenção da Europa nas coisas da América. Ora, dois anos depois, em 1825, é que a nossa independência foi reconhecida por Portugal, pela intervenção inglesa, representada na pessoa de *Sir Charles Stuart*, depois *Lorde Rothesay*. Mais tarde é que os Estados Unidos celebraram com o Brasil um tratado de amizade, comércio e navegação. O ministro americano no Rio, *Raguet*, opôs grandes embaraços à nossa nascente nacionalidade, embaraços que foram só em parte removidos pelo seu sucessor, *William Tudor*.

Para se fazer uma ideia do que foi a missão de *Raguet*, basta percorrer, rapidamente, a sua correspondência.<sup>10</sup> *Raguet* acusa a nossa esquadra no rio da Prata de covardia (pág. 20); diz que com o povo brasileiro é inútil apelar para a razão e para a justiça (pág. 32); *Raguet*, em termos grosseiros, ameaça o ministro dos Estrangeiros de uma guerra com os Estados Unidos (pág. 27): “Isto não é um povo civilizado” (pág. 54).

---

9 Woolsey, *Introduction to the Study of International Law*, § 74.

10 *U. S. House of R. Docs. 20th Congress, Session 1st., vol. 7, Doc. 281.*

Tal foi o procedimento de Raguet e tais foram as suas grosserias que Henry Clay, secretário de Estado, mandou-lhe um despacho (pág. 108), estranhando as suas maneiras, e dizendo-lhe que era preciso não esquecer que, afinal de contas, o Brasil era um país cristão.

O governo americano ligou-se por essa época inteiramente aos governos que faziam pressão sobre o Brasil por motivo de questões de presas marítimas no rio da Prata.

Durante as nossas lutas no rio da Prata, encontramos sempre a oposição norte-americana entorpecendo a ação das nossas esquadras, desrespeitando os nossos bloqueios, conluindo-se com os nossos inimigos, para depois, valendo-se das dificuldades iniciais da nossa independência política, fazer-nos exigências desmedidas e exorbitantes reclamações. O primeiro representante americano que veio ao Rio de Janeiro, ao findar o período colonial, deu origem a um desagradável incidente diplomático, faltando com o respeito à família real, o que era uma injúria feita ao país.

O representante americano que tratou das reclamações de presas no rio da Prata, depois de atropelar as negociações, rompeu bruscamente e retirou-se sem que houvesse motivo para essa desfeita, que foi aliás reparada pelo sucessor daquele diplomata William Tudor, que firmou conosco um tratado de amizade, comércio e navegação.

Leiam-se as insolentes mensagens do presidente Jackson ao Congresso americano, referindo-se ao Brasil e aos outros países da América do Sul.

Aquele general sem escrúpulos, que foi o patriarca da corrupção na sua pátria, em suas mensagens ao Congresso, exprime-se com grosseira arrogância em relação ao Brasil e aos outros países da América do Sul. Em 1830, não havendo mais guerra no Prata nem no Pacífico, o secretário da Marinha insiste pelo aumento da força naval nas costas da América do Sul: “É preciso”, diz o secretário John Branch, “não diminuir as nossas forças, que são indispensáveis para a defesa dos nossos interesses perante aqueles governos instáveis e incapazes.”<sup>11</sup>

As exigências do governo americano foram enormes, e da própria correspondência do ministro Tudor se evidencia o desarrazoado de algumas das reclamações.

---

11 *U. S. Senate Documents: Congress, 12st Sess. 2. 1830 e 31, vol. 1, pág. 38. Doc. 1.*

Assim, tratava-se, por exemplo, da escuna *United States* capturada pela nossa esquadra quando tentava forçar o bloqueio levando munições de guerra aos nossos inimigos. Era porventura possível duvidar da legitimidade da apreensão? William Tudor, num dos seus despachos ao seu governo, refere-se a exagerações das reclamações, e noutro despacho parece sentir que as coisas se tivessem arranjado pacificamente, e compraz-se em dar o plano de uma possível expedição naval americana contra o Brasil para bloquear Pernambuco, a Bahia e o Rio de Janeiro. E enquanto assim se exprimia o diplomata americano, da sua própria correspondência resulta que, por esse tempo, a escuna de guerra brasileira *Ismênia* salvava de piratas na costa de África um negociante americano, conservando-lhe um grande carregamento de marfim.

Da correspondência de Raguet veem-se os contrabandos feitos na costa do Brasil pela *Morning Star* de Filadélfia; a insolência do comandante Biddle, da *Cyane*, com a nossa flotilha ao mando do almirante Pinto Guedes; vê-se a manobra fraudulenta do navio americano *President Adams*, saindo de Montevideu com falso manifesto para Boston, e tentando ir abastecer o porto de Buenos Aires que o Brasil bloqueava.<sup>12</sup>

O Brasil teve de ceder às imposições norte-americanas e pagou pelas reclamações a quantia de 427:259\$546 réis, que naquele tempo valiam seis ou sete vezes o que valem hoje.<sup>13</sup>

Leiam-se os *State Papers* americanos do tempo, e há de se ver que, quando tratava com o nosso governo o almirante francês Roussin, que se apresentou na barra do Rio de Janeiro com a sua esquadra a nos fazer exigências, o ministro americano deu-lhe o seu apoio moral e esteve bem esquecido de Monroe e da doutrina.<sup>14</sup> Quando a Inglaterra e a

---

12 *Executive documents presented to the H. of Representatives*, 25th Congress. Doc. 32, pág. 32.

13 *Ibidem*.

14 Listas das quantias (capital e juros) pagas em razão das reclamações americanas:

Navio	Quantias
Tell-tale .....	37:924\$850
Pionner .....	21:134\$676
Sarah Geoger .....	42:472\$199

França intervieram na República Argentina contra Rosas, o governo americano, que convivia em perfeita harmonia com aquele monstro, o que fez? Nada.

Entre as recomendações que o governo de Washington faz a William Tudor, há a de preparar o espírito do governo brasileiro para a notícia que logo lhe seria dada de o governo americano haver reconhecido d. Miguel como rei de Portugal. Com efeito, no dia 1º de outubro de 1830, o presidente dos Estados Unidos recebeu oficialmente o sr. Torlades, encarregado de negócios de d. Miguel. O governo americano foi o *único governo* que reconheceu o rei absoluto e usurpador de Portugal!

Por essa época, o governo dos Estados Unidos tinha já organizado o seu plano de guerra contra o México, outra prova da solidariedade e da fraternidade americana. A má-fé do governo de Washington começou com a questão do Texas. Favoreceu quanto pôde a revolta daquele território, animou-o a separar-se do México para mais depressa absorvê-lo e depois declarou a guerra ao México, verdadeira guerra de conquista, humilhou aquela república até o extremo, e arrebatou-lhe metade do seu território. Ó fraternidade!

E a doutrina de Monroe, o que era feito dela? A Inglaterra estendia as suas conquistas ao oeste do Canadá até chegar ao oceano Pacífico. Antes já arrebatara, contra todo o direito, as ilhas Malvinas, ou *Falkland*, à Confederação Argentina.

---

Rio .....	8:081\$034
Panther .....	4:229\$918
Hero .....	12:048\$979
Nile .....	3:313\$178
Budget .....	30:939\$993
Hannah .....	37:197\$774
Spermo .....	92:245\$803
Hussar .....	28:337\$824
Amily .....	16:922\$878
Ruth .....	29:428\$440
Ontario .....	1:742\$000
Spark .....	61:250\$000
Total .....	427:259\$545

E será possível falar nas ilhas Malvinas sem recordar um dos maiores atentados contra o direito das gentes, neste século, atentado perpetrado por uma força naval dos Estados Unidos e aprovado e sancionado pelo governo de Washington? Em 1831, os argentinos tinham uma colônia nas ilhas Malvinas. Alguns navios de pesca, americanos, não quiseram obedecer a umas ordens do governador da colônia. Daí um conflito administrativo e diplomático entre o cônsul americano em Buenos Aires e o governo argentino.

Estava a questão neste pé quando a corveta americana *Lexington* saiu de Buenos Aires, comandada pelo capitão Silas Duncan, foi às ilhas Malvinas, bombardeou o estabelecimento argentino, desembarcou tropa, matou muitos colonos, incendiou todas as casas, arrasando as plantações e levando os sobreviventes presos, uns para os Estados Unidos, e abandonando outros em grande miséria na costa deserta do Uruguai. Destruído o estabelecimento argentino, a Inglaterra tomou conta das ilhas.

O governo argentino, em 1839, reclamou satisfação.

E o que lhe respondeu o governo americano, pela palavra do secretário de Estado Daniel Webster?

Que o governo americano aguardava a decisão final do conflito existente entre a Inglaterra e a República Argentina a respeito da soberania das ilhas Malvinas.

Ora, em 1831, por ocasião do atentado americano nas Malvinas, a soberania argentina existia de direito e de fato sobre as Malvinas. De direito, reconheceram-no os mesmos Estados Unidos, porque na mensagem presidencial de 17 de novembro de 1818, referente à independência das antigas províncias unidas do rio da Prata, atribuía-se-lhe a soberania dentro dos limites do antigo vice-reinado de Buenos Aires, que compreendia as Malvinas; de fato, eram argentinas as Malvinas, porque eram colonizadas por argentinos e administradas por autoridades argentinas desde 1829; só dois anos depois é que a Inglaterra se apossou dessas ilhas.

Como é que os Estados Unidos, de quem tantas vezes tem-se dito que não consentirão que um país europeu se aposses de uma polegada de território americano, não duvidaram, no caso presente, da soberania argentina nas Malvinas em conflito com a usurpação inglesa?

E a República Argentina, em 1884, renovando a sua reclamação obteve a mesma resposta. Propôs submeter o caso a arbitramento; o governo de Washington negou-se.

Eis aí a sinceridade americana quando fala na doutrina de Monroe e sustenta a teoria do arbitramento para a solução dos conflitos internacionais.

Mais tarde, em Honduras, alargou a Inglaterra impunemente os seus domínios sem que saísse a campo a tal doutrina e, quando Schomburgh intrometeu-se em território brasileiro na lagoa dos Piraras, na fronteira da Guiana Inglesa, retirou-se diante da energia da diplomacia brasileira, que nessa ocasião não encontrou, e altiva nem pediu então o menor apoio de Washington, apesar de Monroe e da sua doutrina.

Correm os tempos e o Brasil, a República Argentina e o Uruguai, em legítima defesa, empreendem a mais justa das guerras contra López, do Paraguai. Lá encontramos a diplomacia americana a nos criar embarços, representada nas pessoas dos ministros Washburn e general Mac-Mahon, íntimos de López, espectadores mudos e impassíveis das suas crueldades, seus verdadeiros cúmplices pelo silêncio e até pelo louvor.

Quantas dificuldades não criaram esses homens aos exércitos aliados? Ainda aí mostraram os americanos do norte qual a sua compreensão da fraternidade americana. Washburn e Mac-Mahon, abusando das suas imunidades, eram espias e auxiliares de López, traíndo o exército aliado.

E o procedimento do Brasil tinha sido todo de correção e lealdade em emergências bem graves para a república norte-americana.

Aquele grande país dera ao mundo um exemplo bem desmoralizador pelo seu apego à escravidão. Enquanto no Brasil não houve escravocratas que tivessem o cinismo de querer legitimar a iníqua instituição, nos Estados Unidos, onde os senhores de escravos foram muito mais cruéis que no Brasil, publicaram-se livros, sermões, com a apologia científica e até religiosa da escravidão, e chegou o momento em que metade do país julgou que, para conservar e estender a escravidão, valia a pena sacrificar a própria pátria americana. O escravismo sobrepujou o patriotismo. E rompeu a guerra civil mais terrível e mais sangrenta de que reza a história. O governo de Washington deixou, logo, aos primeiros tiros do forte Sumter, em Charleston, de dominar parte do território.

Os rebeldes criaram uma verdadeira esquadra de corsários. O governo americano, que a ignorância ou a má-fé estão agora querendo apresentar aos brasileiros como indefesso propugnador do progresso e das ideias liberais e humanitárias em matéria de direito internacional, tinha-se recusado a aderir ao Tratado de Paris, de 1856, pelo qual fora abolido o corso como recurso bárbaro abandonado pelas nações cultas. Por uma punição providencial, foi contra os interesses do governo americano que se organizou o corso mais ativo e terrível de que há notícia. Os corsários sulistas correram todos os mares do globo. Nesse tempo, a marinha mercante americana era talvez a segunda do mundo. Com o desenvolvimento da corrupção política nos Estados Unidos, o favor feito aos poucos ricos armadores nacionais, a pretexto de protecionismo, tornou por tal forma cara a construção naval que a marinha mercante americana, por assim dizer, desapareceu. Os corsários sulistas tinham, pois, naquele tempo, presas ricas e numerosas em que saciar a sua sede de vingança e principalmente de lucro.

Diante do incremento tomado pela revolta sulista, não foi possível às nações estrangeiras desconhecer, nas relações internacionais, a personalidade jurídica dos confederados, nome esse que os revoltosos assumiram. De fato, senhores de vários pontos, dispendo de fortalezas, os rebeldes dominavam uma parte do território de que o governo de Washington, ao cabo de muito tempo, não se tinha podido apoderar. As nações estrangeiras não podiam deixar de considerar os confederados como beligerantes. Nem outra doutrina podia prevalecer. De outro modo, bastaria a qualquer governo declarar simplesmente rebeldes ou piratas as forças de terra ou de mar ao serviço dos seus adversários para privá-las de todos os direitos de guerra. Ora, a revolução é um direito, segundo as teorias modernas, e as nações estrangeiras não devem entorpecer, por qualquer modo, ainda que indireto, o exercício desse direito. Grócio diz que uma nação onde há uma revolta deve ser considerada pelos terceiros, isto é, pelos outros países, como duas nações separadas, cada uma com os seus direitos de beligerante. Os tratadistas de direito internacional dizem que para isso é preciso: 1º que a revolta tenha já algum tempo de duração, não tendo podido o governo sufocá-la; 2º que os recursos da revolta sejam importantes; 3º que ela domine uma parte

do território, quer marítimo, quer terrestre. Ora, os confederados estavam nesse caso, e o próprio governo americano criara um precedente contra si quando, em 1837, reconhecera como beligerantes os revoltosos do Texas, sem fazer caso das reclamações do México.

O reconhecimento dos insurgentes como beligerantes é coisa muito das tendências do direito internacional moderno. É uma medida aconselhada pelos próprios interesses da humanidade. O título de beligerante confere certos direitos; mas a esses direitos correspondem certos deveres que, a bem de todos, devem ser cumpridos pelos beligerantes. Se se negam todos os direitos aos insurgentes, como pretender impor-lhes os deveres gerais da guerra? E ao interesse da humanidade convém que esses deveres sejam respeitados. Ora, se não há direito a que não corresponda um dever, também não há deveres a que não correspondam também direitos. Bluntschli, o oráculo do direito internacional, diz que, desde que os rebeldes se acham militarmente organizados, devem ser reconhecidos como beligerantes, e diz, mais, que o direito internacional atual fez um progresso mostrando-se disposto a conceder a qualidade de beligerante a um partido revolucionário. As leis da humanidade, diz ele, assim o exigem.<sup>15</sup>

Não tardaram os corsários sulistas em aparecer nos portos do Brasil, e o governo brasileiro manteve-se na maior discrição e na atitude a mais correta, somente permitindo que os navios fizessem água e recebessem carvão apenas em quantidade suficiente para, em marcha lenta, se transportarem ao mais próximo porto estrangeiro. O governo americano julgou dever reclamar *pro forma*, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, numa nota luminosa e digna, nota que é hoje clássica em direito internacional, defendeu o procedimento do governo imperial, e o próprio secretário de Estado do governo de Washington, o eminente mr. Seward, um dos mais notáveis estadistas americanos, deu-se por satisfeito com a justificação contida na nota brasileira, assinada pelo ministro de Estrangeiros, o conselheiro Magalhães Taques. Seward disse, em resposta, que se rendia à evidência demonstrada naquela nota

---

15 Vide *Le droit international codifié*, § 512.

habilíssima (*most able note*).<sup>16</sup> O amor-próprio brasileiro, naquele tempo, podia ter satisfações destas.

Terminada a guerra civil, houve o grande litígio entre a Inglaterra e os Estados Unidos, a célebre contenda conhecida pelo nome de Questão *Alabama*. O governo do Brasil foi escolhido pelas altas partes litigantes para ser um dos árbitros entre as duas grandes nações. Não podia ser mais solenemente reconhecida do que foi então a lealdade e a correção do governo do Rio de Janeiro.<sup>17</sup> Anos mais tarde, surgiu um litígio derivado ainda da guerra civil americana. O conflito era entre as duas grandes repúblicas do mundo, entre a França e os Estados Unidos. O árbitro único escolhido foi o imperador do Brasil. No tribunal que funcionou em Washington, representou o soberano brasileiro o sr. barão de Arinos. No tribunal do *Alabama*, que funcionou em Genebra, o juiz brasileiro foi o falecido barão, depois visconde de Itajubá. Vê-se, por isso, qual não era o prestígio do Brasil. Hoje, querendo os Estados Unidos fechar o mar de Behring e, retrocedendo estranhamente para épocas passadas, restabelecer o *mare clausum*, que Selden e Freytas defenderam no século XVII contra Grócio, o fundador do direito internacional moderno, a Inglaterra opôs-se à pretensão, e os dois países recorreram a um arbitramento. Parece que os tempos estavam mudados... Os Estados Unidos já não apelaram para o governo do Brasil, e o governo de Washington, que querem agora apresentar como o paladino da fraternidade americana, nem por sombras pensou em recorrer aos seus colegas presidentes de repúblicas latinas. Os Estados Unidos preferiram a arbitragem de algumas anacrônicas chancelarias de velhas e carcomidas monarquias europeias!

Não seríamos completos em nossa demonstração de que os Estados Unidos, embora contem ilustres escritores de direito internacional, são mais egoístas e prepotentes em suas práticas do que as monarquias europeias, se não nos referíssemos ao célebre incidente do *Trent*. O vapor deste nome, vapor inglês, levava, como passageiros, dois enviados diplomáticos representantes dos Estados Confederados, os srs. Sliddel

---

16 *House of Representatives Exec. Docs. 5th session*, vol. IV, 38th Congress.

17 *Ibidem*, 37th Congress; 2d session, vol. IV.

e Mason, que iam como enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, em missão especial, um deles para Londres, outro para Paris. Pois bem, um navio de guerra americano, em alto-mar, deteve o vapor inglês e violentamente arrancou de bordo os dois passageiros. Esse ato, contrário ao direito das gentes, esse desrespeito ao pavilhão de uma nação neutra, essa felonía contra os dois diplomatas despertou a indignação de todos os governos, e o governo de Washington viu-se obrigado a censurar o oficial que perpetrou tão feia ação, mas aproveitou-se dela conservando por muito tempo os dois prisioneiros. Esse ato é apenas menos condenável do que a vilania que contra nós praticou Solano López, aprisionando em plena paz o vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, vapor que levava o coronel Carneiro de Campos, presidente de Mato Grosso. Essa proeza parece que foi vivamente aconselhada a López pelo cidadão uruguaio o sr. Varquez Sagastume, hoje ministro no Rio de Janeiro e, portanto, um dos corifeus da fraternidade americana.

Com o seu imediato vizinho meridional, o México, a política dos Estados Unidos terá sido uma política de fraternidade?

O fato mais importante dessa política, qual foi?

Foi uma guerra.

E essa guerra contra o México é pintada com verdade e eloquência pelo historiador americano H. H. Bancroft:

“A guerra dos Estados Unidos contra o México foi um negócio premeditado e determinado de antemão. Foi o resultado de um plano de salteio, que o mais forte organizou deliberadamente contra o mais fraco. As altas posições políticas de Washington eram ocupadas por homens sem princípios, tais como os senadores, os membros do Congresso, sem falar do presidente e do seu gabinete, e havia a grande horda dos demagogos e dos politiqueros, que se comprazia em satisfazer os instintos dos seus partidários. Estes eram os senhores de escravos, os contrabandistas, os assassinos de índios, que, com as suas ímpias bocas maculadas de tabaco, juravam pelos sagrados princípios, de 4 de julho, que haviam de estender o predomínio americano do Atlântico até o Pacífico. E essa gente, despida das noções do justo e do injusto, estava disposta ciniicamente a reter tudo quanto pudesse saquear, e invocando para isso o princípio único da força.

“O México, pobre, fraco, lutando para obter um lugar entre as nações, vai agora ser humilhado, espezinhado, algemado e vergastado pela brutalidade do seu vizinho do norte. E este é um povo que tem o maior orgulho da sua liberdade cristã, dos seus antecedentes puritanos! Veremos como os Estados Unidos começaram, então, a empregar toda a sua energia em descobrir plausíveis pretextos para roubar a de um vizinho mais fraco uma vasta extensão de terra. E para quê? Para aí estabelecer a escravidão.”<sup>18</sup>

A guerra foi precedida da intrusão americana no Texas, dos subsídios que os americanos deram à revolta por eles mesmos fomentada naquele território, cuja independência não tardaram em reconhecer, como medida preparatória da anexação, que foi a gota de água que fez transbordar a paciência dos mexicanos. E essa paciência já tinha sido posta à prova de mil modos, por anos e anos numa longa série de vexames. As *reclamações* americanas multiplicavam-se. Extintas hoje, isto é, pagas a bom dinheiro pelo México, renasciam daí a meses. E as reclamações eram extraordinárias. Bancroft, entre outras, cita a reclamação de um americano que por cinquenta e seis dúzias de garrafas de cerveja recebeu 8:260 dólares.<sup>19</sup>

Uma vez, o comissário americano Voss recebeu o dinheiro, e este não apareceu (Bancroft, pág. 320).

Em 1818, estando os Estados Unidos em paz com a Espanha, o general Jackson invadiu a fronteira da Flórida, capturou e guarneceu um forte espanhol, apoderando-se de Pensacola e de Barrancas.

Mais tarde, também sem declaração de guerra, o general Gaines fez incursões no México. Estava, pois, nas tradições do governo de Washington ao começar a guerra contra o México, sem prévia declaração para de surpresa romper as hostilidades e invadir o território. E assim foi.

Vejamos agora como foi feita a guerra. Os americanos fizeram-na de um modo bárbaro. “O bombardeio de Vera Cruz durou quatro dias; foi horrível e inteiramente desnecessário” (Bancroft, pág. 547). “O saque,

---

18 H. H. Bancroft, *Works*, San Francisco, 1885, vol. XIII, cap. 13.

19 *Ibidem*, pág. 318, nota.

as matanças de feridos no campo de batalha, os prisioneiros queimados vivos, são fatos confirmados pelas mais elevadas autoridades oficiais.”<sup>20</sup> “As barbaridades ilegítimas cometidas quase sempre com impunidade por uma massa indisciplinada como era o exército americano estão, infelizmente, por demais verificadas” (Bancroft, pág. 547). E isso estava de acordo com a opinião pública.

Leiamos as expressões dos jornais americanos:

Dizia um: “Devemos destruir a cidade do México, arrasando-a ao nível do solo. Façamos o mesmo com Puebla Perote, Jalapa, Saltillo e Monterey, e, feito isto, devemos ainda aumentar as nossas exigências.”

Dizia outro: “Aniquilemos os mexicanos: levemos a destruição e a morte a todas as famílias, façamo-lhes sentir um jugo de ferro, e assim seremos respeitados.”<sup>21</sup>

E o México perdeu quase metade de seu território.

Faz-se muito cabedal do fato de os Estados Unidos terem mais tarde intimado à França a retirada das suas tropas do México. Foi um serviço, mas como não tem o México pago caro esse serviço? O governo de Maximiliano não se pôde manter, embora tenha sido o governo mais honesto que o México tem tido desde a independência. Maximiliano era um estrangeiro. Houvesse um príncipe mexicano, que aquela população de índole monárquica aceitaria unânime a monarquia. Demais, Maximiliano não quis sancionar os grandes abusos do clero, sobretudo em relação aos bens da Igreja. Não esqueçamos que o decreto abolindo os contratos agrícolas dos *peones*, revogação de uma lei antiga pela qual os trabalhadores das *haciendas* ficavam verdadeiros escravos, sujeitos até aos açoites, atraiu, contra o príncipe liberal, os ódios das chamadas classes conservadoras, que sabemos o que são, em toda a América Latina. Parece que há uma fatalidade para os chefes de estados libertadores: Alexandre II da Rússia, despedaçado pelas bombas nihilistas, Maximiliano fuzilado, Lincoln assassinado, e d. Isabel do Brasil exilada. O martírio é a consagração dos grandes feitos em prol da humanidade!

---

20 Livermore, *War with Mexico*, pág. 263.

21 Jay, *Review of the Mexican War*, pág. 259.

No México, o sentimento monárquico é irresistível. Não pode restaurar a monarquia, mas tem tornado impossível a república. Porque no México não há, não houve, nem há de haver república. O notável escritor americano Gronlund diz que, se os Estados Unidos, na época da sua independência, tivessem encontrado um príncipe inglês, como o Brasil encontrou um príncipe português, a monarquia se teria estabelecido nos Estados Unidos.<sup>22</sup> E o tempo teria feito dessa monarquia um regime bem diferente do regime de opressivo monopólio e de cruel plutocracia que é hoje a essência mesma do governo norte-americano. Se se pode dizer isso dos Estados Unidos, com muito mais razão se dirá o mesmo do México. A república, no México, como noutros países da América Latina, nunca será uma coisa impessoal; a república aí será sempre um homem. Foi Juárez, homem representativo, homem que representou o ódio ao estrangeiro. Ora, o ódio pode destruir; o ódio pode ser a verdadeira expressão do sentimento nacional num momento dado, mas o ódio não cria coisa alguma. Augusto Comte tem uma das suas intuições geniais, quando quer que as sociedades humanas tenham o amor por base. Só o amor é criador. Por isso Juárez nada criou. Don Sebastián Lerdo de Tejada, ministro e sucessor de Juárez, foi uma transição entre a política do ódio indígena e a concepção jurídica da sociedade. Homem de lei, jurisconsulto, pretendeu por tudo, em artigos de códigos. Espiava-o o militarismo, sorte comum e inevitável de toda a América ibérica. Deposto e expulso Lerdo, pelo general Díaz, voltou o México ao militarismo sistemático. O general Díaz e o general González revezam-se, há vinte e tantos anos, no poder, e o poder deles é praticamente absoluto. A Constituição, copiada da Constituição americana, dá ao presidente quase todos os poderes. O Congresso é nada, as eleições, uma farsa.

O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América. Péricles, no seu célebre discurso do Cerâmicos, disse: “Dei-vos, ó, atenienses, uma Constituição que não foi copiada da Constituição de nenhum outro povo. Não vos fiz a injúria de fazer, para vosso uso, leis

---

22 Gronlund, *Co-operative Commonwealth*. London, 1891. Swan & Sonnenschein. Pág. 157.

copiadas de outras nações.” Há muita grandeza na exclamação do gênio grego. Há uma presciência de tudo quanto descobriu a ciência social moderna que, afinal, se pode resumir nisto: as sociedades devem ser regidas por leis saídas da sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural. Os legisladores latino-americanos têm uma vaidade inteiramente inversa do nobre orgulho do ateniense. Gloriam-se de copiar as leis de outros países.

Todos os países espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições da sua raça e da sua história, sacrificando o princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo.

O que colheram desse absurdo, diz a triste história hispano-americana deste século. O Brasil, mais feliz, instintivamente obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com a sua própria substância, depois de já estarem lentamente assimilados e incorporados à sua vida os elementos exteriores que ela naturalmente tiver absorvido. No Brasil tivemos a independência, fato lógico do desenvolvimento da sociedade colonial; a monarquia mantida foi o respeito da tradição e a conservação do país na sua índole histórica que ninguém pode mudar. O constitucionalismo e o sistema parlamentar adotados foram, até certo ponto, uma revivescência do passado, uma reprodução das cortes lusitanas, e coisa que muito se harmonizava com a organização quase espontânea, mas sempre representativa e mais poderosa do que se julga dos governos municipais e locais da colônia.

As ideias liberais do século, consagradas nas instituições coevas da independência, acharam uma base histórica em que se firmaram. E isso deu ao Brasil setenta anos de liberdade.

Mais tarde, foi, em 1889, cometido no Brasil o mesmo grande erro em que os hispano-americanos tinham caído no primeiro quarto do século, isto é, quando artificialmente se quis impor ao Brasil a fórmula norte-americana.

A perda da liberdade foi a consequência imediata, fatal, da desgraçada ideia. E nós, tardiamente, fomos tomar parte na fastidiosa e desalentadora tarefa em que vivem, há noventa anos, os hispano-americanos, isso

na longa, vã, tormentosa, sangrenta e já degradante e inútil tentativa, quase secular, de querer implantar na América Latina as instituições de uma raça estranha.

O grande orador americano Henry Clay falava, uma vez, em 1818, no Congresso americano em favor das colônias espanholas revoltadas contra a metrópole: “Acredita-se geralmente em nosso país que os sul-americanos são muito atrasados e supersticiosos para se constituírem em nações livres. É uma injustiça. E a prova de que eles não estão tão atrasados é que estão adotando as nossas instituições e as nossas leis.”<sup>23</sup> O insigne historiador Von Holst diz que Clay afirma um contrassenso; porque essa imitação servil, essa sim, é prova de incapacidade.<sup>24</sup>

O México copiou, pois, a Constituição norte-americana. Uma disposição constitucional dizia mais que o presidente era inelegível para o período presidencial imediato à sua presidência. Daí o híbrido e imoralíssimo pacto de Díaz e de González. Díaz elege González com a condição de González eleger de novo a Díaz. E isso dura há mais de vinte anos. Agora, parece que Díaz não quer largar, e já fez reformar a Constituição, revogando a incompatibilidade, vai-se fazer reeleger, e González vai ficar logrado. Fala-se já em revolução gonzalista, e o estado de sítio funciona no México com a mais invejável regularidade.

Eis aí o serviço que os Estados Unidos prestaram ao México livrando-o de um governo que, embora incriminado de estrangeiro, foi o mais brando, o mais civilizado, numa palavra, que jamais teve aquele desgraçado país. E não se limitaram a isso os bons ofícios da irmã república. Depois de haver retalhado o território mexicano em 1848, e sobretudo depois da vitória definitiva da república no México, os Estados Unidos constituíram sobre aquele país um verdadeiro protetorado, que mexicanos imprevidentes foram aceitando, sem ver que era a ruína e o descrédito da sua pátria. O duunvirato Díaz-González atraiu para o México uma nuvem de aventureiros que, patrocinados pela legação americana, apresentavam-se, querendo concessões e privilégios, que lhes eram da-

---

23 Henry Clay, *Speeches*, vol. 1, págs. 89 e 90.

24 Von Holst, *Constitutional history of the U. S.*, vol. 1, pág. 415.

dos a troca de favores pessoais, de ações beneficiárias e de outras mil formas de fraude financeira. O México, a pretexto de armarem-no com todos os instrumentos modernos de progresso, foi a presa submissa e opima dos americanos. Tudo foi ali objeto de privilégio, tudo motivo para concessões com garantia de juros e outras vantagens onerosas para o tesouro. Os concessionários corriam para Nova York, e na bolsa de Wall Street obtinham dos incautos o dinheiro que desejavam. Quer imperasse Díaz ou reinasse González, o método era sempre o mesmo. Muitas vezes, membros do governo de Washington eram sócios dessas alicantinas e, se o governo mexicano fazia alguma pequena dificuldade em entregar o dinheiro, logo agia sobre ele a pressão diplomática. Díaz e González amontoavam grandes fortunas, e Washington rejubilava. Os jornais americanos anunciavam com entusiasmo os progressos da iniciativa americana, dizendo que a conquista financeira do México era apenas o prelúdio da conquista política que mais tarde viria. Nesse tempo, o ilustre Lerdo de Tejada, que vivia em Nova York exilado, dizia a quem escreve estas linhas: “Os generais mexicanos, no meu tempo, roubavam nas estradas; agora roubam nas companhias. É um progresso.” A principal figura dessa roubalheira, figura pouco simpática, mas parece que um pouco inocente nesses crimes, foi o general Grant. Aquele soldado feliz era um homem de curta inteligência, ignorante em matéria de negócios e, em todo o caso, um indivíduo sem grandes delicadezas. Logo que se tratava de um assalto qualquer às piastras mexicanas, o iniciador da ideia ia ter com o general Grant, e este logo dava-lhe o seu nome, o seu prestígio e a sua influência. Chegou então ao auge a jogatina e a imoralidade. O México, a pretexto de aplicação no seu solo de capitais *yankees*, era praticamente governado pela legação americana. O México deixou de ser dos mexicanos. Alguns patriotas protestavam; mas os generais Díaz ou González dispunham logo do recurso de prender os patriotas e de proclamar o estado de sítio. O ilustre orador, o notável poeta do México, o sr. Altamirano, no meio do abaixamento geral, ergueu, contra a aliança americana, a sua voz eloquentíssima: “Não!”, bradava ele no Congresso, “mil vezes a nossa pobreza antiga do que a ignomínia que presenciamos. O leão mexicano era livre na liberdade ampla das nossas serranias. O estrangeiro desleal e corrutor

tem-no agrilhado e julga-se ainda seu benfeitor, dizendo que são de ouro as cadeias com que o subjuga! Não! ‘*Vincula quamvis aurea tamen vincula sunt!*’” Enquanto esta voz ilustre se levantava no México, em Nova York, num grande banquete de confraternidade (financeira já se vê) entre figurões americanos e notáveis mexicanos, banquete presidido pelo general Grant, o sr. Evarts, um dos mais conhecidos estadistas americanos, antigo secretário de Estado, usava de linguagem que bem justificava a indignação patriótica de Altamirano. O sr. Evarts passava por ser o homem mais espirituoso dos Estados Unidos, mas, muitas vezes, apesar de homem letrado, tocava as raias da vulgaridade. Isso é muito comum nos Estados Unidos. Há ali muita gente com reputação de espirituosa, mas naquele país que, tendo tido a honra de ser a pátria de Edgard Poe, o deixou morrer na miséria e no desprezo geral, negando-lhe até hoje um monumento; as chocarrices dos *professional wits* ou espirituosos de profissão são muitas vezes acolhidas com entusiasmo. Eis o que dizia o sr. Evarts, entre as gargalhadas dos *yankees* e os sorrisos amarelos dos mexicanos: “A doutrina de Monroe é por certo uma boa coisa, mas, como todas as coisas boas antiquadas, precisa ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: Para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do norte (*aplausos*). Comecemos pelo nosso caro vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo (*hilaridade*). A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. *Uncle Sam* é bom garfo; há de devorar o presunto (*aplausos e hilaridade prolongada*). Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do polo norte ao polo austral.”

Comentários são esses do sentimento geral do povo americano.

Em 1836, no Congresso americano, exclamava o senador Preston:

“A bandeira estrelada não tardará em flutuar sobre as torres do México, e dali seguirá até o cabo Horn, cujas ondas agitadas são o único limite que o *yankee* reconhece para a sua ambição.”

\* \* \*

Continuava, porém, no México a orgia dos melhoramentos. A repartição mexicana de estatística começou a ser de uma fantasia e de uma imaginação pasmosas. Concessão de caminho de ferro que fosse objeto de um decreto do Executivo era imediatamente inscrita nos relatórios e nos outros documentos oficiais, não como um simples ato legislativo, mas como uma realidade efetiva. Eram mais tantos e tantos milhares de quilômetros de linha que se davam como feitos, e que os mapas do governo, destinados ao estrangeiro, traçavam orgulhosamente em longos riscos multicores. Qualquer tentativa de uma nova indústria, de uma cultura estranha, era imediatamente classificada como uma fonte já criada e abundante de riquezas imensas. Foi então que no Brasil houve ingênuos que começaram a se inquietar com a grande balela do café do México, e foi, depois de ler algumas daquelas estatísticas ultrafantasistas, que o sr. Quintino Bocaiúva fez propaganda republicana nuns artigos com este título: *Olhem para o México*. Muita outra gente quis, mais ou menos por esse tempo, que os brasileiros olhassem também para a República Argentina, e viajantes boçais que dali vinham, depois de curto passeio, vinham republicanos. Tinham visto os restaurantes luxuosos de Buenos Aires, admirado as carruagens das *cocottes* e dos empregados públicos prevaricadores, tinham contemplado a arquitetura riquíssima dos bancos sem ver a fraude e a ruína que lá iam por dentro. Voltavam para o Brasil, e vendo os nossos ministros e parlamentares andando de bonde, vendo os modestos edifícios dos nossos bancos (então ainda acreditados), concluíam que o Brasil era um país atrasado e que a culpa era da monarquia.

É, porém, muito grande a força das coisas. Antes de rebentar a falência fraudulenta, não da República Argentina, mas dos maus governos daquele belo país, terminou escandalosamente o consórcio financeiro do México e dos Estados Unidos. Partiram as primeiras reclamações dos pobres acionistas defraudados; os infelizes que contribuíam para as extraordinárias empresas, pomposamente patrocinadas pelos generais de uma e de outra república, começaram a perceber, embora tardiamente, que tinham sido atrozmente espoliados. As minas nada

rendiam, as terras concedidas eram lhanos estéreis, serras inacessíveis ou pântanos e mangues pestilentos nas costas inóspitas do golfo ou do Pacífico. E, nessas fantásticas criações, nos ordenados das diretorias, nos estipêndios à imprensa, nas remunerações a funcionários mexicanos e a diplomatas dos Estados Unidos, escoaram-se, volatilizaram-se os milhões de dólares subscritos. O grito das vítimas foi medonho. A princípio, o grande prestígio do general Grant foi um dique que por algum tempo conteve a onda da indignação que afinal irrompeu por toda a parte, nos *meetings*, na imprensa e nos tribunais de Nova York. A célebre empresa do caminho de ferro do Tehuantepec foi declarada em falência; os bancos suspenderam pagamentos, houve suicídios entre os figurões comprometidos, um filho de Grant foi arrastado aos tribunais, e o pobre general sofreu grandemente na sua popularidade, quando o seu nome se achou envolvido em tantos litígios escandalosos. A maior parte dos decantados melhoramentos do México ficaram adiados indefinidamente, o tesouro daquela república saiu arreventado da luta, mas, continuando debaixo do domínio de Díaz e de González, o México é ainda hoje uma vítima, depauperada, da amizade e da fraternidade norte-americana.

\* \* \*

Essa rápida exposição demonstra o que é a fraternidade dos Estados Unidos para os países latinos. Vimos o México; vamos agora à América Central.

“Está no destino de nossa raça”, dizia, na sua mensagem de 7 de janeiro de 1857, o presidente Buchanan, “o estender-se por toda a América do Norte, e isto acontecerá dentro de pouco tempo se os acontecimentos seguirem o seu curso natural. A emigração seguirá até o sul, nada poderá detê-la. A América Central, dentro de pouco tempo, conterà uma população americana, que trabalhará para o bem dos indígenas.” O senador G. Brocon disse em 1858: “Temos interesse em possuir a Nicarágua. Temos manifesta necessidade de tomar conta da América Central, e, se temos essa necessidade, o melhor é irmos já como senhores àquelas terras. Se os seus habitantes quiserem ter um bom governo, muito bem e tanto melhor. Se não quiserem, que vão para outra parte. Vão-me dizer

que há tratados, mas que importam os tratados se temos necessidade da América Central? Saibamo-nos apoderar dela, e se a França e se a Inglaterra quiserem intervir, avante ó doutrina de Monroe!”

A extraordinária história do filibusteiro Walker é das que melhor pintam a má-fé norte-americana e o desprezo profundo que os governos dos Estados Unidos têm pela soberania, pela dignidade e pelos direitos das nações latinas da América. Houve um momento em que os americanos julgaram chegada a ocasião de conquistar a América Central. Tendo já conquistado metade do México, a conquista da América Central deixaria o que hoje resta do México independente, apertado entre dois territórios americanos, isto é, fadado a uma absorção rápida. Um aventureiro, William Walker, saiu em 1853 de S. Francisco, à frente de um pequeno exército de bandidos, formado debaixo das vistas protetoras das autoridades americanas. Esse bando armado invadiu o território mexicano de Sonora, e Walker proclamou-se presidente do novo território, anexando-o por sua própria autoridade aos Estados Unidos. Teve, porém, de desistir do seu propósito e de render-se às autoridades federais americanas de San Diogo, que o tiveram de julgar pelo crime cometido e pela quebra da neutralidade, mas que, como era de esperar, absolveram-no. Por esse tempo, na infeliz República da Nicarágua, tratava-se de uma eleição presidencial, o que nas repúblicas hispano-americanas é sinônimo de guerra civil. Estavam em campo dois candidatos, generais, já se vê, por sinal chamados, um Castellon e outro Chamarro. Mais ou menos eleito Chamarro, foi meio deposto por seu rival Castellon, que, para fortalecer a sua situação, teve a ideia desastrada de convidar a Walker a vir a Nicarágua ajudá-lo a defender a Constituição e o princípio da autoridade. Walker formou novo exército e partiu de S. Francisco em maio de 1855.

Imediatamente, o ministro da Nicarágua em Washington, o sr. Marcoleta, queixou-se energicamente, mas o secretário do Estado, Marcy, fingiu ignorar o caso e não atendeu ao reclamante. Logo teve lugar a primeira *batalha*. Os nicaraguenses aliados de Walker parece que fugiram aos primeiros tiros, mas os 56 americanos que ele comandava levaram tudo de vencida, dando a Walker um imenso prestígio.

Logo depois, outras vitórias do mesmo teor na Baía das Virgens, San Juan del Sur e Rivas, e sem resistência, Walker entrou em Granada. A

cidade foi saqueada durante três dias, e Walker tendo feito uma proclamação garantindo a vida dos moradores, os principais desses voltaram às suas casas e foram fuzilados sem demora nem processo. O ministro americano Wheeler, que estava feito com Walker, empenhou-se sobretudo para que aparecesse um cidadão importante chamado Mayorga, a quem deu todas as garantias, dizendo-lhe que ficava debaixo da proteção da bandeira estrelada dos Estados Unidos. Mayorga caiu na armadilha, e o ministro americano entregou-o a Walker, que o fuzilou logo com muitos outros cidadãos da Nicarágua.<sup>25</sup> Walker arranjou logo uma espécie de tratado de paz com um general Corral e fez presidente nominal da república d. Patrício Rivas, que, sob a pressão do medo, logo que pôde, fugiu das mãos de Walker, no que andou com prudência, porque dias depois o general Corral (outro protegido da legação americana) foi fuzilado. Walker ficou senhor absoluto do país e, a 12 de julho de 1856, proclamou-se ditador, tendo já o seu embaixador Vigil sido recebido solenemente pelo governo de Washington a 12 de maio do mesmo ano. A 22 de setembro, Walker expediu um decreto restabelecendo a escravidão na Nicarágua. A escravidão havia sido abolida ali havia trinta e dois anos. Grande parte da imprensa americana e a maioria do Congresso saudaram com júbilo esse decreto escravagista. As outras nações da América Central reconheceram o perigo, declararam guerra a Walker, que começou a receber grandes recursos dos Estados Unidos. A guerra seguiu com vária sorte. Walker incendiou completamente a cidade de Granada e recolheu-se a Rivas, praça que se rendeu ao general Mora em 1º de maio de 1857; e graças à intervenção do capitão Davis, comandante do navio de guerra americano *Saint Mary's*, Walker pôde escapar, refugiando-se com o seu estado maior e 260 soldados a bordo do mesmo navio de guerra, que os transportou para Nova Orleans, onde foram recebidos no meio de aplausos populares.<sup>26</sup>

---

25 *Walker on Nicaragua*, pág. 6. Cojutepec, 1856.

26 *Haydn's, Dictionary of Dates*, 1889, pág. 635.

O relatório do ministro da Marinha Toucey, em 1857, fala a respeito do asilo concedido a William Walker nos seguintes termos:

Em Nova York houve um *meeting* em honra e favor de Walker. O presidente dos Estados Unidos, Buchanan, mandou um telegrama encomiástico a respeito de Walker, dizendo que “os heroicos esforços de Walker excitavam a sua admiração e sua solicitude”.<sup>27</sup>

Em Nova Orleans, sempre com a benevolência do governo de Washington, começou o aventureiro a organizar outra expedição. Denunciado pelos agentes diplomáticos centro-americanos, foi preso, sendo, porém, logo solto mediante pequena caução. Equipando o navio *Fashion*, partiu a 11 de novembro para Punta Arenas, onde desembarcou com 400 homens, sem que se opusesse a isso o *Saratoga*, vaso de guerra americano. O capitão Paulding, da marinha americana, chegando depois, obrigou Walker a render-se e trouxe-o para Nova York. Walker foi entregue aos tribunais, mas esses não o processaram, sendo, porém, processado e reprimido o capitão Paulding, por ter excedido às suas instruções e ter contrariado o governo de Washington, declarado protetor de Walker. Em agosto de 1860, Walker desembarcou em Truxillo (Honduras), apoderou-se da fortaleza e saqueou a cidade. O capitão Salmon, comandante do *Icarus*, navio de guerra inglês, intimidou Walker a restituir a propriedade roubada. Walker recusou e fugiu. Foi perseguido, apanhado, e o governo de Honduras fê-lo julgar e fuzilar.<sup>28</sup> O desastre final de Walker produziu

---

“Julgou o governo necessário, como medida de humanidade e de política, dar instruções ao comodore Mervine (chefe da divisão naval), no sentido de facilitar ao general Walker e aos seus companheiros, no caso deles solicitarem a retirada da Nicarágua. A ação do comandante Davis, facilitando por meio do navio *Saint Mary's* a retirada da Nicarágua ao general Walker e aos seus soldados, foi pois aprovada por este ministério.”

Inglês: “*It was deemed necessary, as a measure of humanity and policy, to direct commodore Mervine to give general Walker and such of his men, as were willing to embrace it, an opportunity to retreat from Nicaragua. And the action of commander Davis, so far as he aided general Walker and his men, by the use of the Saint Mary's to retreat from Nicaragua, was approved by this Departement.*”

*Congressional Globe*, part. I, 1.st session, 35.th congress, 1857-1858, pág. 356.

27 Von Holst, *Constitucional History of the United States*, 1856-1859, pág. 160.

28 Haydn's, *Dictionary of dates*, 1889, *ibidem*.

indignação nos Estados Unidos. Quiseram fazer dele um herói sublime. O poeta Joaquim Miller exaltou-o e atribuiu-lhe:

*A piercing eye, a princely air  
A presence like a chevalier  
Half angel, half Lucifer.*

\* \* \*

Quem há, versado na história latino-americana, que não tenha na lembrança o bárbaro bombardeamento de S. João de Nicarágua (Greytown) em 1854? O comandante de um vapor americano matou cruelmente com um tiro de carabina, à entrada daquele porto, o patrão de um barco de pesca. As autoridades exigiram a entrega do criminoso. O ministro americano opôs-se; houve manifestações de desagrado ao ministro, e tanto bastou para que os Estados Unidos mandassem à Nicarágua a corveta *Cyane*, que exigiu todas as reparações, o pagamento de uma longa lista de pretendidos prejuízos sofridos por americanos e 30.000 dólares de indenização ao ministro pelas assuadas. Isso sob pena de bombardeio em vinte e quatro horas. A população, julgando que o caso se limitaria a algumas bombas arremessadas contra a pequena cidade, que apenas contaria umas quinhentas casas, retirou-se para o interior. O comandante do vaso de guerra inglês *Bermuda* protestou solenemente, declarando que só a fraqueza do seu navio impedia-o de opor-se pela força ao bombardeio. No dia seguinte, depois de atirar algumas bombas, o comandante operou um desembarque, e as suas tropas incendiaram todas as casas. A cidade ficou inteiramente destruída, e o prejuízo causado a estrangeiros pela destruição de mercadorias subiu a mais de 2.000.000 de dólares.<sup>29</sup>

---

29 Calvo, *Traité theorique et pratique de droit international*.  
Von Hoist, vol. IV, pág. 11.

Na grande obra do sr. Calvo, a data do bombardeio é dada como em 1834, e noutra sua obra, como em 1835. Erros de revisão desta ordem são numerosos nas preciosas e utilíssimas compilações do sr. Calvo. Por isso é preciso um certo cuidado com as

Esse crime não teve outra punição além do justo estigma da história.

Quando a Inglaterra começou a se apoderar dos territórios que cercam Belise e das ilhas Honduranas que constituem hoje a Honduras inglesa, a pobre República de Honduras em vão apelou para a proteção do governo de Washington, alegando contra a violência que lhe era feita a doutrina de Monroe.

Nessa questão da Centro-América, longe de se opor à intervenção europeia, o governo americano solicitou até a interferência da Inglaterra no assunto, pelo tratado de 19 de abril de 1850, conhecido pelo nome de Tratado Clayton-Bulwer. Por esse tratado os Estados Unidos associaram-se à monarquia europeia para regularem a construção e a neutralidade do projetado canal de Nicarágua. E, coisa notável, uma das consequências desse tratado foi os Estados Unidos reconhecerem solenemente o domínio inglês em Honduras em detrimento das repúblicas espanholas do Centro-América. Na cláusula primeira desse tratado, os dois governos concordavam que nem um nem outro poderia ocupar, fortificar, colonizar, assumir ou exercer qualquer domínio sobre Nicarágua, Costa Rica, Costa dos Mosquitos ou qualquer parte da América Central.

Em 29 de junho de 1850, o ministro inglês em Washington *Sir Henry Lytton Bulwer* declarava que o governo inglês excluía daquela cláusula os estabelecimentos ingleses de Honduras, e a 4 de julho o secretário de Estado anuía numa nota admitindo que ficavam fora do tratado os estabelecimentos ingleses em Honduras.<sup>30</sup>

Só em 1855 o ministro americano em Londres, Buchanan, solicitou que a Inglaterra abandonasse a ilha de Ruatan e outras de que a Inglaterra se tinha apoderado na costa de Honduras, assim como o território entre os rios Sibun e Sarstoon, e que a possessão inglesa de Belise se limitasse à parte dos tratados anglo-espanhóis de 1783 e 1786, e que a

---

informações que elas nos fornecem, sendo sempre bom ir verificar as fontes citadas que, sendo numerosíssimas, nem todas puderam ser convenientemente resumidas pelo autor. Assim, o sr. Calvo não fala do protesto, importantíssimo aliás, do comandante do *Bermuda*, e é de estranhar que episódios da importância das expedições Walker não sejam sequer tratados pelo escritor argentino.

30 Hertslet, *A complete collection of treaties, etc.*, vol. VIII, pág. 969, e vol. X, pág. 645.

Inglaterra abandonasse a Costa dos Mosquitos. Lorde Clarendon, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, respondeu com uma redonda negativa. E Monroe?<sup>31</sup>

Quando se formou na Europa, com sede em França, a malograda companhia do canal interoceânico, que obteve uma concessão do Congresso colombiano, o governo de Washington saiu-se logo com a doutrina de Monroe, fazendo um terrível escarcéu. O velho Lesseps, porém, foi de Panamá a Nova York, foi a Washington e, como por encanto, toda a oposição cessou, por parte da secretaria de Estado. Anos depois, tudo isso ficou explicado por ocasião do célebre processo de Panamá, e soube-se porque as influências americanas, os homens de governo de Washington deixaram de lado Monroe e a sua doutrina. No processo de Panamá, verificou-se que milhões de francos foram misteriosamente gastos para acalmar escrupulos e suavizar a doutrina de Monroe. Eis qual tem sido o papel dos Estados Unidos em relação à grandiosa ideia do canal interoceânico. Aquele país tem empregado toda a sua influência para atrasar e embaraçar por todas as formas a grandiosa empresa, prometedora de benefícios para a humanidade, e isso para não prejudicar as companhias

---

31 Eliséé Réclus, *Geographie universel*, tomo XVII, pág. 484, diz: “*La côte dite de Mosquitia ou des Mosquitos fut revendiquée par le gouvernement anglais, et si les Etats Unis n'étaient intervenus, tout l'espace compris entre la rivière de Nicaragua et la baie de Honduras serait devenu territoire britannique comme l'est actuellement le pays de Belize. En vertu de la doctrine de Monroe, l'Amérique reste aux Américains et le littoral de la mer des Caraïbes est restitué à la République du Nicaragua.*”

Essa afirmação do ilustre geógrafo é inteiramente falsa. A intervenção dos Estados Unidos foi seguida da negativa de Lorde Clarendon. Em 1860, pelos tratados de 28 de janeiro e 11 de fevereiro, assinados em Manágua, a República de Nicarágua fez muitas concessões à Inglaterra quanto ao trânsito do istmo; a Inglaterra garantiu a neutralidade do istmo e cedeu à República de Nicarágua o protetorado da Costa do Mosquito.

Em troca de concessões análogas feitas por Honduras, a Inglaterra reconheceu, com várias restrições, o domínio dessa república sobre as ilhas de Honduras pelo tratado de 28 de novembro de 1859.

Nos Estados Unidos esses tratados foram considerados como vitórias da diplomacia inglesa e foram muito atacados, prova de que não foram celebrados, graças aos Estados Unidos, como diz o sr. Réclus.

dos caminhos de ferro transcontinentais. É mais um serviço que lhe devem a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e o Chile, países cuja prosperidade tanto necessita do canal de Panamá.

Quando, em 1888, a esquadra italiana ameaçou os portos da Colômbia e do Equador, exigindo violentamente satisfações e indenizações, que proteção às suas irmãs violentadas deu a república norte-americana?

Nenhuma.

Quer-se apresentar o governo americano aos brasileiros como o grande amigo das nações deste continente, como o seu protetor nato. Há jornais brasileiros, de tão atrofiado patriotismo, que chegam a colocar o Brasil como que debaixo do protetorado americano, fazendo do Rio de Janeiro o vassalo e de Washington o suserano. É contra essa falsa ideia, contra esse esquecimento do pundonor nacional, que queremos reagir, lembrando aos nossos compatriotas o que tem sido a política americana.

Para o México, ela tem sido um algoz; e, para a América Central, um inimigo.

\* \* \*

Continuemos agora a ver o que os Estados Unidos têm feito contra outros países, sem esquecer a pobre República do Haiti, a quem os Estados Unidos tanto têm atormentado, a pretexto de indenização por prejuízos sofridos por americanos, nas muitas revoluções haitianas. Haiti e S. Domingos já têm sido várias vezes ameaçados por navios de guerra da união americana, sempre a pretexto de indenizações reclamadas. E aqueles pobres países julgavam-se isentos dessas reclamações; todos os seus governos tinham decerto, cautelosamente, expedido decretos dizendo de antemão que não se responsabilizavam pelos prejuízos que as suas revoltas causassem, tanto em terra como no mar!

Não é tão grande, como se pensa no Brasil, o empenho que têm os Estados Unidos de que a Europa não possua territórios na América.

A Dinamarca já lhes quis ceder a ilha de S. Tomás; os habitantes aceitaram a ideia, mas os Estados Unidos recusaram. No momento dominava naquele país uma política de retraimento, reação do período

anterior das invasões do México e da América Central. O presidente Grant mostrou-se disposto a adquirir Cuba, e hoje, que os Estados Unidos preparam-se com uma nova esquadra para fazer política exterior,<sup>32</sup> as vistas americanas são para outro porto das Antilhas, para o porto magnífico do Haiti, o Molhe S. Nicolas, cuja posse é exigida pela marinha americana para centro da estação naval do golfo e para dominar completamente a passagem dos estreitos antilhanos. O governo americano, nestes últimos tempos, tem já tido as necessárias *complicações* com o Haiti, desavenças preparatórias para a conquista, que em documentos oficiais já ultimamente tem sido aconselhada e reclamada.

Devemos, a respeito de Cuba, mencionar de passagem a expedição que fracassou em Round Island em 1849, a que foi batida em Cardenas em 1850, a de 1851, comandada pelo caudilho López, que, batido, foi executado, com cinquenta dos seus companheiros.<sup>33</sup>

Os patriotas cubanos que têm sonhado com a independência da pérola das Antilhas puseram, a princípio, grandes esperanças na doutrina de Monroe. Julgaram que os Estados Unidos não podiam deixar de protegê-los contra a metrópole. Como poderia a águia americana consentir que, à sombra das suas asas poderosas, continuasse uma parte do livre solo americano debaixo do jugo espanhol? Nova York por muitas vezes tem se tornado o quartel-general dos conspiradores cubanos. A legação da Espanha, em Washington, diversas vezes tem protestado contra a quebra das leis da neutralidade por parte do governo americano, que tem deixado organizarem-se verdadeiras expedições armadas contra esse governo, sem falar na célebre expedição López? A princípio, deixa que a conspiração gaste dinheiro em Nova York, frete navios, compre armas e, à última hora, vira-se contra ela; a polícia americana põe-se de acordo com o serviço de vigilância mantido pela legação espanhola, e

---

32 A construção dessa esquadra foi ensejo para grandes escândalos administrativos entre o Ministério da Marinha e os construtores. Ficou provado que os construtores e empregados superiores da marinha roubaram descaradamente o tesouro. Basta dizer que o governo pagou como encouraçados navios que o não são.

33 Sobre essa expedição ler: *América y España*, de d. José Ferrer de Couto. Cádiz, 1859.

os pobres patriotas são burlados nas suas esperanças. Mais de uma vez, as expedições têm chegado a sair de portos americanos, têm aportado a Cuba e têm sido invariavelmente batidas pelos espanhóis. Os patriotas cubanos, talvez injustamente, acusam sempre os seus auxiliares, americanos mercenários, de traição. Uma vez, a tripulação inteira de um navio, composta de americanos, foi inexoravelmente fuzilada em Cuba e, apesar da emoção que esse fato produziu nos Estados Unidos, o governo de Washington nem por isso tomou a defesa da causa da independência cubana. Tem sempre abandonado essa causa, vendendo à Espanha a posse indefinida de Cuba, a troca de favores comerciais, isenções de direitos para produtos americanos, etc. O frio egoísmo e o requintado maquiavelismo não são, pois, privilégio exclusivo da negrada diplomacia das cortes europeias.

Ninguém ignora que a república, então chamada de Nova Granada (hoje Colúmbia), concluiu com os Estados Unidos um tratado a respeito da construção de um caminho de ferro no istmo de Panamá, o mesmo caminho de ferro que mr. de Lesseps comprou depois por vertiginosa quantidade de milhões, por conta dos pobres acionistas da companhia do Canal.

Fez-se o caminho de ferro, e Panamá tornou-se um lugar de um trânsito espantoso. Trânsito do ouro que vinha da Califórnia e de americanos que iam para a Califórnia. Do ouro nada ficava em Panamá, mas dos americanos alguns ficavam, e esses exerciam diariamente a sua brutalidade contra os pobres habitantes, desgraçados *south americans* destinados a sucumbir ao contato do *yankee*. No dia 15 de abril de 1856, as provocações americanas cansaram a paciência dos naturais de Panamá.

Os americanos começaram a fazer fogo de revólver contra os passantes; estes reagiram a pedra, depois a tiro. Numa palavra, houve um tumulto enorme e muitos mortos de parte a parte. Resultado: intervenção americana, intimação para o governo do istmo ser independente de Bogotá (isto é, entregue aos *yankees*) e 400:000 dólares de indenização.

Quem, porém, devia pagar as vidas dos neogranadinos, tiradas pelos americanos, e as suas casas incendiadas por estes? Veio o costumeado *ultimatum* e o governo de Bogotá deu-se por muito feliz por ter

somente de pagar a exorbitância que lhe era exigida pela força e contra todo o direito.<sup>34</sup>

Os Estados Unidos têm muitas relações com o Peru, e essas relações não têm trazido grandes benefícios para esta república latina.

A república do Peru sofreu também violências americanas.

Durante uma das muitas revoluções daquele país, vários navios americanos, entre outros a *Lizzie Thompson* e a *Georgiana*, aproveitando-se do fato de os navios de guerra peruanos estarem com os revoltosos, empregaram-se ativamente no contrabando do guano contra disposição expressa das leis peruanas. Os navios de guerra revoltosos entregaram-se ao governo, fato que deu muito prestígio ao princípio da autoridade e consolidação da república no Peru, que depois disso (1860) tem gozado de inalterável felicidade de riqueza e poderio, como sabemos. Um desses navios revoltosos, o *Tumbes*, logo que voltou ao serviço da legalidade, aprisionou, como era direito e dever do governo peruano, os navios contrabandistas. O que fez o governo de Washington? Reclamou cada vez mais insolentemente, rompeu as relações diplomáticas, andou procurando nos arquivos quanta espécie de reclamação havia, juntou tudo, lançou um *ultimatum*, e o pobre Peru teve de pagar.<sup>35</sup>

A história do Peru, depois do grande período trágico e heroico da conquista e depois de findo o domínio colonial, é bem simples. Tem sido setenta anos de desgraça, que transformaram a mais rica possessão da coroa espanhola num dos países mais pobres e infelizes do mundo. Quatorze lustros de regime republicano! Houve, porém, um período de ilusória prosperidade, e é de estranhar que então alguém também não nos dissesse: *Olhemos para o Peru!* O grande período da nevrose e da megalomania financeira na Argentina foi o período da grande importação do ouro europeu; o período correspondente, no Brasil, foi o da fundação

---

34 Vide *Nueva Granada y los Estados Unidos de America*, Final contestacion diplomatica. Bogotá, 1857; Manifesto dirigido á la nacion por algunos representantes sobre el convenio Herran - Cass. Bogotá, 1858.

35 O direito do Peru é demonstrado à saciedade na correspondência oficial trocada a esse propósito entre os governos de Washington e de Lima. Vide *Question between the United States and Peru. Diplomatic correspondence*. Lima, 1861.

das finanças republicanas, foi a época do papel. No Peru, a época pode ser chamada a época do guano.

Durante centenas, se não milhares de anos, segundo os cálculos do sábio Raymondi, os pelicanos do mar, as aves dos rochedos, as gaivotas das praias, revestiram as fraldas dos penhascos, as planuras e encostas dos ilhotes e das enseadas fragosas, de uma grande e profunda cobertura de dejeções que constituíram uma enorme massa de matéria alcalina e fosfatada com que a indústria começou, há uns trinta anos, a revigorar as terras exaustas pelas culturas seculares. Para os vales da Virgínia, depauperados pela esgotante cultura do tabaco, para os campos da Inglaterra e da Alemanha, foi levado, em grandes carregamentos, o adubo salvador, comprado a peso de ouro no Peru. Isso que devia ser a riqueza da infeliz nação foi uma causa de desgraça. O esterco, que ia ao longe fertilizar as terras estéreis, serviu para ativar a putrefação do governo e do país todo. O guano foi declarado propriedade nacional e a sua extração era objeto de concessões feitas a particulares. Os particulares eram, em regra, parentes ou amigos dos homens do governo e tornavam-se, em todo o caso, seus sócios. O tesouro recebia grandes proventos do guano, já em troca das concessões, já sob a forma de direitos de exportação. Foi nesse tempo que o governo peruano viu-se presa de um bem singular motivo de inquietação ou de susto, susto que parece ser próprio aos estadistas financeiros, em vésperas de grandes desastres. Também no Peru se perguntava na imprensa, no congresso, em conversas particulares: O que fazer dos saldos do tesouro? Pergunta insensata!

Há um conto oriental – do homem a quem o destino deu um milhão por dia com a condição do homem gastá-lo todo no tempo compreendido entre duas auroras.

A falta do cumprimento dessa condição era a morte do infeliz. Prazeres, gozos, prodigalidades, tudo isso bastou, nos primeiros dias, para consumir o milhão diário. Em pouco tempo veio a fadiga, o esgotamento e debalde trabalhava a imaginação do homem para achar o meio de esvaziar os últimos sacos de ouro que ainda estavam cheios quando já alvorecia a aurora do novo dia. Apareceu o Anjo da Morte e anunciou ao desgraçado o seu fim. Lamentou-se o homem: Não consegui gastar o meu milhão! E o Anjo da Morte respondeu-lhe: – É que tu esqueceste

o único meio que havia para isso! – Qual era? – Fazer o bem!

Ora, os países, vitimados pela superabundância de dinheiro, só têm um meio de escapar a esse mal, aliás singularíssimo. É fazer o bem. E há tantos modos de um governo ser benfazejo! Não falamos de socorros públicos, de grandes esmolas coletivas, de dinheiro distribuído pelos pobres ou pelos soldados, sinais certos estes do esfacelamento do caráter nacional, fatos próprios das tiranias expirantes e dos pretorianismos insaciáveis. A ciência política caminhou desde a antiguidade. Hoje, o dinheiro público, que vem do imposto, sendo mais do que é necessário para os serviços públicos, o que há a fazer é pagar as dívidas do Estado, se o Estado tem dívidas. Se não as tem ou se não convém liquidá-las por qualquer razão, não há outro alvitre honesto senão a diminuição dos impostos.

Os Estados Unidos, há bem pouco tempo, tinham um saldo embaraçoso, uma grande reserva metálica que muito deu que falar. Por alguns anos prevaleceu, até certo ponto, nesse particular, a política honesta e sensata de aplicar esse saldo à amortização da dívida. Os protecionistas não queriam consentir na diminuição dos impostos de entrada, que eram os que mais avolumavam o saldo. A tentação era, porém, muito grande e muito pequenos eram os escrúpulos dos políticos. Em pensões escandalosas, em subsídios injustificáveis foi malbaratado o saldo.

Apareceu o déficit no orçamento. O tesouro, para favorecer os ricos proprietários das minas, continuou a permitir a livre cunhagem da prata, foi transformando um metal desvalorizado numa moeda também depreciada e, em virtude da célebre Lei de Gresham – que a moeda depreciada faz emigrar a moeda de valor –, o ouro emigrou para a Europa, e o país todo caiu na pavorosa crise econômica em que hoje se debate, sobrenadando no naufrágio os grandes capitalistas e os homens do monopólio, sendo, porém, a classe pobre, os operários, mergulhados na miséria a mais negra.

O Peru, dizíamos, achou-se em sérias dificuldades diante de tanto dinheiro. Não lhe veio à mente a ideia de fazer o bem, que seria, no seu caso, o pagamento das dívidas nacionais ou a diminuição dos impostos. Por essa época, o ministro das Relações Exteriores mandou uma circular às legações peruanas, ordenando-lhes que, convocando os principais

economistas dos países onde se achassem acreditadas, expusessem-lhes a situação financeira do Peru e pedissem àqueles luminares da ciência conselho e opiniões para aquele grave caso. O Peru sofria, o Peru ia morrer talvez e desesperado recorria à ciência, perguntando-lhe quais os remédios para o seu mal, para a terrível doença: a plethora de dinheiro. Variaram talvez os alvitres, mas a doença desapareceu por si, antes de ser aplicado ao enfermo o receituário da douta faculdade. Dois generais de boa vontade, os generais Pardo e Prado, secundados por outros colegas, por muitos coronéis e por um exército todo metido a político, acabaram com os saldos, e o Peru deixou de ser exceção na América espanhola, ficou tão falido como qualquer outra república, dando-se a integralização na quebradeira hispano-americana.

Nessa época de desmoralizações administrativas que chegam até a legenda, foi grande no Peru a maléfica influência dos Estados Unidos. Os aventureiros americanos enchiam Lima. Como no México, esses aventureiros eram apresentados pela legação americana, por ela patrocinados, e o posto de ministro americano no Peru tornou-se muito lucrativo. De vez em quando, lá iam boas somas de indenizações a *yankees* concessionários de guanos ou de qualquer outra coisa e que se pretendiam lesados pelo governo. Ora, esses movimentos de capitais não se dão sem deixar algumas aparas nas mãos da diplomacia de Washington. Falava-se também, às vezes, em doutrina de Monroe, o que não impediu a Espanha de agredir o Peru e o Chile, bombardear Valparaíso sem que dos Estados Unidos partisse uma voz sequer em favor dos países vítimas da violência daquela nação europeia. A esse propósito escrevia um ilustre argentino:

“A doutrina de Monroe não convém à América do Sul, e o exemplo mais curioso que citei é o desse bombardeio de Valparaíso. A esquadra norte-americana dos mares do sul assistiu impassível ao bombardeio de Valparaíso, porque, em virtude da doutrina de Monroe, as potências europeias ficam excluídas de toda a intervenção na América. Em virtude dessa doutrina, aquela esquadra deveria opor-se ao bombardeio, mas, para se opor eficazmente, ela precisaria do apoio das esquadras da França e da Inglaterra presentes no porto, e essas esquadras, ainda em virtude da tal doutrina, abstiveram-se e deu-se o bombardeio. Por

este exemplo, vê-se de que utilidade pode ser a doutrina Monroe para a América do Sul.”<sup>36</sup>

Voltemos, porém, ao Peru.

O guano foi diminuindo pouco a pouco.

O governo do Peru lançou mão do trabalho dos chins, reduzidos nas guaneiras a verdadeiros galés e na realidade escravizados nas estâncias e nas fazendas de açúcar. Esse tráfico de escravos amarelos era feito por umas casas americanas, e quase sempre sob a bandeira estrelada que protegia a escravidão asiática, já no Peru, já em Cuba. O porto de saída desses desgraçados era Macau. O governo português começou a se impressionar com o escândalo, e o relatório que Eça de Queiroz, cônsul de Portugal em Havana, apresentou ao governo demonstrando as monstruosidades cometidas contra os chins apressou talvez o fechamento do porto de Macau à emigração chinesa. Houve americanos estabelecidos no Peru e ligados aos agricultores peruanos que se enfureceram com a supressão do tráfico amarelo, e foi então que se organizou uma das mais hediondas empresas de pirataria de que há notícia. Foi armado um grande navio, que saiu mar em fora e demandou o pequeno grupo de ilhas perdido no oceano Pacífico conhecido pelo nome de ilha da Páscoa, e que hoje foi anexado pelo Chile.

Essas ilhas, célebres pelos estranhos monumentos graníticos que lá deixou uma raça desaparecida, pelos vultos colossais de pedra esculpi-

---

36 Alberdi, tradução de Th. Mannequin, Paris, 1866. *Antogonisme et solidarité des états orientaux et des états occidentaux de l'Amérique du Sud*, pág. 155 – Enquanto os Estados Unidos mostravam essa indiferença diante do assalto da Espanha às repúblicas do Pacífico, o Brasil monárquico, embora a braços com as dificuldades da guerra do Paraguai, respondia ao apelo do Chile pela seguinte forma:

“Correspondendo ao honroso apelo do governo chileno, o governo de Sua Majestade o imperador autoriza o abaixo-assinado a assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que, de perfeito acordo com as considerações exaradas por V. Ex<sup>a</sup>, o governo imperial não vacilará em prestar com o maior prazer o concurso dos seus bons ofícios e do seu apoio moral para que não prevaleçam princípios que ofendam a autonomia e os legítimos interesses dos estados do continente sul-americano.”

Essas palavras são de uma nota dirigida a 7 de junho de 1864 a d. Manuel A. Tocornal, ministro das Relações Exteriores do Chile pelo conselheiro João Pedro Dias Vieira, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império.

da plantados nas encostas das montanhas, por uma civilização ignota, eram povoadas de polinésios, raça suave e inofensiva, de uma inocência paradisíaca, que o contágio exterminador do homem civilizado ainda não vitimara. Os flibusteiros desembarcaram na ilha, mataram as crianças, os velhos e quase todas as mulheres, e acorrentaram e algemaram os homens válidos que, atirados ao porão do navio, foram trazidos para o Peru como escravos. Quando a notícia desse horrível atentado ecoou na Europa, o governo inglês comoveu-se e ordenou ao ministro da Inglaterra em Lima que informasse sobre o assunto. Verificada a exatidão da notícia, o governo inglês exigiu inexoravelmente que os infelizes escravizados lhe fossem entregues pelos cidadãos republicanos da América.

Recolhidos a bordo de um navio de guerra inglês, os desgraçados que tinham escapado à ferocidade americana foram restituídos às suas ilhas, devendo sua salvação ao espírito cristão da Inglaterra, às sociedades humanitárias compostas de burgueses, de mulheres religiosas e de curas de aldeia, que naquele país, que é o mais poderoso e livre do mundo, têm bastante influência para mover a imprensa, a opinião e o governo em favor de uns míseros selvagens, perseguidos a milhares de léguas de distância.

Era essa, e originava fatos dessa ordem, a situação política e financeira do Peru, quando houve a guerra com o Chile. Depois da utilização das guaneiras que estavam quase esgotadas no extremo sul do país e na costa boliviana, descobriram-se, ou antes, começaram a ser utilizados os chamados campos de nitrato de soda, isto é, grandes e espessas camadas dessa substância, provindas parece que de feldspatos decompostos pela ação das águas termais e sepultados hoje nos areais do deserto de Atacama. Esses nitratos são, como o guano, adubos de grande valor para as terras. Assim, aquela região de absoluta aridez começou a dar a terras distantes a fertilidade que ela mesma não tinha. Afluíram para Atacama os grandes capitais e as grandes energias dos chilenos. A concorrência foi fatal a peruanos e a bolivianos. O Chile foi logo senhor da indústria dos nitratos. Começaram as autoridades bolivianas a vexar por todas as formas fiscais e administrativas os chilenos. Daqui incidentes diplomáticos, conflitos, questões e, por fim, a guerra.

Nessa guerra havia, de um lado, o pequeno exército chileno triplicado pelo número de voluntários; do outro, havia dois exércitos desmoralizados por longos anos de intervenções na política, desorganizados pelos pronunciamentos, desprestigiados pelas confraternizações, aviltados pelas traições e pelas falsidades que são a sorte comum da vida de todo o exército que se mete em política. A vitória, árdua, gloriosa nas suas dificuldades, terrível nos seus efeitos, coroou a energia da administração chilena. A guerra estava a findar quando se deu a célebre intervenção norte-americana, episódio curiosíssimo da história da América do Sul.

O ministro americano Hurlbuth era o legítimo representante dos interesses fundidos das casas americanas e dos políticos peruanos nos escândalos da exploração do guano e dos mil negócios que, à sombra da diplomacia norte-americana, tinham já arruinado o Peru. A vitória chilena era a desorganização de toda aquela federação de interesses e de corrupção. Era presidente dos Estados Unidos o general Garfield e chefe do gabinete ou secretário de Estado, o famoso James C. Blaine.

Singular e estranha personalidade era a desse quase grande homem! Havia nele como que um último alento do sopro heroico dos tempos da independência e da grandeza intelectual dos estadistas americanos. Ele era uma espécie de Hamilton, de Clay, de Webster ou de Seward, mas era incompleto, era desigual e desequilibrado. Faltava-lhe a grandeza moral daqueles vultos ou talvez simplesmente a sua estrela. Na audácia, na vastidão dos seus projetos, era de um arrojo quase genial. Na execução, os seus meios eram fracos, as suas hesitações eram longas, os seus recursos pareciam poucos, os seus aliados eram ignóbeis, seus motivos dir-se-iam pessoais e mesquinhos, talvez imorais; a sua política era tortuosa e a *mise-en-scène*, embora espetaculosa, nunca lhe deu, aos olhos dos seus compatriotas, senão esse prestígio incompleto que sempre lhe bastou para dar-lhe a audácia dos grandes intuitos sem, contudo, garantir-lhes o sucesso. A razão de tudo isso era, quem sabe, se simplesmente a diferença que há entre o tempo dos grandes homens a quem Blaine sucedeu na política e a degenerescência da antiga tradição dos velhos estadistas americanos.

Os pais da pátria americana, os fundadores da Constituição, viveram num período histórico de pureza moral, em tempos de patriotismo e de

abnegação. Blaine floresceu no império do industrialismo e da finança, na expansão de todos os despotismos do monopólio e de todas as corrupções da plutocracia. Não é uma simples banalidade a velha proposição do Montesquieu de que as repúblicas precisam ter como fundamento a virtude. Esse foi o fundamento da república norte-americana. Será inviável e uma fonte perene de males qualquer outra república que não tiver o seu berço banhado na atmosfera da virtude cívica. As sociedades políticas e as formas do governo precisam nascer puras para ter a vida longa e próspera. Os organismos políticos são como os organismos animais e vegetais; quanto mais perfeitos nascem e quanto mais robusta é a sua infância, mais garantias apresentam de duração.

Nunca se viu uma república nascer disforme para a vida da violência, do crime, da discórdia, da corrupção e do erro para daí se adiantar até a virtude, a paz e a verdade.

Imaginará alguém por ventura a república romana nascendo com Sila e Catilina e acabando em Fabrício e Cincinato? A crença universal sempre atribuiu à humanidade em seu aparecimento a frescura de todas as forças vivas.

A podridão é própria dos túmulos e não dos berços. O que há a esperar de uma existência humana cuja infância não tenha sido inocente?

Querer justificar a corrupção e o crime quando aparecem, por assim dizer, identificados e consubstanciados com uma república que começa, dizendo que tudo isso é próprio das instituições novas, é falsear a verdade histórica. Não; o nascer das repúblicas, se não for rodeado do perfume da abnegação, se não fumegarem em roda do seu berço o incenso puro e a mirra incorruptível do sacrifício e do patriotismo, não promete e não dará nunca no futuro senão crimes e desgraças.

A república norte-americana não teve a sua infância corroída pela corrupção, nem a sua puerícia se passou nos jogos sangrentos das guerras civis. Era ela já quase secular quando o seu solo foi fratricidamente regado pelo sangue de seus filhos; e os vícios contra os quais lutam hoje os patriotas, as faltas que lhe apontam os pensadores, são vícios de hoje, faltas atuais, que não se podem justificar no exemplo dos antepassados. A lição da história da independência e os exemplos das gerações extintas são espelhos de virtude.

Blaine foi e tinha que ser o estadista da sua época.

Tinha bela presença, a sua voz era insinuante, o seu olhar era agudíssimo, o seu sorriso era cheio de finura. Foi chamado o homem magnético. Era um grande orador e um escritor de raça. A sua ilustração era vasta em assuntos da política nacional, deficiente no resto dos conhecimentos humanos, mas o seu talento supria tudo. Fez-se grande e subiu por si. Os seus adversários atribuíam-lhe grande número de capitulações de consciência com os interesses de grandes financeiros, e a sua pobreza sabida era um pouco contraditória com o luxo de sua vida, com o seu belo palácio de Washington, com os vastos salões, cheios de objetos de arte e de retratos, bustos, estátuas, medalhas, quadros, gravuras e mil outras recordações de Napoleão, herói da especial admiração de Blaine. O estadista republicano tinha ideias dominadoras e o temperamento cesariano. De todas as paredes da casa de Blaine, o olhar profundo de Bonaparte crava-se nos visitantes. Napoleão não terminara a conquista da Europa e nos abismos dos seus pensamentos estava a ambição de dominar o Oriente e a Ásia. Blaine via na política mais do que a arte de ganhar eleições; o seu talento de orador pedia talvez um teatro igual ao teatro em que representam os Gladstone e os Salisbury. Debaixo das ogivas de Westminster, a palavra da eloquência pode decidir a sorte de um povo. Nas estreitezas do sistema presidencial, o presidente pode ser um incapaz, um incompetente teimoso, armado de imenso poder contra o qual são inúteis todos os esforços do talento. Blaine sentia-se afogado naquele meio, e toda a sua imaginação volvia-se para a política exterior. Na política exterior ele foi o lisonjeiro por excelência do espírito da dominação americana sobre todo o continente. Ele imaginava a águia americana pairando, de polo a polo, com as asas poderosas expandidas. A águia simbólica, ele não a via protegendo os fracos com a sua sombra, como acredita a ingenuidade de alguns sul-americanos. Ele queria que ela dominasse, que o seu olhar perscrutasse as solidões geladas do polo, os vales profundos dos Andes, as planuras do Amazonas, a vastidão dos pampas e o infinito dos mares. Ele queria que o bico adunco daquele pássaro apocalíptico rasgasse os inimigos, e que as garras colossais se apoderassem de todo o continente de Colombo. Blaine no poder era uma ameaça para toda a América.

Quando chegava ao seu termo a guerra do Pacífico, Blaine era secretário de Garfield, e Blaine teve uma ocasião de tentar fazer prevalecer a política que ele mesmo chamou a política imperial dos Estados Unidos.

O presidente Hayes, embora tivesse sido derrotado pelos eleitores, acabava de exercer o seu mandato usurpado, ocupando ilegalmente a cadeira de presidente em que o colocara um voto fraudulento do Supremo Tribunal encarregado da apuração eleitoral. O patriotismo de seu competidor, o presidente eleito, Tilden, preferiu deixar o usurpador na suprema magistratura a abrir um conflito que levaria, com certeza, o país a uma nova guerra civil. O general Garfield, apenas eleito, confiou a direção da política internacional a Blaine, e a atenção deste volveu-se logo para a luta entre o Chile, o Peru e a Bolívia.

A primeira dessas nações estava em vésperas de colher o fruto das suas árduas vitórias, impondo aos vencidos uma paz garantidora dos interesses, da tranquilidade e da segurança do Chile no presente e no futuro. Começaram a se agitar no Peru e em Nova York os interessados americanos, sócios de peruanos e bolivianos nas concessões de guanos e na extração dos nitratos. A consagração da vitória chilena era o fim definitivo do regime das concessões, dos privilégios e dos mil abusos, tão úteis aos americanos, na desordem financeira do Peru e da Bolívia. O ministro americano Hurlbuth, em Lima, e os seus colegas gerais Adams, em La Paz, e Kilpatrick, em Santiago, entraram na combinação. Era preciso uma intervenção dos Estados Unidos em favor dos vencidos, e contra o Chile, e em benefício direto dos especuladores americanos e seus sócios.

Já dissemos que, por ocasião da guerra do Paraguai, os ministros americanos Washburn e o general Mac-Mahon constituíram-se os defensores acérrimos de López, foram seus comensais, testemunhas e, pelo silêncio, cúmplices das suas horríveis atrocidades. Iludido pelas notícias dos seus diplomatas, o governo de Washington considerou López, por muito tempo, como a vítima simpática do bárbaro exército aliado. Foi preciso que o ilustre coronel Von Versen, que há pouco morreu general do exército alemão e ajudante de ordens do imperador Guilherme II, foi preciso que este europeu, um dos prisioneiros de López que mais sofreram na sua tirania, fosse libertado depois de Lomas Valentinas pelo

marquês de Caxias e, indo aos Estados Unidos, escrevesse a verdade sobre López, para desfazer no espírito do governo de Washington indisposição que, contra o Brasil, tinha criado a falsidade das informações diplomáticas. O governo americano esteve até em termos de mandar uma esquadra à América do Sul para proteger López.

Em relação ao Chile, deu-se a mesma coisa. O governo americano quis arrancar do Chile o resultado das suas vitórias. As informações dos ministros americanos no Pacífico medraram depressa no ânimo de Blaine, sempre disposto à política da intervenção, da arrogância e de quase despotismo em relação aos outros países da América. Os especuladores do guano e dos nitratos falaram-lhe de grandes lucros para o comércio americano e, entre a administração americana e os especuladores, houve acordos, combinações e arranjos muito suspeitos. Em resultado disso tudo, Blaine despachou para o Chile, como medianeiro de paz, mr. Trescott, que levava como seu secretário mr. Walker Blaine, filho do secretário de Estado. O enviado extraordinário, em missão especial, levava instruções de proteger a todo o transe os interesses dos homens dos guanos e dos nitratos e ordem para, esgotados os meios suasórios e de conciliação destinados a apressar a paz, dar um *ultimatum* ao Chile, impondo-lhe dentro de certo prazo a retirada das suas tropas do território do Peru e da Bolívia. Era a mais brutal intervenção, a mais injustificável das prepotências.

Mr. Trescott, em Lima e em Santiago, tinha-se posto de acordo com o ministro da França, e sua ação contra o Chile devia ser conjunta com a da diplomacia francesa. Era interessada nessa questão dos guanos uma grande casa judia, os Dreyfus, de Paris, de quem fora advogado o então presidente da república francesa, que os jornais republicanos, nesse tempo, chamavam ainda o íntegro Grévy, alguns anos antes do processo em que ficou provado que o seu genro Wilson tinha, no palácio do presidente, agência montada de venda de empregos e condecorações.

Onde estavas ó doutrina de Monroe!? As duas grandes repúblicas do mundo achavam-se reunidas num esforço comum em razão dos interesses pessoais dos seus chefes. Os Estados Unidos, que são contra a ingerência europeia em negócios americanos, associaram-se a uma nação europeia contra uma nobre república sul-americana numa empresa de verdadeira extorsão.

Nesse ínterim, numa estação de caminho de ferro, em Washington, ao lado de Blaine, caía assassinado pelo fanático Guiteau o presidente dos Estados Unidos, o general Garfield. Em menos de vinte anos, dois presidentes dos Estados Unidos eram assim trucidados: Lincoln e Garfield.

O presidente assassinado foi substituído pelo vice-presidente Arthur. Diz-se que os príncipes herdeiros são em geral os chefes da oposição. Nas repúblicas, o vice-presidente é o inimigo natural do presidente efetivo. Quem é segundo é sempre contra quem é primeiro. Nas repúblicas sul-americanas, o vice-presidente acaba, quase sempre, conspirando contra o presidente, muitas vezes depondo-o, a menos que, mais prontamente, o presidente em exercício não suprima por qualquer forma o seu rival. Nos Estados Unidos, as coisas não chegam a esse ponto, mas os vice-presidentes que têm assumido o governo têm feito sempre o contrário dos seus antecessores. A subida de Arthur foi um grande golpe para Blaine e para a sua política. Enquanto o diplomata Trescott achava-se no Chile, foram pouco a pouco transpirando na libérrima imprensa americana, imprensa que atravessou mais de um século sem a menor coerção, imprensa que, mesmo durante a tremenda guerra civil, não sofreu grandes peias nem restrições – as notícias vagas a princípio e depois afirmativas e positivas do conluio de Garfield, de Blaine, e dos negociantes de Nova York contra o Chile. Achava-se reunido o Congresso, e, nos Estados Unidos, o governo não ousa sonegar documentos nem esclarecimentos de certa ordem ao Poder Legislativo. A comissão dos negócios estrangeiros, da Casa dos Representantes, ocupou-se da missão Trescott e, numa reunião, levantou-se o deputado democrata Perry Belmont, que, com provas nas mãos, demonstrou a iniquidade e a vergonha do governo americano ir ser o procurador dos especuladores peruanos e americanos junto ao Chile. A impressão foi imensa nos Estados Unidos. O governo chileno, com uma audácia extraordinária, mandou aparelhar os seus encouraçados, empenhados na guerra contra o Peru, à espera do *ultimatum* de mr. Trescott. Viesse esse *ultimatum*, e os navios de guerra chilenos partiriam para S. Francisco para vingar a afronta. O presidente Arthur, porém, pôs um termo ao grande escândalo. Despediu Blaine do poder e substituiu-o pelo sr. Frelinghuysen. Este telegrafou logo a Trescott dizendo-lhe que se retirasse do Chile e

teve a franqueza de dar ao ministro chileno em Washington uma cópia das instruções de Blaine a mr. Trescott. Deu-se então um incidente de um cômico singular. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile perguntou a mr. Trescott se era verdade que ele tinha ordem de apresentar-lhe um *ultimatum*. Trescott negou a pés juntos. Então o ministro chileno mostrou-lhe a cópia das próprias instruções dadas a Trescott. Desmoronou-se tudo, e assim terminou, no opróbrio e na vergonha, a orgulhosa embaixada que os Estados Unidos mandaram ao Pacífico!

Blaine, porém, e o espírito de intrusão e de prepotência diplomática que existe em certos meios americanos tiveram, anos depois, a sua desforra. Rompera a guerra civil no Chile, e Blaine achava-se de novo na secretaria de Estado, servindo desta vez com o presidente Harrison, que mais tarde também o despediu. Os homens de grande superioridade intelectual são, nas repúblicas, pouco compatíveis com a mediocridade dos círculos governamentais. Desde o começo da guerra civil chilena, o ministro americano Patrick Egan, anarquista irlandês de mau nome, declarou-se em favor dos insurgentes, protegendo-os por todos os modos com quebra manifesta dos seus deveres. Como é sabido, os principais chefes da revolução eram os homens mais ricos do Chile, grandes capitalistas, industriais e banqueiros opulentos. Essa circunstância explica talvez a singular atitude da legação americana. Derrotado e aniquilado o partido de Balmaceda, houve reclamações americanas, já por prejuízos sofridos, já por desacatos feitos a marinheiros americanos. O novo governo chileno, ainda em luta com mil dificuldades, pediu um prazo. A resposta que lhe deu o governo americano foi a ordem à esquadra de mandar alguns encouraçados a Valparaíso e um insolentíssimo *ultimatum*. O governo chileno teve que ceder. Blaine tirou a sua desforra, e mais uma vez o governo de Washington humilhou uma república sul-americana.

Temos visto que não há país latino-americano que não tenha sofrido as insolências e às vezes a rapinagem dos Estados Unidos. Para terminar, lembraremos dois fatos acontecidos com o Paraguai e com a Venezuela.

Em 1853, o Paraguai fez um tratado geral de comércio e navegação com os Estados Unidos. O senado americano não ratificou o tratado, mas apesar disso o governo de Washington nomeou seu cônsul no Paraguai o sr. Hopkins. Este senhor, apesar das suas funções consulares, pretendeu logo,

à moda americana, ganhar muito dinheiro em mil especulações. Embalde tentou levantar capitais em Londres e em Paris. Teve então a ideia genial de comprar em Nova York um navio em péssimo estado (não é de hoje que ali se vendem navios avariados!) e fê-lo segurar por 60:000 dólares.

Esse navio *naturalmente* naufragou na viagem; e, com o dinheiro do seguro, Hopkins achou-se à testa do capital necessário para fundar a “Companhia do comércio e navegação do Paraguai”.

Esse cônsul tornou-se logo exigentíssimo junto do governo paraguaio e foi tão insolente que o governo de Assunção cassou-lhe o *exequetur*. Para se ver livre de embaraços, Hopkins declarou que a sua segurança pessoal estava ameaçada, assim como a dos seus compatriotas, e reclamou o auxílio do navio de guerra americano *Water Witch*, e esse auxílio lhe foi dado. O sr. Hopkins, à testa de marinheiros armados, desembarcou e foi ao consulado buscar os papéis da tal companhia.

Estavam as coisas nesse pé quando a situação ainda mais se agravou. O comandante da *Water Witch* quis passar por um canal, cujo trânsito era proibido aos navios. O forte de Itapiru fez alguns tiros de pólvora seca para prevenir o americano. Este, porém, desprezou o aviso, e respondeu com uma descarga geral de bala contra o forte, que por sua vez fez-lhe fogo vivo e certo que causou sérias avarias a *Water Witch*, onde morreram muitos marinheiros, mas, e só então, o navio americano virou de bordo, desistindo do seu propósito.

O governo de Washington mandou contra o Paraguai uma esquadra de vinte navios e de dois mil homens de desembarque, para extorquir à pobre república um milhão de dólares que lhe reclamava o sr. Hopkins. Essa esquadra custou ao governo perto de sete milhões de dólares de despesas e voltou de Montevideú graças à mediação do governo argentino, sendo celebrado um tratado em virtude do qual as reclamações de Hopkins foram sujeitas a uns árbitros, e estes declararam, como não podiam deixar de declarar, inteiramente fantásticas as reclamações do cônsul americano.

O Paraguai, porém, não obteve reparação alguma pela violação do seu território cometida pelo agente americano.<sup>37</sup>

---

37 Calvo, *Droit international théorique et pratique*, § 1.268.

O fato com Venezuela é também característico. O governo americano tinha uma porção de reclamações contra a Venezuela, a propósito de prejuízos sofridos por cidadãos americanos durante as guerras civis venezuelanas. Pela convenção de 25 de abril de 1866, foi nomeada uma comissão mista que, em 1868, deu sentença contra a Venezuela, obrigando esta a pagar 1.253.310 dólares.

Verificou-se mais tarde que o comissário americano David M. Talmage e que o ministro americano em Caracas, ajudados pelo americano William P. Murray, formaram uma sociedade para ganhar dinheiro com o negócio, já defraudando os próprios reclamantes americanos, exigindo-lhes 40 e 60 por cento das indenizações concedidas, já prejudicando o governo da Venezuela, admitindo reclamações fraudulentas, aumentando mesmo essas reclamações para mais folgadoamente poderem os reclamantes pagar-lhes as percentagens. Isso ficou provado perante a comissão dos negócios estrangeiros do senado americano em 1878.<sup>38</sup>

Ainda ultimamente desembarcou em Nova York um general venezuelano que, como governador de um estado, era acusado de ter causado certo prejuízo, em Venezuela, a um cidadão americano.

Contra todas as leis, esse general foi preso a pedido do americano e sujeito em processo por ato de governo praticado na sua pátria!

Não há nação latino-americana que não tenha sofrido nas suas relações com os Estados Unidos.

Demonstrado isso, voltemos de novo a falar do que tem sido as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

---

38 *Defensa de los derechos de Venezuela*, Caracas, 1878.

## II

Já mostramos, de passagem, a frieza com que no século passado Jefferson acolheu a ideia da Independência do Brasil e o procedimento indigno do governo de Washington denunciando ao governo português as aberturas dos revoltosos de Pernambuco em 1817. Vimos a demora no reconhecimento da nossa independência, vimos o ministro americano no Rio fazendo causa comum com a violência do governo de Carlos X contra o Brasil e, de passagem, aludimos às intrigas americanas em favor de López e contra o Brasil, a República Argentina e o Uruguai.

Nesses conflitos, porém, o amor-próprio brasileiro sempre saiu vencedor, porque de um lado estava a integridade dos nossos homens de Estado, e de outro a diplomacia flibusteira e gananciosa dos Estados Unidos. O ministro americano Washburn, que tanto intrigou contra o Brasil no acampamento paraguaio, traiu por fim os seus amigos López e madame Lynch, que o acusavam de ter desencaminhado valores que lhe haviam confiado em depósito.

Washburn escreveu um livro, que é a sua condenação,<sup>39</sup> e, ao mesmo tempo, a prova de que aquele diplomata americano, como todos aqueles com quem nos encontramos neste trabalho, votou aversão especial ao Brasil. Da própria narrativa de Washburn (vol. II, pág. 180) tira-se a prova da veracidade da acusação de espionagem que era feita contra ele.

Adiante (pág. 558) confessa que os valores lhe foram realmente entregues por madame Lynch, que estiveram na sua casa guardados, mas que ele, Washburn, ignora o seu paradeiro, supondo que foram enterados algures(!).

O exército brasileiro e a armada são cobertos de ridículo e de calúnias pelo ministro americano.

---

39 Washburn, *History of Paraguay*, 2 vols.

A batalha de Riachuelo é descrita como uma coisa vergonhosa para nós (pág. 10, vol. II), e Caxias é vilipendiado.

As indelicadezas, as incorreções, as faltas de Washburn foram tão graves que os oficiais da marinha americana que se achavam no Paraguai romperam com ele. Washburn ataca-os com violência, qualificando de “perversa e de antipatriótica” a atitude dos oficiais superiores, seus compatriotas (pág. 467, vol. II).

Depois de Washburn veio Mac-Mahon, cuja amizade pelo *ménage* López-Lynch foi sempre firme. Mac-Mahon e Washburn dizem-se coisas bem desagradáveis nos seus escritos posteriores. Só estão de acordo nas injúrias contra os brasileiros.

Essa polêmica fez escândalo nos Estados Unidos, e o governo abriu um inquérito em que figuravam Washburn, Mac-Mahon, os oficiais Davis, Kirkland e Ramsey e dois aventureiros, Bliss e Masterman. Toda a gente injuriou-se no inquérito, fizeram-se graves acusações uns aos outros, sendo uma verdadeira vergonha aquela lavagem oficial de roupa suja, aquela briga de ministros com almirantes, de almirantes com ministros, etc.<sup>40</sup>

Durante a Guerra do Paraguai, o ministro americano general Mac-Mahon, em desprezo de todos os usos internacionais, escrevia para os jornais americanos artigos difamatórios dos aliados. Dizia que López era inocente das crueldades que caluniosamente lhe imputavam os aliados, que as centenas de mortes atribuídas a López tinham sido perpetradas pelos brasileiros, enquanto os paraguaios trabalhavam nas trincheiras,<sup>41</sup> que o povo brasileiro era fraco e efeminado,<sup>42</sup> que o seu exército (a cuja covardia o diplomata americano constantemente alude) era composto de escravos e galés,<sup>43</sup> que a “honra nacional” como nós a entendemos na zona tórrida é coisa bem diversa da honra nacional americana, etc.

---

40 *Paraguayan Investigation. Report of Committee of Foreign affairs.*

41 *Vide Harper's New Monthly Magazine*, vol. XL, pág. 423.

42 *Ibidem*, pág. 428.

43 *Ibidem*.

Segundo um correspondente do *País* de Nova York, este nosso velho inimigo voltou agora à cena numa circunstância humilhante para o Brasil.

Entretanto os fatos eram os fatos, e, sendo inegáveis as vitórias brasileiras, o americano nosso inimigo explicava o sucesso das armas brasileiras pela seguinte forma:

“D. Pedro, no modo por que tem dirigido a guerra, dá a melhor prova da sua extraordinária habilidade; é um rei sábio e perfeito. E, além disso, está cercado de conselheiros que, se tivessem a honestidade comum que só a nossa raça saxônia dá aos indivíduos como aos governos(!), poderiam ser colocados ao par dos primeiros estadistas do nosso tempo. Isto dá grande força à diplomacia do Brasil, enquanto que a habilidade dos seus financeiros tem-lhe permitido manter ileso o seu crédito.”

---

“O *United States Service Club* recebeu solenemente o almirante Benham. O discurso de felicitação foi proferido pelo general mr. T. Mac-Mahon, muito conhecido no Brasil como amigo particular de Solano López e nosso implacável difamador durante a Guerra do Paraguai.

“Eis o discurso: ‘Almirante. Preferiria nada dizer para não vos colocar na contingência de fazer um discurso, o que será para vós uma perspectiva terrível; entretanto, é necessário que eu exprima a satisfação de vos ver entre nós, e vos manifeste quanto nos encheis de justo orgulho, não só como cidadão americano como na qualidade de oficial da nossa armada. O vosso procedimento no Brasil foi inspirado pelo dever em honra da nação e da sua bandeira. Que ele era indispensável, posso afirmá-lo pela experiência pessoal de um quarto de século. Era necessário para convencer aqueles amigos nossos (se são com efeitos amigos) que a nação americana nada perdeu ainda do seu prestígio, que será mantido sempre à face do mundo inteiro. O vosso proceder demonstrou que o direito internacional das relações do nosso país não pode ser desrespeitado impunemente. As repúblicas sul-americanas devem ser-nos agradecidas pelo que fizemos e estamos fazendo por elas, ou antes, pela humanidade, com o exemplo que lhe damos.’”

“O almirante respondeu: ‘Do fundo do coração agradeço-vos cordial recepção que me fazeis. Quanto ao meu procedimento no Brasil e aos efeitos que ele tenha produzido, penso que, sem contestação, concorreu para tornar-nos bons amigos daquele país. *Esta amizade baseia-se no respeito, e talvez em alguma coisa mais (That friendship is founded on respect with perhaps a little tinge of something else).*’”

“Estas palavras”, diz o correspondente do País, “provocaram uma tempestade de aplausos e gargalhadas.”

“Seguiram-se os *cocktails* do estilo e um grande bródio, em que foi nota dominante do humor yankee a pilhéria do almirante, considerada genuína e rude expressão da verdade.”

Eis como um almirante americano diz dever ser a amizade do Brasil para com os Estados Unidos. Respeito e... alguma coisa mais, isto é, medo e subserviência!

Washburn teve várias conferências com o general em chefe do exército aliado, o marquês de Caxias, e diz cinicamente que, em troca de uma grande quantia, López devia aceitar a paz nas condições que o Brasil queria. Nos arquivos do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, há ofícios do marquês de Caxias bem pouco honrosos para Washburn.<sup>44</sup>

Não foi só pela corrupção que a diplomacia norte-americana se distinguiu. Falamos já da violação do território marítimo do Brasil por um navio de guerra americano. Vejamos as particularidades do fato.

No mês de outubro de 1864, o vapor confederado *Flórida* e o navio federal *Wachusset* achavam-se ancorados no porto da Bahia. O primeiro desses navios, que tinha entrado no porto para consertar as suas avarias e para tomar víveres, recebeu a ordem, que executou, de se colocar ao lado da corveta brasileira *Dona Januária*. Na manhã do dia 7 de outubro, o navio federal americano deixou o seu ancoradouro e aproximou-se do *Flórida*. Ao passar pela proa da corveta brasileira, recebeu ordem de voltar para o seu ancoradouro. Essa ordem foi desobedecida e, momentos depois, ouviam-se tiros trocados entre os dois navios americanos. O comandante brasileiro mandou um oficial a bordo do *Wachusset*, e o comandante desse vaso de guerra prometeu ao oficial nada tentar contra o *Flórida*. Faltando indignamente à sua promessa, o comandante americano tomou repentinamente a reboque o *Flórida* e foi saindo com ele para fora do porto sem dar tempo ao navio brasileiro, que confiara na palavra de um militar de opor-se ao atentado. O que aumenta ainda a revoltante deslealdade é que o cônsul americano na Bahia tinha dado sua palavra de honra às autoridades brasileiras de que o *Wachusset* respeitaria a neutralidade do território do Brasil e, na ocasião em que o atentado foi cometido, o cônsul estava a bordo do *Wachusset*. O comandante do *Flórida*, confiando na neutralidade do território do Brasil e na palavra do comandante americano, tinha deixado desembarcar quase toda a sua marinhagem, e, aproveitando-se disso, o *Wachusset* traiçoeiro o atacou.

---

44 Ofícios de Caxias ao ministro brasileiro em Buenos Aires, de 13 de março de 1867; *idem* de 15 do mesmo mês e ano ao ministro da Guerra.

O governo de Washington deu todas as satisfações possíveis ao Brasil, mas cometeu a indelicadeza final de mandar pôr a pique o *Flórida* no porto de Hampton Roads, para não o entregar ao Brasil, e depois disse oficialmente que um incidente imprevisto tinha causado a perda do *Flórida*.

Outro fato:

Em 1842, a barca peruana *Carolina*, em consequência de grossas avarias, arribou ao porto de Santa Catarina. Não havia ali cônsul peruano, e as autoridades nomearam uma comissão de exame que condenou o navio, o qual por isso foi vendido em conformidade com as leis comerciais brasileiras.

O navio estava seguro em Nova York e em Filadélfia, e as companhias acionaram perante os tribunais do Brasil o capitão americano, acusando-o de ter obtido por fraude a condenação. A condenação foi revogada e a venda anulada, mas o capitão tinha desaparecido com o dinheiro.

Um certo Wells, antigo cônsul americano demitido por indelicadezas no exercício do seu emprego, comprou os direitos das companhias de seguros e intentou uma ação contra o governo do Brasil. O governo americano transmitiu a reclamação ao ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, mas o governo brasileiro, com toda a razão, recusou-se a pagar, e o governo americano, que então lutava com as dificuldades da guerra civil, recomendou ao seu ministro que não levasse as coisas por diante. Era ministro americano no Rio o sr. Webb, que por essa ocasião reconheceu a injustiça da reclamação.

Ora, em 1867, o sr. Webb mudou de opinião e, depois de se ter encontrado com Wells, nos Estados Unidos, o ministro começou a fazer exigências, e, no momento em que ia sair um paquete para a Europa, o sr. Webb ameaçou romper as suas relações diplomáticas com o governo do Brasil se este não pagasse. O governo arcava então com as grandes dificuldades da Guerra do Paraguai e temeu o mau efeito que produziria na Europa a notícia de um rompimento com os Estados Unidos. Pagou, mas debaixo de protesto, a quantia de £ 14:252 ao câmbio de 16, taxa que naquela época se considerava desastrosa, porque ainda não se tinham visto os câmbios de 10, de 9 e  $8\frac{3}{4}$  que fazem hoje a glória das finanças republicanas.

Em 1872, o ministro do Brasil em Washington, sr. Carvalho Borges, solicitou da secretaria de Estado um novo exame da questão, e o advogado do governo americano opinou que o Brasil tinha sido vítima de uma extorsão, e que a quantia lhe devia ser restituída com os respectivos juros.

De conformidade com esse parecer, o governo americano mandou entregar à legação brasileira a quantia de £ 5:000. Faltavam, pois, £ 9:252, que a legação reclamou, pois Webb tinha recebido £ 14:252, conforme mostrou com recibo do próprio Webb; este diplomata tinha desviado, pois, £ 9:252, de cujo paradeiro não pôde dar conta. Só em 1874 é que finalmente o governo de Washington reembolsou o Brasil da quantia total.<sup>45</sup>

Não foi essa a única reclamação de dinheiro que, com mais violência que razão, nos fizeram os americanos, além das reclamações de Raguet e Tudor.

Em 1849, o governo brasileiro viu-se constrangido a ceder a uma nova e importante reclamação feita então pelo ministro americano David Tod. Adiante veremos a justiça e a moralidade dessa reclamação. O fato, porém, é que a 20 de janeiro de 1850 foi ratificada uma convenção americano-brasileira pela qual o Brasil pagava aos Estados Unidos quinhentos e trinta contos (530:000\$000 réis) que o governo americano distribuiria entre os reclamantes.

David Tod exultou. A 23 de agosto de 1840, escrevera ao seu governo: “Quanto mais examino este assunto e reflito sobre ele mais me convenço de que este negócio foi muito satisfatório, e a quantia recebida muito suficiente para serem pagos todos os reclamantes.” Tod, porém, órgão dos reclamantes negociantes americanos do Rio, insistia para que a distribuição fosse feita no Rio e não em Washington, debaixo das vistas do governo americano.<sup>46</sup>

O ministro Tod e os americanos do Rio não conseguiram, porém, que o comissário encarregado de distribuir esse dinheiro viesse fazer esse trabalho no Rio de Janeiro. O governo americano nomeou para essa comissão o sr. Geo P. Fisher, e o relatório desse funcionário é curiosís-

---

45 Calvo, *Droit international théorique et pratique*, § 1.269.

46 *U. S. House of Representatives docs.* 31st. Congress, vol. 7, doc. 19.

simo. Desse relatório vê-se que os reclamantes americanos, em regra, não podiam apresentar prova nenhuma dos seus direitos, que eram na maior parte fantásticos.

Depois de, durante dois anos, ouvir todas as reclamações, o comissário Geo P. Fisher dizia:

“A quantia paga pelo governo do Brasil, em virtude da convenção de 1849, foi de 500:000\$000 réis que perfizeram 300:000 dólares.

“Ora, pagas as quantias que já foram atribuídas e as quantias reclamadas restará um saldo de 130:000 a 150:000 dólares, isto é, mais ou menos, metade do que o Brasil pagou.”

“Acho que o nosso governo vai ficar em posição esquerda em relação ao governo do Brasil, que terá razão de se queixar da injustiça que sofreu.”<sup>47</sup>

Esse documento, melhor do que qualquer outra demonstração, prova a consciência má-fé com que foram feitas as reclamações norte-americanas.

\* \* \*

Nos países sul-americanos, e alguns há onde, apesar das revoluções, os cargos de ministro são ocupados por homens instruídos e conhecedores da história diplomática; há uma grande prevenção contra a política absorvente, invasora e tirânica da diplomacia norte-americana. A última vez que foi ministro de negócios estrangeiros do Brasil o visconde de Abaeté, este estadista teve notícia de que se tramava em Nova York uma expedição de flibusteiros contra o Pará e o Amazonas e, se a legação brasileira em Washington não contrariasse ativamente a conspiração, talvez chegasse a se reproduzir no vale do Amazonas um novo atentado, igual ao da expedição do pirata Walker contra a América Central.

Essas pretensões americanas sobre o Amazonas tornaram-se então ameaçadoras. Em seguida à exploração feita no grande rio pelo tenente Herndon, da marinha americana (que aconselhara aos brasileiros o

---

47 U. S. House of Representatives docs. Congress, 32. Sess. I. 1851-52.

uso da força para os índios, em vez da catequese),<sup>48</sup> começou a agitação americana a propósito do Amazonas.

Foram despachados agentes diplomáticos para o Peru e para a Bolívia, com o fim de levantarem os governos daqueles países contra o Brasil e de os aconselharem a pedir o auxílio dos Estados Unidos.

O célebre geógrafo e meteorologista americano Maury escreveu um violento panfleto contra o Brasil,<sup>49</sup> que foi vitoriosamente respondido por De Angelis.<sup>50</sup> Falava Maury, não na conveniência que o Brasil teria com a abertura do Amazonas à navegação, mas no direito dos Estados Unidos de nos forçarem a isso.

As intrigas americanas não foram bem recebidas no Peru, mas a Bolívia hesitou um pouco, e tanto bastou para começar nos Estados Unidos a conspiração flibusteira a que aludimos.

Preparava-se evidentemente uma invasão armada do Amazonas quando o ministro do Brasil em Washington interpelou numa nota positiva o governo americano, perguntando-lhe se seria permitida tal pirataria.

O secretário de Estado, respondendo ao ministro<sup>51</sup> que tão oportuna e energicamente reclamava pelos interesses do Brasil, respondeu por duas vezes<sup>52</sup> que “os funcionários da União, com *conhecimento de causa*, não facilitariam a partida de nenhum navio que fosse violar as leis do Brasil”, e que “a empresa que tivesse por fim forçar a entrada do rio seria ilegal e implicaria violação dos direitos do Brasil, e que, se algum cidadão da União tivesse a temeridade de intentá-la, sobre ele cairia o rigor da lei”.

Declarações igualmente categóricas tinha já feito o governo americano ao México em relação ao Texas, e devia mais tarde fazê-las à América Central, e essas declarações não impediram os atentados que conhecemos.

O governo do Brasil não diminuiu a sua vigilância, denunciou mais de uma conspiração planeada por Maury, oficial da marinha americana

---

48 Vide Herndon. *The Valley of the Amazon*.

49 *The Amazon and the Atlantic slopes of South America*. Washington, 1853.

50 *De la navegacion del Amazonas*. Montevideú. 1854.

51 O sr. barão do Penedo.

52 Notas de 20 de abril e de 23 de setembro de 1853.

e funcionário público, e por seus companheiros. Uma vez esteve aparelhada uma expedição, e só à última hora foi detida em Sandy Hook à saída do porto de Nova York.

Todos esses americanos, nos seus escritos, falavam muito dos interesses comerciais dos Estados Unidos nos seus capitais imensos que estavam ansiosos por um emprego no Amazonas. Chegou o momento das circunstâncias da política permitirem a decretação da liberdade da navegação, e não apareceram os tais capitais americanos. Os magníficos vapores que hoje sulcam o Amazonas são os de uma companhia inglesa, que tem sido o maior propulsor do progresso e do enriquecimento da região amazônica. Isso, porém, não quer dizer que os americanos não tenham mais vistas sobre o grande rio sul-americano.

O general Grant, num discurso pronunciado em 1883, numa recepção ao general mexicano Porfirio Díaz, chegou a dizer que os Estados Unidos necessitavam de três coisas somente, porque o resto tudo tinham no seu país. As três coisas eram: café, açúcar e borracha. E o general disse: “*Seja como for*, havemos de ter café, açúcar e borracha”.

O general acentuou bem a frase “*Seja como for*” (*by any means*), e no México essa frase foi tomada quase como uma ameaça. O problema do açúcar estava até certo ponto resolvido pela absorção das ilhas Havaí, que, embora não admitidas na União americana, estão, para todos os fins práticos, como que anexadas aos Estados Unidos.

O café, julgava o general Grant que viria com o México.

A borracha, para tê-la, é preciso ter o Amazonas.

No Havaí a usurpação americana foi simples e rápida. A raça indígena, isto é, perto de um milhão de habitantes, raça que tem a brandura de índole própria de todo os polinésios, havia perto de um século que ia sendo educada por missionários de várias nações, e tinha chegado já a um grau de civilização que lhe permitiu constituir um governo regular. Há no arquipélago uns quinhentos americanos e uns seis ou oito mil portugueses. Pois bem, os americanos, auxiliados por um vaso de guerra do seu país, expeliram do governo os indígenas e, fazendo desembarcar tropa, tomaram conta de todo o país, excluindo inteiramente os havaianos de toda a administração de sua terra. Os governantes americanos, impostos pelas baionetas, decretaram a federação com os

Estados Unidos, tal qual queriam talvez os insensatos brasileiros que em 1834 apresentaram um projeto análogo na Câmara dos Deputados. O Congresso de Washington não quis a anexação do Havaí, mas ficou aquele país sempre governado pelos americanos. Essa grande e clamorosa iniquidade, esse abuso da força, não encontra justificativa.

Os empregados públicos e jornalistas oficiais e oficiosos que escrevem no Brasil dizem-se muito entusiasmados pela amizade dos Estados Unidos, e facilmente conseguirão talvez iludir a boa-fé dos brasileiros.

A política internacional dos Estados Unidos é egoística, arrogante às vezes, outras vezes submissa, segundo os interesses da ocasião. E, em todo o caso, ela nunca se deixa guiar por sentimentalismos de forma de governo.

Durante a Guerra Franco-Prussiana, depois de 4 de setembro, isto é, depois da proclamação da república, quando a França continuava a arcar com o inimigo alemão, os Estados Unidos manifestaram, por todas as formas, as suas simpatias pelo império teutônico contra a república latina. A realeza e a aristocracia europeia têm um imenso prestígio nos Estados Unidos. Toda a ambição da enorme colônia americana na Europa é aproximar-se das cortes. Não há família americana de alguma fortuna que não tenha, nos seus pratos ou nas suas colheres, algum brasão, um mote nobiliárquico, um elmo ou qualquer outra coisa heráldica. É com desvanecimento que elas querem, à força, ligar os seus apelidos obscuros aos nomes fidalgos do Reino Unido, pretendendo sempre descender da nobreza. O livro da nobreza inglesa *Burke's Peerage and Baronetage* é sabido de cor pelas senhoras americanas, cuja maior ambição é sempre casar com fidalgos europeus, ir viver na Europa, deixando o velho *Uncle Sam* lá do outro lado do Atlântico.

Essa tendência admirativa em relação a todos os *ouropéis da realeza* provém, decerto, de que, a muitos respeito, os Estados Unidos são ainda uma colônia. A civilização vem-lhe da Europa, e por isso o americano, desde o mais rude até ao homem mais eminente, pergunta sempre ao estrangeiro: “Então, o que acha deste país?”. Tal qual como o *parvenu* enriquecido gosta de mostrar a sua casa, os seus carros, ao homem de boa sociedade e, dando a beber ao *gentleman* elegante os seus vinhos preciosos, pergunta-lhe com insistência: “Então, que tal acha?”.

Ora, as americanas entendem que o fidalgo é mais competente em matéria de elegância e de apuro social do que qualquer outro indivíduo. Daí a preferência das americanas pelas nações aristocráticas da Europa. Isso quanto aos indivíduos. Quanto ao governo, também não há dúvida que os Estados Unidos são mais amigos da Inglaterra e da Alemanha, apesar da França ser república.

E essa preferência pela Alemanha, por parte do governo americano, chegou até a brutalidade por ocasião da Guerra Franco-Prussiana. O ministro americano em Berlim, Bancroft, homem ilustre por seu saber, o que é raríssimo entre a diplomacia americana, que é ordinariamente a escória da politicagem, privava com o imperador Guilherme e com Bismarck, e a sua atitude foi sem generosidade e sem tato. Acompanhou o rei da Prússia em campanha, e os seus despachos para Washington, publicados pouco depois, eram insultuosos para a França. Girando ao redor das negociações de armistícios e de paz, foi sempre um servidor zeloso da Alemanha. O general americano Sheridan julgou-se talvez muito honrado por ser admitido como ajudante de ordens do príncipe Frederico Carlos e tomou parte em toda a campanha, prestando bons serviços ao exército alemão. Sheridan era um americano notável, um ilustre general, e com ele serviram contra a república francesa grande número de oficiais norte-americanos. E o general Grant? Esse era presidente dos Estados Unidos e, numa mensagem ao Congresso americano, em 1870, felicitou a Alemanha pelas suas vitórias e mostrou-se jubiloso com a derrota da França.

Foi a 7 de fevereiro de 1871, isto é, seis meses depois da queda de Napoleão III, contra quem o governo americano podia ter ressentimentos em razão da Guerra Mexicana, foi seis meses depois da Proclamação da República na França que o presidente Grant expediu a sua célebre mensagem ao Congresso, mensagem insultuosa para a França, e em que exaltava o governo livre da Alemanha e aprovava a guerra de 1870 e a consequente anexação da Alsácia e da Lorena. Dias depois, Grant, recebendo o ministro da Alemanha, disse-lhe que o governo americano não podia deixar de simpatizar com a Alemanha na luta que ela acabava de sustentar, e por esse tempo Bancroft escrevia a Bismarck felicitando-o pela sua obra “destinada”, dizia o americano, “a rejuvenescer a Europa”.

Todas estas baixezas que tinham um mesquinho fim eleitoral, isto é, ganhar os votos dos alemães nos Estados Unidos, ficaram imortalizadas por Victor Hugo, que perguntava:

*Est-ce donc pour cela que vint sur sa frégate  
Lafayette donnant la main à Rochambeau?*<sup>53</sup>

---

53 *Certes, que le Peau Rouge admire le Borusse.  
C'est tout simple; il le voit aux brigandages prêt  
Fauve atroce; et ce bois comprend cette Forêt;  
Mais que l'homme incarnant le droit devant l'Europe.  
L'homme que de rayons Colombie enveloppe  
L'homme en qui tout un monde héroïque est vivant,  
Que cet homme se jette a plat ventre devant  
L'affreux sceptre de fer des vieux âges funèbres  
Qu'il te donne, ó Paris, le soufflet des ténèbres,*

*.....  
Qu'il montre à l'univers sur un immonde char  
L'Amérique baisant le talon de César,  
Oh! cela fait trembler toutes les grandes tombes!  
Cela remue, au fond des pâles catacombes,  
Les os des fiers vainqueurs et des puissants vaincus!  
Kosciusko frémissant réveille Spartacus;  
Et Madison se dresse et Jefferson se lève;  
Jackson met ses deux mains devant ce hideux rêve;  
"Déshonneur!" crie Adams; et Lincoln étonné  
Saigne, et c'est aujourd'hui qu'il est assassiné.  
.....*

Bancroft, este fica para sempre imortalizado pela extraordinária ode que o poeta lhe dedicou:

BANCROFT  
*Qu'est ce que cela fait à cette grande France?  
Son tragique dédain va jusqu'à l'ignorance,  
Elle existe te ne sait ce que dit d'elle un tas  
D'inconnus, chez les rois ou dans les galetas.  
Soyez un va nu pieds ou soyez un ministre,  
Vous n'avez point du mal la majesté sinistre;  
Vous bourdonnez eu vain sur son éternité.  
Vous l'insultez. Qui donc avez-vous insulté?*

Essa inqualificável grosseria, essa quebra dos usos da mais comzinha urbanidade entre as nações, essa falta de generosidade envergonharia decerto a sombra dos grandes homens que fundaram os Estados Unidos, que fizeram a sua independência com o auxílio da França, e que junto aos muros de Yorktown foram os companheiros de Lafayette e de Rochambeau. Quando, anos depois, o general Grant fez uma viagem ao redor do mundo, quis em Paris apartar-se um pouco do que aconselha o Baedeker, guia dos viajantes, e desejou ver Victor Hugo. Sem dúvida havia chegado aos ouvidos de Grant o nome do poeta das *Orientais*, embora, ignorante como era o general, decerto nunca tivesse lido um só verso do vate imortal. Mandou pedir uma audiência. Foi terrível a cólera do velho Hugo. Em termos violentos, disse ao enviado de Grant que nunca receberia semelhante miserável alarve (*un tel goujat*). Esse episódio da vida de Victor Hugo é bem diferente da convivência do imperador do Brasil com o autor de *Notre Dame de Paris*.

Outro fato:

Em 1891 (o caso foi publicado e discutido), o capitão Borup, adido naval dos Estados Unidos em Paris, foi surpreendido em flagrante espionagem feita a favor da Alemanha. Ficou verificado que documentos que

---

*Elle n'aperçoit pas dans ses deuils ou ses fêtes,  
L'espèce d'ombre obscure et vague que vous êtes.  
Tâchez d'être quelqu'un. Tibère, Gengiskan  
Soyez l'homme fléau, soyez l'homme volcan,  
Ou examinera si vous valez la peine  
Qu'on vous méprise. Sinon, allez-vous en. Un nain  
Peut à sa petitesse ajouter son venin  
Sans cesser d'être un nain et qu'importe l'atome?  
Qu'importe l'affront vil qui tombe de cet homme?  
Qu'importent les néants qui passent et s'en vont?  
Sans faire remuer la tête énorme, au fond,  
Du désert où l'on voit rôder le lynx féroce,  
Le stercoraire peut prendre avec le colosse  
Immobile à jamais sous le ciel étoilé,  
Des familiarités d'oiseau vite envolé.  
Vid. Aron, *Les républiques soeurs*.*

esse diplomata americano solicitou para o seu governo do Ministério da Guerra francês, ele os comunicou traiçoeiramente à Alemanha.

\* \* \*

Em 1883, falecendo nos Estados Unidos o chefe socialista alemão, Lasker, o Congresso de Washington, no mesmo ano em que eram presos e enforcados os socialistas de Chicago, mandou uma mensagem de pêsames pela morte de Lasker, ao Reichstag alemão, e nessa mensagem elogiavam-se as ideias e os serviços do socialista. O Congresso achava muito bons na Alemanha os mesmos princípios que o governo americano perseguia no seu território.

O governo alemão devolveu a mensagem estranhando-a, o que não deixou de envergonhar os seus autores. Por essa época, havia o célebre conflito entre os Estados Unidos e a Alemanha, porque esta recusava receber a carne de porco infeccionada de triquina que lhe vinha da América, e Bismarck declarou que não trataria mais com um tal mr. Sargent, ministro americano em Berlim, que se tinha mostrado incorreto e inconveniente. A moralidade de tudo isso é que a subserviência do governo americano à Alemanha em 1870-1871 não conquistou a estima do governo do imperador Guilherme.

Não foi somente naquela época que houve americanos entusiastas pelo vencedor e pelo mais forte. Na Guerra da China, em 1859, uma esquadra americana, neutra, pois a expedição contra a China era anglo-francesa, estava ancorada no Peiho, quando, a 25 de junho daquele ano, houve combate entre os beligerantes. Inesperadamente, sem motivo nem aviso, os navios neutros americanos, ao mando do comodoro Tattnal, romperam fogo contra os chins. Essa deslealdade não teve outro motivo senão o desejo de figurar, foi um *sport*. É verdade que com chins não fazem os americanos grandes cerimônias. Os pobres chins são linchados nos Estados Unidos sem nenhuma forma de processo, sendo até às vezes queimados vivos. Nem com eles há respeito pela fé internacional. Os Estados Unidos obtiveram da China um tratado de amizade, comércio e navegação, em virtude do qual era livre a entrada e saída dos chins e dos americanos, reciprocamente, nos dois países. Pois, não obstante a

solenidade desse compromisso nacional, o Congresso americano votou uma lei proibindo a entrada dos chins nos Estados Unidos. Não teria mais audácia na quebra da palavra da nação, a mais maquiavélica chancelaria carunchosa da Europa decrépita.

A política americana, em relação aos índios que ela ainda não acabou de exterminar, é uma política de ferocidade inacreditável neste final do século XIX. Os documentos oficiais que se referem à administração dos índios são trágicos.<sup>54</sup>

Os inquéritos sucessivos têm demonstrado que o roubo é a regra, quase sem exceção, no trato do governo americano com os índios. O governo falta com cinismo à fé dos tratados, mata os índios à fome e a tiro, rouba-lhes as terras onde os instala. Os empregados na administração dos índios são de uma desonestidade proverbial nos Estados Unidos. Não há uma voz que conteste isso, e há muitos livros americanos em que as particularidades dessa longa campanha de sangue, de morticínio, de roubo e de incêndio vem miudamente narrados.<sup>55</sup>

A história dos tratados dos Estados Unidos com os países do extremo Oriente está cheia de imposições violentas, de trapaças e de atos de má-fé. Os americanos têm sido na China os maiores contrabandistas de ópio, e é péssima a sua reputação.<sup>56</sup> Em 1828, o governo chinês expediu um decreto especial contra as fraudes norte-americanas. Esse decreto foi a resposta dada a uma súplica dos negociantes americanos de Cantão. Vejamos o tom em que aqueles orgulhosos republicanos se dirigiam ao vice-rei de Cantão:

“Prostrados”, diziam eles, “prostrados aos pés de V. Ex<sup>a</sup> suplicamos-lhe que se digne lançar as suas vistas sobre nós e estender até nós a sua compaixão...”

“Não há melhor prova da exageração das reclamações americanas contra a China, diz o americano James A. Whitney,<sup>57</sup> do que o fato da

---

54 *Official Reports of the war department or the department of the interior.*

55 Resume muito bem essa questão e confirma com mil casos o que dizemos o seguinte livro: *A century of Dishonour by H. X.* London, 1881.

56 *Quarterly Review*, vol. LXII, pág. 150.

57 James A. Whitney, *The Chinese and the Chinese Question*, New York, 1880, pág. 41.

soma que a China nos pagou ultrapassar as exigências dos reclamantes ao ponto de um grande saldo estar ainda no tesouro americano sem haver quem o reclame. E é preciso lembrar”, continua o mesmo autor, “que as reclamações originaram-se de prejuízos reais ou supostos que os americanos diziam ter sofrido em 1856, por ocasião do bombardeio de Cantão pelas forças inglesas ou dos trabalhos de defesa então efetuados pelo governo chinês. E deve-se lembrar ainda que o nosso próprio governo virtualmente simpatizava com o bombardeio. Dois anos depois, um oficial da nossa esquadra, embora estivéssemos em paz com a China, secundou a ação dos ingleses contra as fortificações da embocadura do Peiho. Cinco anos depois, estando nós ligados à China por um tratado de paz e amizade, dois navios americanos e quatro lanchas quiseram, à força, levantar carta de um canal. Os americanos já estavam preparados para uma recusa por parte dos chineses, o que era muito justo e natural. Os chineses opuseram-se, mas os canhões americanos impuseram silêncio às baterias de terra, e, alguns dias depois, cinco dos fortes chineses foram arrasados pelos navios americanos, sendo mortos 250 chineses.”

“Quanto ao perigo que correram as nossas forças, faça-se facilmente uma ideia dele dizendo que perdemos três homens.”

Ao Japão os Estados Unidos extorquiram um tratado, e assim foi nas ilhas Samoa onde os americanos não só aceitaram uma espécie de protetorado ou condomínio conjunto com a Alemanha e a Inglaterra, como tomaram aos indígenas parte da ilha de Tutuila, como depósito de carvão. Assim foi em Sião e em Madagascar, países onde a indústria americana quer introduzir os seus produtos de fãncaria, falsificando as marcas e, a despeito das convenções internacionais, rotulando, como ingleses, os seus algodões inferiores e outros produtos de manufatura disfarçados fraudulentamente.

Tratados de comércio! Eis aí a grande ambição norte-americana, ambição que não é propriamente do povo, mas sim da classe plutocrática, do mundo dos monopolizadores que, não contentes com o mercado interno de que eles têm o monopólio contra o estrangeiro, em razão das tarifas proibitivas nas alfândegas, em detrimento do pobre que se vê privado de grande benefício que a concorrência universal lhe traria com o forçado abaixamento dos preços. Essa classe plutocrática governa o

povo americano com muito mais rigor e tirania do que o czar da Rússia emprega na suprema direção de seu povo. Ela suga a seiva americana e, praticamente, pelo poder do ouro, tem privilégios reais e positivos muito maiores do que os da nobreza e do clero na Europa, nos tempos passados. A milionocracia domina os caminhos de ferro, as docas, as fábricas e, das sobras dos seus proventos, tira com que governar e subsidiar e converter em seus servos obedientes todos os políticos dos Estados Unidos, país único na história do mundo em que a simples designação do *político* (*politician*) tornou-se, com muita e muita razão, uma verdadeira injúria.

Os plutocratas americanos não se satisfazem já com o mercado nacional que o protecionismo lhes entregou. Nas suas indústrias, empregaram eles já capitais enormes que exigem remuneração. Em igualdade de condições, eles não podem concorrer nos mercados do mundo com os produtos manufaturados da Europa. O protecionismo que permitiu nos Estados Unidos a criação das imensas fortunas industriais trouxe também o encarecimento da vida e, com ele, a elevação dos salários, que já de si seriam mais elevados do que na Europa pela raridade relativa da mão de obra perita e técnica (*killed labour*). Sendo os salários mais elevados, o custo da produção é maior do que na Europa, e por isso, na concorrência universal, os Estados Unidos são vencidos pelos produtores europeus.

Sendo assim, a indústria americana sucumbe sob o peso da sua produção exagerada. Daí a crise industrial, agravada pelo desvalor de parte da moeda, a moeda de prata, porque, como já dissemos, até em matéria de cunhagem de moeda os legisladores americanos têm querido e têm conseguido proteger os milionários em detrimento do povo. Como conseguiriam os proprietários das grandes minas de prata vender por bom preço o seu metal, se o valor desse não se mantivesse pelas compras contínuas do tesouro americano, que adquiria barras de prata para transformá-las em moedas? Tanta moeda de prata cunhou o tesouro americano que rompeu o equilíbrio do valor entre a moeda de prata e a moeda de ouro. A superabundância rebaixou a prata, encareceu o ouro, e o ouro emigrou para o estrangeiro. Moeda desigual e em parte depreciada, eis o que o protecionismo produziu no sistema da circulação

monetária dos estados. A estagnação da indústria, proveniente do excesso de produção e da sua incapacidade para concorrer no estrangeiro com os produtos europeus, agrava-se de dia em dia. Há quinze anos, os americanos diziam que no seu país não havia questão social, que os tumultos operários, as lutas e as crises provenientes das dificuldades do proletariado eram males das velhas sociedades europeias, que na livre América havia espaço, luz e comida para todos os pobres, sob o regime do trabalho. Hoje, o que é que vemos? A questão operária é mais terrível e mais ameaçadora nos Estados Unidos do que na Europa.

O proletário americano tem uma organização de ataque e de defesa contra a sociedade que na Europa ainda não foi igualada. Parece que, na Europa, a chamada paz armada, com a consciência do perigo que corre a própria existência nacional em vista da hostilidade de vizinhos poderosos, dá ainda a consciência de que é necessária a união para garantir a existência da própria pátria. Nos Estados Unidos, a questão social tem uma gravidade única. Grande parte da massa operária é estrangeira, estando ainda na primeira fase da existência do imigrante, fase intermédia, na qual se tendo desprendido da pátria antiga ainda não adotou a pátria nova. A massa dos imigrantes é constituída por uma verdadeira seleção de entre os operários dos respectivos países de origem. Seleção de fortes, de enérgicos, de resolutos, pois, o simples ato de emigrar é uma prova de espírito audacioso. Quem não duvidou abandonar a pátria do seu nascimento não tem escrúpulos em perturbar a pátria adotiva. Por isso, nas dificuldades da luta social, o exército operário, nos Estados Unidos, é mais de temer do que na Europa.

A política financeira e econômica dos Estados Unidos produziu, depois de uma notável expansão industrial, uma reação extraordinária. O operário hoje não tem trabalho, ou, quando o tem, o patrão não pode remunerar esse trabalho como noutra tempo, embora o operário precise sempre do mesmo dinheiro, porque o preço da vida não baixou.

Sem dúvida, a questão operária é de todos os países, e o problema da riqueza e da pobreza é tão antigo como o mundo. Todas as soluções desse problema são soluções muito relativas e sempre provisórias.

A antiguidade tinha a escravidão, que é um modo de dar uma certa estabilidade e organização ao proletariado coagindo-o a trabalhar e a

obedecer. O cristianismo acalmou as revoltas da miséria humana quando exacerbada pela pobreza, prometendo o céu e a felicidade futura e fazendo do próprio sofrimento um título à ventura eterna. A sociedade pagã apelava para a força material dominando materialmente o proletário; a sociedade cristã prendia-o pelas cadeias, ainda mais fortes, da esperança e da fé. O espírito moderno suprimiu a escravidão e deixou de falar no céu. O operário foi abandonado, e a ciência não encontrou ainda uma fórmula que substituísse a escravidão da antiguidade ou a crença na outra vida que o cristianismo infundia.

Nos Estados Unidos, a agitação operária é mais grave do que na Europa, porque o operário não tem nenhuma das peias materiais e não tem os incentivos morais que em parte o dominam na Europa e de que ele se acha liberto na América.

As monarquias europeias preocupam-se seriamente em melhorar a sorte dos operários. As monarquias têm todo o interesse em adiar e evitar a grande crise do proletariado, porque as dinastias sabem que, numa grande catástrofe social, os tronos desapareceriam.<sup>58</sup> Nas repúblicas não há esse interesse de conservação que leva os governantes a querer bem governar por interesse próprio. Na república, tudo é transitório; os homens sabem que, quer encham o seu país de benefícios, quer acumulem erros sobre erros e cheguem até o crime, terão, em certo período, de deixar o poder, e, se a república comete faltas graves, mudam-se os homens, continuando sempre a república, ainda que seja para repetir as faltas que se procura, em vão, reprimir com a periodicidade das revoluções. A república, bem que seja pessoalíssima quanto à influência dos funcionários, beneficia de uma espécie de impersonalidade que a torna irresponsável. Na gestão dos negócios e dos dinheiros públicos, a monarquia arrisca a sua própria existência; é como que uma firma solidária que responde com a sua pessoa e com a totalidade de seus bens.

---

58 Ainda ultimamente, num congresso em Milão, vimos os representantes da Alemanha cesarista e da Itália monárquica manifestarem-se a favor das pensões aos inválidos do trabalho, enquanto os enviados da república francesa Yves Guyot e Léon Say, republicanos, opuseram-se com ardor a essa medida humanitária, já adotada na Alemanha.

A república é uma companhia anônima de responsabilidade limitada. E conhecemos países onde o simples nome de companhia é quase sinônimo de desonestidade.

A história demonstra que as repúblicas, uma vez falseadas, nunca se regeneram. Cada forma de governo tem a sua tendência e tem o seu modo peculiar de resolver os sucessivos problemas da história nacional. Tomemos, por exemplo, os Estados Unidos e o Brasil, ambos em frente do mesmo problema: a abolição da escravatura.

Tiveram os Estados Unidos a sua solução genuinamente republicana e norte-americana, isto é, a solução pela violência, pela força, pelo grande fragor da guerra fratricida. Teve o Brasil uma solução genuinamente brasileira e monárquica, a solução que todos vimos, solução que excedeu os sonhos dos otimistas mais humanitários. Porventura deveremos envergonhar-nos da solução que soubemos e podemos dar ao problema e sentir o não termos imitado os Estados Unidos também nesse ponto? Dissemos que no Brasil o problema escravo teve uma solução monárquica, não só porque a monarquia brasileira teve a glória de ser punida pela sua ação libertadora, como porque, desde que o mundo é mundo, nenhuma grande reforma social se realizou sem ser debaixo da ação de um governo monárquico. Ouçamos um dos mais profundos pensadores do século, Dollinger: “O testemunho da história nos demonstra que a solução das questões sociais, a reforma das instituições, a abolição de abusos tradicionais, realizam-se com mais facilidade e segurança num governo monárquico do que numa república. Quando a corrupção da república romana chegou aos seus extremos limites, todos os romanos inteligentes admitiram a impossibilidade de a república reformar-se a si mesma e a inevitável necessidade da monarquia. O mesmo aconteceu com a república polaca e com a república francesa no tempo do diretório.”

“Se os Estados Unidos, em 1862, tivessem um monarca em vez de um presidente eleito por poucos anos, certamente lhes teria sido possível dirigir o problema servil para uma solução pacífica, evitando uma sangrenta guerra civil, cujos efeitos ainda perduram.”<sup>59</sup> Isso dizia o ilustre

---

59 J. I. von Dollinger, tradução inglesa sob o título: *Studies in European History, translated by Margaret Warre*. London, 1890, pág. 24.

pensador em 1880, e oito anos depois os fatos vieram dar-lhe razão, porque o único país monárquico da América foi também o único país que pacificamente extinguiu a escravidão.

O seu destino manifesto, o seu natural instinto de conservação leva as monarquias a procurarem resolver os problemas sociais, enquanto as oligarquias republicanas temem esses problemas e adiam-lhes indefinidamente as soluções.

E é por isso que vemos as monarquias europeias, compreendendo o perigo e o encargo da sua responsabilidade, encarando de frente o problema do proletariado, que, nos Estados Unidos, é desleixado pelos poderes públicos. Na Europa há, na velha tradição monárquica, a remota lembrança da antiga aliança da realeza com os burgueses contra os senhores feudais, que eram os opressores dos fracos. Hoje, os opressores são os burgueses que confiscaram em seu proveito todas as chamadas conquistas da Revolução de 1789. O capitalismo semita ou não semita goza hoje de privilégios reais e efetivos muito mais vexatórios do que os privilégios antigos da nobreza e do clero. No antigo regime, a nobreza pouco a pouco ia enfraquecendo-se, e o terceiro estado ia se fortalecendo. Na vida moderna, o capital cresce por si mesmo, cada vez mais se avoluma, e é fora de dúvida que a fatalidade faz com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres. A forma republicana burguesa como existe na França e nos Estados Unidos é a que mais protege os abusos do capitalismo. Há como que uma repercussão de antigas eras, nos tempos de hoje, quando vemos de um lado a ferocidade burguesa contra o proletário, abroquelando-se em leis protecionistas, em monopólios industriais, e falando a todo o momento em *princípio da autoridade*, em *direito da legalidade*, em *obediência*.<sup>60</sup>

Do outro lado vemos o representante das velhas tradições do Santo Império Romano e o papa procurando estender a mão aos operários, que afinal são a força, são o número, são a justiça e serão o poder de amanhã. O papa e o imperador, com a compreensão superior que lhes dá a

---

60 Dizia Stendhal que quando se começa a falar muito no *princípio* de alguma coisa é porque essa coisa já não existe. Fala-se muito hoje no Brasil em *princípio de autoridade*. É porque já não existe a autoridade, que foi substituída pela opressão.

fé nos seus destinos, estão vendo que novos tempos de renovação social se aproximam, e que é preciso, na imensa Bastilha em que a burguesia revolucionária encarcerou o proletariado, rasgar uma janela para o azul. A aliança da Igreja e do Império, com a multidão infeliz contra a burguesia gozadora que se diz republicana ou pelo menos democrática, é o grande fato do findar deste século. A Alemanha preocupa-se com a sorte dos operários; Bismarck fez votar a célebre lei garantindo a velhice e a invalidez do trabalhador; o socialismo penetrou nas altas esferas do governo inglês, e ele já existe de fato na grande democracia russa, consagrado em usos e instituições seculares. Ainda há muito por fazer, mas as grandes monarquias deram o sinal, e esse foi principalmente o congresso europeu que o imperador Guilherme II forçou a se reunir em Berlim para estudar os meios de melhorar a sorte dos proletários. O movimento está iniciado; onde ele encontra mais resistência é na França, baluarte da burguesia republicana, e nos países latinos que mais ou menos se inspiram do espírito francês. A Igreja patrocina o socialismo cristão e não o faz somente por palavras. Por um instinto admirável, o proletariado inglês compreendeu que nada podia esperar da sua Igreja oficial, e, na grande crise de 1890, o seu arauto, o seu chefe, o juiz da sua causa, o seu paladino, foi o velho cardeal Manning, que reconciliou patrões e operários, feito digno dos tempos heroicos da Igreja. Nos Estados Unidos e na Austrália, há a aliança tácita da Igreja e do proletariado. Vejam-se os esforços do cardeal Gibbons e de Monsenhor Ireland, e admire-se como o movimento operário nos Estados Unidos ganhou em grandeza com o influxo da Igreja.

A classe dos donos de caminhos de ferro, dos monopolistas e dos industriais que a ferocidade do protecionismo enriqueceu em detrimento do conforto e do bem-estar do pobre, armam-se, nos Estados Unidos, de grandes recursos para a batalha suprema que têm de travar, mais dia menos dia, com o povo americano. O governo e os políticos de Washington são os representantes diretamente interessados ou indiretamente subsidiados que hão de procurar por todos os meios proteger os ricos e os satisfeitos contra os famintos. Os financeiros e os monopolistas americanos votam ódio à Europa, porque para lá se escoou o ouro americano, e porque na Europa os governos estão dando o exemplo da defesa das classes operárias. O defensor desses monopolistas, mais conhecidos, é

o sr. Andrew Carnegie, um escocês prodigiosamente enriquecido nos Estados Unidos, e que, no fim da vida, figura em todas as manifestações antieuropeias ou antes antiliberais que se dão nos Estados Unidos. O sr. Carnegie é dono de umas fundições gigantescas e autor de uns livros em que exalta o capitalismo, a felicidade da riqueza e a superioridade dos Estados Unidos, país que ele apresenta como o primeiro do mundo. O mais conhecido dos livros do sr. Carnegie chama-se *Democracia Triunfante*, livro ricamente impresso que na primeira página traz uma coroa real invertida e um cetro quebrado para indicar a vitória da democracia. O livro é mal escrito, é insolente e, para dar uma ideia do seu modo de argumentar, diremos apenas que, querendo provar a superioridade artística dos Estados Unidos sobre a Europa, ele diz que as salas de espetáculo são maiores em Denver e em Cincinnati do que em Paris e Londres. No mais, o sr. Carnegie entoa um hino entusiasta à felicidade do povo americano, cuja existência, segundo o autor, é um idílio sem fim. O sr. Carnegie fala do bem-estar do operário americano, da sua casinha risonha à beira de campos sempre verdes e de águas murmurantes e, em raptos bíblicos, quase que diz que os rios são de leite e de mel. Ora, a ser isso verdade, que paraíso não devia ser o estabelecimento industrial do sr. Carnegie, as célebres fundições de Homestead? Pois bem! Em 1891 rompeu em Homestead uma greve terrível, provocada, como depois demonstrou o inquérito oficial, pela dureza do proprietário que, do infeliz operário, exigia um horrível máximo de trabalho a troco de um mínimo ridículo de salário. Não parou aí o patriarcal e idílico sr. Carnegie. Nos Estados Unidos, a polícia consente que existam grandes e poderosas agências que se encarregam de fazer a polícia por conta dos particulares, e são muitas vezes empregadas em obras de vingança e de evidente criminalidade. A mais conhecida dessas agências, a agência Pinkerton, organizou por conta de Carnegie um verdadeiro exército de *detetives*, armados de revólveres e de carabinas, destinados a reprimir os operários revoltados, verdadeiros *bravi*, como os da Itália medieval, ou antes capangas, como diríamos no Brasil. Os Pinkertons entraram em guerra com os operários, houve grandes tiroteios, muitas mortes, ataques por terra e por água, assédios, uma verdadeira guerra. A imprensa indignou-se e exigiu explicações do governo, de como deixava

haver no seu território uma verdadeira guerra sem intervir a autoridade, e verberou o escândalo de se consentir que um milionário pudesse ter assim tropas organizadas ao seu serviço. Onde iria parar, perguntavam os jornais, esse abuso? Os Pinkertons foram algumas vezes batidos e noutras trucidaram sem piedade os operários que tinham a felicidade de viver na livre América, tendo como patrão o intransigente republicano sr. Carnegie. Apesar do imenso escândalo que produziu na opinião pública americana a carnificina de Homestead, as tropas federais e as do estado respectivo mantiveram-se inertes. Quanto a Carnegie, logo aos primeiros sinais do tumulto, refugiou-se na velha, na tirânica Europa, porque, alvo do justo ódio dos operários e incurso nas leis penais, a permanência na tal *Democracia Triunfante* poderia ser-lhe desagradável. Com o governo e com os tribunais, Carnegie, na sua qualidade de milionário, muito facilmente se arranjará. Não tinha sido ele o grande protetor eleitoral do presidente Harrison? Com os operários, a coisa era mais difícil, e o apologista da democracia plutocrática deixou-se ficar tranquilamente na Europa.

Esse episódio de Homestead nós o mencionamos porque é típico e cheio de revelações para o futuro da América republicana. O poder do milionário não encontra nos Estados Unidos nenhum corretivo eficaz nas leis ou na ação da autoridade pública. Tudo lhe é lícito, tudo lhe é possível. Isso entrou tanto na consciência nacional que os homens mais cultos do país, os seus escritores, os seus sábios, os seus poetas, os seus filantropos, evitam todo o contato com a política, porque sabem que as posições políticas são dadas a homens subservientes, pelos magnatas da finança. Noutros países do continente, os homens de valor desdenham ser políticos, porque não querem ser títeres irresponsáveis nas mãos do militarismo. Em todo caso, o resultado é o mesmo, porque, quer tenha de ser servidor dos financeiros, quer tenha de ser o instrumento dos militares, o homem público perde, com a sua dignidade, a sua independência. Eis aí a situação do político na América.

O milionário empregará até agora a arma poderosíssima da corrupção. O sr. Carnegie foi um inovador; com o dinheiro organizou uma força e com ela bateu os que perturbavam a sua indústria. Isso foi talvez

um ensaio. Em pouco tempo, os milionários e bilionários americanos organizarão exércitos. Havendo dinheiro, há meios para se defender qualquer indivíduo, e quem sabe se, no futuro, não haverá nos Estados Unidos guerras individuais como as da Idade Média? A instituição dos mercenários pode deixar de ser privilégio dos governos que, sentindo-se fracos no interior, procuram no estrangeiro braços para defendê-los e coragem e ambições para sustentá-los. Em breve haverá mercados francos de armamentos e de invenções bélicas; alugar-se-ão, por meio de agências, capitães valentes, soldados decididos, que renovarão os feitos das tropas mercenárias de Cartago ou dos suíços e lansquenetes da Renascença. Quanto custa um general? Por quanto um almirante? Alugar-se-ão Temístocles por mês, Nelsons por empreitada e Napoleões a tanto por dia, com comida.

Os governos que têm chamado mercenários, tarde ou cedo, tiveram de se arrepender. A lealdade do mercenário é nula, e o país que lhes cabe defender é muita vez a sua primeira vítima. O estrangeiro chamado para, a qualquer título, tomar parte nas lutas nacionais, torna-se, depois da luta, uma calamidade. O mesmo acontecerá talvez com o capitalismo; os braços que ele tiver armado contra o proletariado se voltarão um dia contra ele. O imaginoso novelista Edmund Boisgilbert, escrevendo no intuito de adivinhar o que vai ser a vida das gerações futuras, no seu romance *Caesar's Column*, descreve a grande luta armada que os pensadores veem como inevitável no porvir norte-americano.<sup>61</sup> Nesse livro, vê-se o capital onipotente dominando exércitos e tudo vencendo à força do ouro, que põe ao seu serviço todos os progressos da ciência aplicada, todos os requintes do gozo e todos os meios materiais de destruir e subjugar as multidões. Há contra essa longa tirania uma imensa revolta; o capital defende-se, a mortandade é horrível e a sociedade americana rui com estrondo, numa catástrofe absoluta. A imaginação do literato é grande, mas a invenção do escritor corresponde a um secreto instinto de todos. Hoje, o industrialismo ainda tem algumas esperanças de se salvar e o

---

61 Essas linhas foram escritas em fins de 1893. Em 1894, as espantosas paredes de Chicago vieram dar razão ao autor.

povo não tem ainda a consciência nítida da sua força. As dificuldades do presente já são, portanto, bastante graves para o capitalismo, e a plutocracia americana procura, a todo o transe, sair das suas dificuldades e, para isso, volta-se para o estrangeiro. É para o estrangeiro que os políticos norte-americanos querem abrir uma válvula para o excesso da produção.

Não é só o fim de lucro monetário imediato que guia esses homens, é uma necessidade absoluta de segurança nacional. Fechados os mercados estrangeiros, como já explicamos, a produção americana terá de se retrair, e, retraída, crescerá em enorme proporção o número de operários desempregados, que aumentarão o já tão perigoso exército dos descontentes. Nesse empenho de salvação pública, foi uma missão especial de representantes do Tesouro americano à Europa solicitar dos governos europeus a adoção do bimetalismo para dar saída à quantidade de prata que tantos embaraços está criando aos Estados Unidos. A Europa, na conferência de Bruxelas, recusou atender ao pedido. Foi no mesmo intuito, de dar saída a seus produtos e de criar-lhes vantagens especiais nos mercados estrangeiros, que os Estados Unidos quiseram impor tratados de reciprocidade comercial a todos os países da América.

Essa empresa, de extorquir tratados dos países latino-americanos a troco de vantagens ilusórias, esteve confiada a Blaine quando ele foi secretário de Estado pela segunda vez.

## III

Quando o ambicioso estadista voltou ao poder em 1889, com a eleição do presidente Harrison, voltou disposto a tirar a sua desforra do descrédito em que caíra em 1881, quando se descobriu a indelicadeza dos seus processos e dos seus intuitos na intervenção na luta entre o Chile, o Peru e a Bolívia. Em 1884, ele ousara já ser candidato à presidência da República, e isso bastou para um grande número de votos, do seu próprio partido, convergir para o seu adversário, o candidato Cleveland, que foi então eleito pela primeira vez. Em 1888, Blaine não fora candidato, mas empregara toda a sua influência em favor de Harrison com a condição deste entregar-lhe a secretaria de Estado, de onde Blaine, com o seu extraordinário talento, acharia facilmente o meio de dirigir todo o país. Assim foi. O regime presidencial leva a absurdos dessa ordem; um homem repellido positivamente pelas urnas, pela vontade expressa do eleitorado, basta que ele tenha por si a vontade do presidente para que esse homem tome conta do governo e exerça-o sem haver meio algum de fazê-lo sair enquanto durar o presidente, a não ser por uma revolução. Blaine, pois, assenhoreou-se da secretaria de Estado. Em 1881, um dos pontos do grande plano de Blaine fora a reunião de um congresso pan-americano onde, sob a égide e a proteção dos Estados Unidos, deveriam os representantes de todos os países da América discutir assuntos de interesse recíproco. As revelações consequentes à frustrada intervenção no Pacífico descreditaram completamente os projetos de Blaine, e o primeiro ato do seu sucessor consistiu em expedir aviso às nações convidadas para o congresso, dizendo-lhes que a grande reunião dos representantes de toda a América ficava indefinidamente adiada.

Blaine, voltando ao poder em 1889, trazia um plano de dupla vingança: queria humilhar o Chile e reunir o Congresso. Conseguiu as duas coisas. Teve ocasião de lançar, como mostramos, um *ultimatum* ao governo chileno, exigindo em prazo dado satisfações e indenizações, e

viu reunidos em congresso em Washington, debaixo da sua presidência, os representantes de todos os países da América.

A primeira parte do congresso consistiu em banquetes, passeatas, recepções e festas. Os enviados da América Latina, pela linguagem da imprensa, pela atitude geral do governo, ficaram logo convencidos de que só o interesse dos Estados Unidos lucraria com o que se pretendia deles no tal congresso. O governo americano pôs em discussão três pontos: 1º – a adoção do arbitramento obrigatório para a solução dos conflitos internacionais; 2º – a celebração de tratados com o governo de Washington estabelecendo uma parcial ou total e recíproca isenção de direitos de importação entre o país contratante e os Estados Unidos; 3º (este apenas para encher tempo) – o estudo de um caminho de ferro dos Estados Unidos à Patagônia, ligando entre si as repúblicas americanas.

A questão do arbitramento não ofereceu grandes dificuldades. Em matéria de promessas, de tratados e de compromissos internacionais, as repúblicas da América não são difíceis. O *Corpus Diplomaticum* sul-americano, isto é, a coleção dos seus tratados, dos seus acordos e das suas convenções, é enorme. Fazem-se, desfazem-se, esquecem-se e violam-se tratados com a maior facilidade. Quase todas as repúblicas concordaram que, no futuro, decidiriam as suas questões por arbitramento. Era um acordo platônico, de bonito efeito, que parecia dar prazer a Blaine e que, em suma, a nada obrigava. O governo chileno, porém, foi mais correto e sincero, e não assinou a cláusula do arbitramento. O presidente do Chile justificou essa recusa perante o Congresso do seu país, pronunciando as seguintes palavras:

“Foi também proposta e aceita por alguns representantes do Congresso de Washington a arbitragem internacional na forma mais compressiva e obrigatória. Não prestamos assentimento a este projeto, porque o Chile não necessita, para o exercício da sua soberania no mundo civilizado, de outra lei que não seja a lei geral das nações. Os povos, como o nosso, que vivem do seu trabalho, e que cumprem fielmente as suas obrigações e compromissos internacionais, terão de recorrer a arbitragem nos casos especiais e concretos em que assim o aconselharem a justiça pública, a prudência e o respeito recíproco dos estados soberanos; julgo, porém, que não nos será lícito limitar à arbitragem a ação das gerações futuras

para fazer vingar o direito. Só a elas compete apreciar e resolver sobre os meios que a lei internacional lhes faculta para a defesa do seu direito. A restrição dos direitos do Estado por meio da adoção obrigatória de um processo excepcional, como é o da arbitragem, não se coaduna com a liberdade, que, em qualquer eventualidade, desejo reservar aos poderes públicos da minha pátria e aos meus concidadãos.”

Essa é a linguagem de um verdadeiro homem de Estado, explicando uma resolução das mais patrióticas e baseada na mais verdadeira compreensão dos direitos e dos deveres internacionais.

Salvador, Guatemala, Haiti e S. Domingos assinaram a obrigação de recorrer ao arbitramento, mas poucos meses depois houve uma guerra mortífera entre Salvador e Guatemala e as tropas de S. Domingos e Haiti. Ó fraternidade, ó lealdade americana e republicana! Na parte comercial, as repúblicas hispano-americanas, embora assinassem algumas das conclusões impostas pelos Estados Unidos, não se apressaram em concluir os tratados que os Estados Unidos tanto ambicionavam. O ministro do Chile nos Estados Unidos, num banquete que lhe foi oferecido em Chicago, teve a franqueza de declarar que, em vista das exigências do governo norte-americano, o Chile tinha de continuar a ter só em vista a Europa, e a trabalhar por estreitar cada vez mais as suas relações com o velho mundo.

A república brasileira, então ainda na primeira das suas diversas e sucessivas ditaduras, foi o primeiro país que cedeu aos desejos dos Estados Unidos, assinando o tratado de reciprocidade comercial, que ficará conhecido na história pelo nome de tratado Blaine-Salvador, porque os seus signatários são aquele estadista americano e o ministro brasileiro em Washington, sr. Salvador de Mendonça.

Esse tratado foi motivo para o Brasil ser prejudicado sem a mínima vantagem e deu ocasião a uma grande deslealdade por parte do governo norte-americano.

O que concederam os Estados Unidos ao Brasil por esse tratado? A isenção de direitos de importação sobre o café brasileiro e sobre alguns tipos de açúcar. Ora, o café já não pagava direitos nos Estados Unidos desde 1873. E por que naquela época suprimiram os Estados Unidos aquele imposto? Não foi para obsequiar o Brasil; foi porque assim con-

vinha aos interesses do povo americano. A tarifa aduaneira americana é protecionista; as suas elevadas taxas não têm por fim aumentar os rendimentos do Tesouro, mas simplesmente proteger as indústrias e as culturas nacionais. Os Estados Unidos têm por força importar café, gênero que não produzem. Um imposto sobre a entrada do café viria a recair, na verdade, sobre o consumidor americano. Grande produtor de café, pelas condições geográficas e pelo seu monopólio dessa produção no ocidente, o Brasil tinha fatalmente de abastecer o mercado americano. Não é uma verdadeira burla querer fazer-nos acreditar que a isenção de direitos sobre o café brasileiro é um favor feito ao Brasil? Se os Estados Unidos voltassem de novo a impor direitos sobre o café, o Brasil nem por isso perderia o mercado americano onde não temos concorrência. Somente o consumidor americano pagaria mais caro aquela bebida que lhe é indispensável. Quanto ao açúcar, a isenção de direitos seria na realidade útil à indústria açucareira do Brasil, se essa isenção fosse concedida só ao produto brasileiro. Ora, um tratado anterior e em vigor já dava livre entrada no território americano aos açúcares do Havaí, mas, apesar disso, o Brasil lucraria muito se não tivesse outro concorrente senão aquelas ilhas, a gozar da livre entrada.

Quando em fevereiro de 1891 foi publicado no Brasil o texto do tratado Blaine-Salvador, todo o mundo entendeu que só o Brasil se beneficiaria da isenção de direitos sobre o açúcar. Imediatamente depois, o *Jornal do Comércio* anunciou, em telegrama de Madri, que o governo americano fizera aberturas à corte da Espanha, solicitando a celebração de um tratado em virtude do qual os açúcares de Cuba e de Porto Rico entrariam nos Estados Unidos livres de direitos. Desaparecia assim para o Brasil a única vantagem que se esperava do tratado. Postos os produtos do Brasil em pé de igualdade com os das colônias espanholas, tratada a jovem república de modo igual à velha monarquia que mantém em ferrenho jugo colonial uma parte riquíssima da livre América, onde ficavam as vantagens para o Brasil, onde estava a fraternal preferência que a grande república devia também à outra república, que, embora menor, é ainda grande? Como era possível que o governo de Washington equiparasse no tratamento fiscal a carunchosa e antipática monarquia da Europa decrépita com a virente e fraternal novíssima república da América do

Sul? Não! Era impossível. Assim pensou por certo o governo da república brasileira, que se apressou em desmentir o jornal no *Diário Oficial*, dizendo que era falso que se estivesse tratando de um convênio comercial qualquer entre os Estados Unidos e a Espanha. O ministro do Brasil em Washington, quando aconselhava para o Rio o tratado comercial com os Estados Unidos, afirmava que os Estados Unidos não dariam livre entrada aos açúcares de nenhum outro país. Essa era a promessa que lhe tinha feito o governo de Washington, e só a confiança nessa promessa é que fazia com que o governo no Rio fosse tão afirmativo. O *Jornal do Comércio* insistiu, deu esclarecimentos, anunciou que o sr. Foster ia à Espanha tratar – tudo foi em vão. O governo manteve a sua negativa. Semanas depois era assinado o tratado! Os açúcares de Porto Rico e de Cuba tinham livre entrada nos Estados Unidos, e desaparecia assim a única vantagem que ao Brasil poderia trazer o tratado Blaine-Salvador. E não parou aí o governo de Washington; fez logo outros tratados com a América Central, com a Alemanha e com a Holanda. A Venezuela também fez um tratado, mas o Congresso venezuelano rejeitou-o.

O governo brasileiro foi assim ludibriado pela esperteza americana. Em troca de um favor fictício e ilusório, em seguida a uma negociação em que a má-fé norte-americana tornou-se evidente, o Brasil concedeu isenção de direitos às farinhas de trigo dos Estados Unidos, deu igual isenção a vários outros artigos americanos, e para todos os outros introduziu uma redução de 25 por cento nas tarifas da alfândega. Essa concessão trouxe considerável prejuízo para a renda do Tesouro,<sup>62</sup> que já não atravessava época para tanta generosidade. E mais do que isso, ela causou dano muito grande às indústrias já estabelecidas no Brasil e em via de prosperidade. Há uma vantagem muito grande para os países importadores de pão em transportar de preferência o trigo para reduzi-lo a farinha nos mercados ou próximo dos mercados consumidores.

---

62 A Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados do Brasil, em 1894, avaliou o prejuízo do tesouro em 3:000 por trimestre, sejam 12:000 contos de réis por ano. Ora, o tratado durou quatro anos, dando assim ao Brasil um prejuízo de 48:000 contos de réis!

O consumidor se beneficia duplamente por essa forma, já porque o frete é muito menor (pois num volume reduzido se transporta maior quantidade de substância alimentícia), já porque a qualidade é superior, pois o transporte por mar e o tempo facilmente alteram a farinha que até corre o risco de grande avaria, risco que, junto ao maior frete, é tudo computado pelo vendedor em detrimento do consumidor. Havia no Brasil muitos moinhos de moer trigo em que estavam empregados capitais importantes e grande número de trabalhadores. Essas empresas ficaram arruinadas, os trabalhadores sem trabalho e o consumidor lesado, desde que as farinhas americanas, pelo tratado, foram admitidas livres de direitos. Não há quem tenha esquecido os importantíssimos depoimentos em que a grande maioria dos negociantes, dos industriais e dos financeiros do Brasil, em cartas escritas ao *Jornal do Comércio*, se manifestaram, em quase unanimidade, contra o desastroso tratado.

Essas manifestações e essas queixas de nada valeram. Mandava quem podia, e o mal estava feito, sofresse embora o povo brasileiro, gemessem embora as nossas indústrias.

Eis aí mais um benefício que recebemos dos Estados Unidos.<sup>63</sup>

---

63 As últimas eleições americanas foram contrárias à política ultraprotecionista e de reciprocidade. Com quebra da fé internacional que estipulava um prazo de três meses de aviso à outra parte contratante, para a cessação do tratado, os Estados Unidos restabeleceram os antigos direitos, dando grande prejuízo aos produtores de açúcar do norte do Brasil e ao comércio brasileiro, que contava com os três meses de aviso. No momento em que escrevemos, a Alemanha reclama energicamente contra fato idêntico, em relação aos seus produtos. O governo do Brasil denunciou o tratado Blaine-Salvador, e, de janeiro de 1895 em diante, os produtos americanos pagam os mesmos direitos aduaneiros que os de outras nações.

## IV

Seria um erro colossal acreditar que nos Estados Unidos há simpatias pela América do Sul, pelo Brasil e especialmente pela forma de governo que lhe foi aplicada há quatro anos.

Por mil modos se revela o desprezo americano pelos irmãos do sul do continente. Em frente ao capitólio de Washington há uma estátua do fundador da independência americana. O escultor Greenough fez-lhe uns baixos relevos simbólicos tirados da história de Hércules. Hércules e seu irmão Iphicles, infantes, repousavam no mesmo berço e foram assaltados por duas serpentes. Iphicles, simples mortal, filho de Anfitrião e de Alcmene, rompeu em clamores; Hércules, fruto do adultério olímpico de Alcmene e de Jove, com as mãos estrangulou as serpentes, mostrando assim a sua origem divina. Essa é a cena que o escultor pôs no pedestal da estátua de Washington. O que quis o artista simbolizar? Os guias descritivos das grandezas da cidade de Washington esclarecem o pensamento do estatuário. Depois de nos indicarem minuciosamente (como convém a uma crítica de arte à moda americana) o preço da estátua, o seu volume, o seu peso, a qualidade do mármore, as peripécias do seu transporte desde Florença até as margens do Potomac, dizem-nos finalmente os guias que os dois meninos de mármore, os dois gêmeos da fábula, representam a América do Sul e a América do Norte. Aquela é a covardia, a fraqueza de Iphicles, e esta é a majestade divina de Hércules.<sup>64</sup>

Nos Estados Unidos, a palavra América significa a parte do novo continente que obedece ao governo de Washington. Respeitam os americanos a soberania da Inglaterra no Canadá; e, por todas as outras nações, há, nos benévolos, numa grande indiferença e nos outros, um sentimento

---

64 Ed. Winslow Martin, *Behind the scenes in Washington*, pág. 140.

de acentuada superioridade que é feito de amor-próprio e de desprezo pelos sul-americanos. Basta dizer que, entre os norte-americanos, é motivo de chacota haver países, como México, Venezuela, Colômbia e um outro que conhecemos, que têm a petulância de se intitular *Estados Unidos...* Isso lhes parece de um cômico irresistível. Quando se fala desses *United States*, há nos lábios americanos o mesmo sorriso que teria o duque de Wellington, ouvindo nomear um dos presidentes do Haiti, o general Salomon, que se intitulava duque de Crique-Mouillée.

O imperador d. Pedro II tinha grande prestígio nos Estados Unidos. O seu amor à liberdade, o seu espírito aberto a todas as novidades do século, a sua atividade, a singeleza da sua pessoa impressionaram sempre os americanos, que de um rei só faziam a ideia de um homem rodeado de fausto, de um defensor do passado contra o espírito inovador. Os discursos pronunciados no Senado americano, quando se discutiu o reconhecimento da república brasileira, consistiram, quase que exclusivamente, não no elogio dos vencedores, mas na exaltação das virtudes do grande vencido. O governo americano foi o último, de todos os governos do novo continente, que reconheceu a República no Brasil, e se inspirou, decerto, para essa demora, na frieza, na quase hostilidade, com que a imprensa recebeu a revolução. Ainda há bem pouco tempo, o correspondente do *País*, em Nova York, rememorava esses fatos, insistindo na pouca simpatia que os americanos manifestavam pela nova ordem de coisas no Brasil. Basta lembrar o que disseram os jornais americanos quando, em 1890, chegou a Nova York uma esquadilha brasileira que, segundo diziam os jornais do Rio, ia participar ao governo americano a proclamação da República e apresentar os cumprimentos do novo governo ao presidente dos Estados Unidos.

Com a precipitação com que foi organizada a esquadilha, esqueceram-se no Rio de que os navios iam chegar a Nova York em pleno inverno. O frio em 1890-91 foi intensíssimo, e os pobres marinheiros, vestidos ligeiramente, sofreram imensamente. O governo americano forneceu-lhes roupas grossas e cobertas. Era de ver como os jornais de Nova York noticiavam esses fatos. Uns descreviam os negros brasileiros chorando de frio, escondidos no porão, os navios abandonados, o convés não varrido, os oficiais com frieiras nos pés, enfim, um destroço com-

pleto. Tudo isso acompanhado de ditos picantes e de uma insistência enorme nos favores com que o governo americano estava acudindo à miséria e à desgraça daqueles maltrapilhos. No mesmo ano, veio uma esquadra americana ao Rio, dizendo-se que vinha *expressamente* cumprimentar o governo. O generalíssimo Deodoro convidou-os para um baile; o comandante da esquadra pediu-lhe que apressasse o baile, e, como houvesse alguma demora, a esquadra partiu sem sequer esperar pelo tal baile.

Dois anos depois, uma outra esquadra brasileira vai a Nova York a pretexto da exposição de Chicago e do centenário de Colombo. Os oficiais brasileiros ficaram vexados da linguagem da imprensa a seu respeito e da desconsideração com que foram tratados. Sempre colocados em último lugar, sempre preteridos em todas as atenções, o seu desgosto, se não faltou à verdade o correspondente do *País*, foi muito grande e não se ocultou.

Quando houve o convite à oficialidade para ir a Chicago, os oficiais brasileiros todos recusaram, declarando a um representante da imprensa que o faziam por se acharem justamente melindrados. Não lhes foi dada satisfação alguma, e, de volta ao Brasil, vieram decerto muito pouco inclinados a acreditar ainda na pilhéria da fraternidade americana.

O ministro do Brasil em Washington, o sr. Salvador de Mendonça, tem experimentado, muitas vezes, à sua própria custa, que, nos Estados Unidos, a sua entidade de ministro dos Estados Unidos do Brasil não merece nenhum respeito por parte da imprensa. S. Ex<sup>a</sup> tem tido na sua carreira incidentes desagradáveis, que a imprensa americana há longa e maliciosamente glosado, sem ter em vista que S. Ex<sup>a</sup>, na sua qualidade de republicano intransigente, histórico e tudo o mais, e pelo seu título de ministro de uma república, devia ser tratado com mais respeito. O senhor ministro é amador de belas artes; tinha uma galeria de quadros todos assinados pelos maiores pintores antigos e modernos. Era uma galeria que valia muitos milhões; S. Ex<sup>a</sup> mandou-a para Paris para ser vendida em leilão. Os peritos parisienses, encarregados da avaliação, declararam que os quadros eram todos falsos; S. Ex<sup>a</sup>, em telegrama para Paris, disse que estava de boa-fé e que tinha sido enganado. Retirou os quadros e, mais tarde, ofereceu alguns deles à Academia de Belas-Artes

do Rio de Janeiro, que comeu por lebres primorosas todos aqueles gatos a óleo,<sup>65</sup> pois essa anedota, que é apenas um pouco cômica para o nosso ministro, e que só prova que S. Ex<sup>a</sup> não entende de pintura, e que foi roubado, comprando por enorme soma aquela galeria, foi decantada nos jornais de Nova York, e o representante do Brasil coberto de ridículo. Outro fato: o sr. Salvador de Mendonça foi encarregado pelo governo de comprar uma grande quantidade de prata nos Estados Unidos. Os ministros da Fazenda do Brasil têm todos, depois disso, pretendido que as contas não estão certas, que falta prata ou que falta dinheiro, conforme se tem visto pelas correspondências oficiais publicadas. Que tem a imprensa americana com essa questão inteiramente brasileira? É um ponto que deve ser ventilado entre dois altos funcionários da república brasileira, entre o ministro da Fazenda e o ministro diplomático. Assim não têm pensado, porém, os jornais americanos, e várias vezes têm voltado a essa desagradável história da prata, publicando artigos deprimentes para o representante do Brasil. Sem dúvida que o governo de Washington não pode proteger o representante da república irmã contra a imprensa, porque esta é livre. Mas a má vontade é evidente em toda a sociedade americana. O representante republicano do Brasil parece sentir isso, porque, seguindo o exemplo de diplomatas de outros países que já foram pessoalmente agredidos pela imprensa, S. Ex<sup>a</sup> podia, deixando de lado as suas imunidades, chamar os seus detratores aos tribunais. S. Ex<sup>a</sup> tem com certeza confiança na justiça da sua causa, e se não lançou ainda mão desse recurso é porque não acredita muito na justiça americana quando essa tem de decidir entre um compatriota e um sul-americano.

O governo norte-americano, ainda há pouco, deu uma nova prova da pouca consideração que lhe merece a república brasileira. O governo de Washington elevou à categoria de embaixadores o seu ministro em Paris e os seus representantes junto às cortes de Londres, Berlim, Viena, Roma, Madri e S. Petersburgo. Ora, o Brasil é a segunda nação

---

65 Todas as particularidades desse incidente acham-se na obra de Paul Eudel, *L'Hotel Drouot em 1885*. Paris, 1886, pág. 145.

da América, por todos os títulos; há a consideração importantíssima de que, pelo istmo do Panamá, temos a honra de estar presos ao mesmo continente ocupado pelos Estados Unidos; temos, como eles, presidentes, ministros irresponsáveis, etc. Sendo assim, está claro que o Brasil merece muito mais dos Estados Unidos do que as carunchosas e decrépitas monarquias europeias. Não obstante tudo isso, o governo de Washington conserva no Rio um qualquer representante diplomático de segunda categoria, não dando ao Brasil a confiança de tratar o seu governo com a consideração com que trata o governo espanhol ou o governo austríaco. É mister confessar que Washington usa para com o Brasil de fraternidade em dose muito moderada.

Desde que falamos em imprensa, devemos falar de outro modo, pelo qual também se manifesta sempre, pela maneira que temos visto, a amizade dos norte-americanos pelo Brasil. Falamos da notícia alarmante falsa ou verdadeira.

Nem tudo são rosas na vida do corpo diplomático sul-americano. Representantes do general A, nomeados pelo general B, estão prontos a servir o general C. Um belo dia chega um telegrama: “O general C atacou o general A.”. O que dirá o pobre diplomata aos *repórteres* que o assaltam e perguntam quem tem razão, coisa já grave, e, coisa ainda mais grave, quem vencerá? É difícilíssima a resposta. Alguns há que se arriscam; se acertam, muito bem. Mas, se se enganam, estão perdidos, porque o vencedor demite-os sem piedade. Os espertos calam-se. A reportagem, porém, é feroz; a reportagem ganha por linha de notícia fornecida; e um *repórter*, quando não tem essa notícia, inventa-a. Muita vez há ingênuos que enxergam profundos maquiavelismos, intrigas habilíssimas e pérfidos intuitos de partidários ou conspiradores misteriosos numa notícia que foi arranjada num pobre quinto andar, numa água furtada de um *repórter* qualquer, que forjou essa notícia para equilibrar o seu orçamento da semana. Há, porém, outro gênero de notícia falsa que deve cair e cai dentro da ação dos tribunais. É a notícia falsa, com fins de especulação, para a qual há penalidade nas legislações de certos países. Ora, essas notícias falsas para fazer subir ou descer o café nos mercados, para fazer subir a cotação dos títulos brasileiros, nem sempre são notícias contrárias ao governo do Brasil. A especulação é de uma

imparcialidade provada; às vezes anuncia os mais lisonjeiros acontecimentos, outras vezes as catástrofes as mais terríveis. Em todo caso, Nova York é que é o ponto de concentração e de expedição dessas notícias. Os jornais americanos têm gasto muito dinheiro para ter notícias do Brasil nas diferentes crises agudas e periódicas da república; mas, em vez de receberem diretamente essas notícias, recebem-nas via Buenos Aires e Montevidéu, onde as notícias são todas exageradas e apimentadas com a má vontade dos nossos irmãos argentinos e uruguaiois que são nossos inimigos, apesar de nós termos seguido o seu exemplo adotando a forma de governo da Argentina e do Uruguai. Os Estados Unidos são, para o resto do mundo, o veículo transmissor da bília argentina contra o Brasil; são os correspondentes de jornais americanos que atacam o Brasil; são as agências telegráficas americanas que enviam, para todos os pontos do globo, as notícias deprimentes do Brasil, notícias muitas vezes falsas, por vezes exageradas, e, ai de nós!, às vezes também verdadeiras. E o que é curioso é que os jornais da Europa, que recebem dos Estados Unidos essas notícias, que as transcrevem, é que passam por difamadores do Brasil. Se os jornais americanos são insolentes para com o Brasil, o que pode verificar facilmente toda a gente, o mundo comercial dos Estados Unidos também nos é adverso.

Nunca dos Estados Unidos veio o mínimo auxílio para as nossas indústrias, para a nossa lavoura ou para a nossa viação férrea. Há perto de quatrocentos mil contos de réis da Inglaterra empregados no Brasil, quer em empréstimos ao governo, quer em caminhos de ferro e outras indústrias. O Brasil era pobre quando iniciou a sua existência, era despojado, tinha às portas inimigos ameaçadores, tinha problemas internos gravíssimos – e a Inglaterra teve confiança no Brasil, a Inglaterra nos confiou os seus capitais, mesmo em épocas críticas. E o povo inglês é tão superior que, em 1865, estando o Brasil de relações rotas com a Inglaterra, por motivo de Questão Christie<sup>66</sup> (questão de que a dignidade

---

66 Como se sabe a questão foi sujeita ao juízo arbitral do rei dos belgas, que deu razão ao Brasil. Quase toda a imprensa inglesa foi a nosso favor. Na câmara dos comuns lutaram por nós oradores ilustres como John Bright, Cobden, Lorde Cecil (hoje

do Brasil saiu ilesa), conseguiu levantar em Londres um empréstimo, na ocasião em que iniciávamos uma guerra terrível. E os capitais ingleses não corriam pequeno risco; aventuravam-se a todas as emergências da guerra com o Paraguai, e aos possíveis e mesmo prováveis desastres da abolição. E em quantas empresas esses capitais, em ações ou em obrigações, não estão por assim dizer enterrados? Se se aponta a S. Paulo Railway como empresa até há pouco remuneradora, e a Rio Claro Railway, em todas as outras estradas feitas com capital inglês os acionistas não recebem dividendos, ou recebem-nos mínimos. E que enorme capital não há empregado na Alagoas Railway, Bahia e São Francisco, ramal do Timbó, Brasil Great Southern, Imperial Bahia Company, Natal e Nova Cruz, Campos e Carangola, Conde d'Eu, Caravelas Navigation Company, Dona Tereza Cristina, Leopoldina, Macaé e Campos, Porto Alegre e Nova Hamburgo, Recife São Francisco, Norte do Rio, Southern Brazilian, Bahia Central Sugar C.<sup>o</sup>, North Brazilian Sugar Factories, Rio de Janeiro Flour Mills C.<sup>o</sup>, Gaz da Bahia, Gaz do Pará, do Ceará, Gaz do Rio (capitais belgas), Águas de Pernambuco, etc.? Todas essas empresas, que enumeramos, representam milhões de libras esterlinas que nada, ou quase nada, rendem aos capitalistas. Entretanto esses capitais aí estão frutificando para o Brasil, mantendo a facilidade de transporte em regiões que dela se aproveitam, e dando luz e água às populações. E as empresas que dão alguma remuneração, de quantos benefícios não enchem o Brasil? E que enorme prejuízo já não têm dado aos capitalistas europeus as nossas desgraças? Confiados num longo passado de tranquilidade, os capitalistas europeus tinham os títulos brasileiros no mesmo apreço que os das primeiras nações do mundo. O 4% brasileiro estava a 90 a 14 de novembro de 1889; hoje vale 54.<sup>67</sup> Os capitalistas confiaram em nossa estrela; estavam ao nosso lado nos dias prósperos, perdem hoje conosco nos dias maus. E, se algum capitalista europeu se

---

Lorde Salisbury) e muitos outros. O ministro Christie apresentou-se candidato à Câmara dos Comuns por Oxford, declarando que a sua eleição seria considerada a aprovação do seu procedimento no Brasil. Oxford derrotou-o. Encontraríamos porventura nos Estados Unidos tanto amor à justiça?

67 Outubro de 1893.

queixa, não somos nós, os devedores, que devemos protestar. As nossas desgraças não provêm de causas físicas; se estivéssemos arruinados por algumas causas naturais, se o café tivesse tido uma moléstia destruidora, como *Hemileia vastatrix* de Ceilão e de Java, se terremotos, secas ou inundações nos tivessem reduzido ao ponto em que estamos, então a queixa seria insensata. Mas, não... tudo caminha, na parte que compete à Providência ou ao acaso, admiravelmente; agora, na parte que cabe aos homens, sabemos todos o que têm tido. Dizem, porém, que há por aí uma coisa que precisa se consolidar e que, para essa consolidação se dar, é preciso que todos os brasileiros sofram. As vítimas têm o seu bom senso e elas já dizem ou pensam: se é preciso sofrermos tanto, é melhor que a tal coisa não se consolide! Essa opinião é fatalmente a de todo o homem isento da superstição partidária.

Voltando aos americanos, devemos perguntar: de que auxílio têm eles sido para o desenvolvimento da prosperidade material do Brasil? Os capitais deles para cá não vêm, os seus braços para cá não emigram. As duas empresas de navegação que organizaram acabaram na falência culposa e mesmo fraudulenta, fugindo o americano gerente de uma delas com o dinheiro dos acionistas brasileiros e com a subvenção que lhe pagou o governo.

Fala-se que os americanos são nossos grandes fregueses de café. Em primeiro lugar, é absurdo fazer-se desse fato motivo para uma gratidão sentimental. Os americanos não compram café por amizade, nem por filantropia. Compram porque querem bebê-lo e, não o tendo em casa, procuram-no onde encontram, e o país produtor que mais lhes convém é o Brasil. Mais, ainda em relação ao café, é força confessar que a feição dos mercados europeus é mais favorável ao Brasil do que o mercado de Nova York. Seja pelo que for o motivo, a tendência constante dos mercados europeus é para a alta, e em Nova York é para a baixa. Sem dúvida, de um e de outro lado, o que determina essa atitude é a especulação, mas é inegável que devemos ter mais simpatias por aqueles que, embora só por interesse próprio, promovem a valorização de um produto brasileiro, valorização que redundará em proveito do Brasil. Fala-se que a França impõe um pesado direito de entrada sobre o café; mas quem paga esse direito é o próprio consumidor francês. Demais o Havre, Antuérpia e

Hamburgo têm, no seu papel de mercados distribuidores, espalhado pela Europa toda o nosso café e desenvolvido muito o seu comércio. Nova York, porém, pesa sempre no mercado do mundo pelos seus grandes esforços para fazer cair o café; quando a lavoura do Brasil esteve quase desanimada pela baixa do café foi porque a especulação de Nova York estava triunfante! E hoje mesmo, afrouxem os mercados europeus os seus esforços, e o fazendeiro verá que os americanos envilecem logo o seu produto e se verá câmbio baixo e café também baixo, o que não é impossível, como muita gente crê.

\* \* \*

Temos visto o que os Estados Unidos têm sido para toda a América Latina.

Insistimos especialmente no que têm sido para nós na diplomacia e na ordem econômica. Terminaremos vendo qual a influência daquele país na ordem moral e intelectual.

A influência dos Estados Unidos sobre o Brasil fez-se sentir em nossa grande questão social – a escravidão.

Não teríamos conservado por tanto tempo aquela instituição iníqua, se a maior nação da América não tivesse tentado legitimá-la, e se, da parte escravocrata dos Estados Unidos, não nos viesse o incentivo, se não chegasse até nós a notícia do que se dizia e do que se fazia nos Estados Unidos para defender a escravidão.

A corrupção política e administrativa é a própria essência do funcionamento do governo americano. Os Estados Unidos são o país mais rico do mundo; rico pelas opulências naturais, pela sua enorme extensão, pela fertilidade do solo, pelos seus portos, suas baías, seus lagos, seus grandes rios navegáveis, suas minas incomparáveis. Povoado um solo desses pela raça saxônia, como poderia deixar este país de ser uma nação forte e poderosa? O solo mais rico do mundo, habitado pela raça mais enérgica da espécie humana – eis o que são os Estados Unidos. Aquele país é grande, mas não é por causa de seu governo. Ao amor-próprio de outras nações pobres, ou de outras menos ricas em vantagens naturais do que os Estados Unidos, e habitadas por indivíduos de raças menos

enérgicas, a elas repugna o confessar esta inferioridade. Insensivelmente, a gente é levada a não reconhecer as alheias superioridades ou atribuí-las a causas pouco desagradáveis para a nossa vaidade. Não há desar algum em dizermos que há povos governados com mais acerto do que nós, mas, quanto a confessarmos que esses povos são melhores do que nós, quanto a dizermos que a terra deles é mais rica do que a nossa – a isso é que nunca nos havemos de resignar. Por essa razão, é explicável que alguns brasileiros, os de espírito simplista, queiram por força ver, nas vantagens que nos levam os Estados Unidos em prosperidade, um efeito, não de causas naturais e irremediáveis, mas uma resultante da diferença dos governos. O solo não se pode trocar, a raça não se pode substituir, mas, em todo o tempo, é possível mudar o governo. Não podendo dar-nos o solo dos Estados Unidos, nem as qualidades éticas do seu povo, houve quem quisesse dar-nos ao menos o seu governo, isto é, o que de menos invejável tem a grande nação.

E a escola fatal dos imitadores de instituições não atende ao contrassenso do seu sistema, nem aos funestos resultados que produzem as leis transplantadas arbitrariamente de um país para outro. Quando os romanos ainda rudes conquistaram a culta Grande Grécia, Valério Messala trouxe de Catânia um relógio solar que mandou colocar no Fórum, junto aos Rostros. Não atendeu Valério Messala nem à diferença de longitude nem à orientação do gnomon, e dispôs-lo ao acaso. Só um século mais tarde é que se descobriu em Roma que o relógio solar marcava a hora com grande erro de tempo, e só então é que foi substituído. O relógio que dava o tempo certo em Catânia errava em Roma.<sup>68</sup> Assim as instituições podem dar certo nos seus países de origem e trazer a confusão e a desordem nos países para onde arbitrariamente as transmudam.

No Brasil aconteceu o mesmo com a ideia funestíssima de copiar os Estados Unidos nas suas leis políticas. Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos

---

68 Plínio, *Hist., Nat.* liv. VII, 60.

alguma coisa. Imagine-se um indivíduo qualquer que, admirando uma tela de Velásquez, deseje pintar como ele. De que servirá ter a tela, os pincéis, a palheta e as tintas perfeitamente iguais em matéria-prima, tamanho e dosagem às do pintor espanhol? Debalde arranjará as tintas e esforçar-se-á para pintar como Velásquez. Terá tudo quanto tinha Velásquez, menos o gênio, e, mesmo tendo gênio, terá outro gênio e não o gênio de Velásquez. Assim, os países sul-americanos querem ser ricos e prósperos como os Estados Unidos e pensam que conseguirão isso copiando artigos da constituição norte-americana. E como é muito da natureza humana imitar mais facilmente os vícios do que as virtudes, a imitação das práticas corruptas da administração americana é coisa muito natural. “Nos Estados Unidos, rouba-se muito”, pensa o empregado público sul-americano, “e, apesar disso, são um grande país; ora, porque também não será grande o meu país, apesar de eu roubar e dos meus colegas roubarem?” Esse raciocínio apresenta-se forçadamente à fragilidade do funcionário, a tentação fortalece-se e... o resto temos visto. Não há salteio à propriedade que não encontre escusa no fato de ser esse salteio muito comum nos Estados Unidos. Essa é a influência deletéria que os Estados Unidos exercem na América. Os vícios dos grandes corrompem os pequenos, e o mau exemplo dos poderosos é a perdição dos humildes.

A civilização norte-americana pode deslumbrar as naturezas inferiores que não passam da concepção materialística da vida. A civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral. O verdadeiro termômetro da civilização de um povo é o respeito que ele tem pela vida humana e pela liberdade.

Ora, os americanos têm pouco respeito pela vida humana. Não respeitam a vida de outrem e nem a própria. Herbert Spencer dizia aos americanos que eles cometem um erro fundamental no programa da vida, gastando-a com a febre, em que mutuamente se exaltam, e que dá lugar ao deperecimento precoce do animal homem, pela aparição das mais medonhas e frequentes formas de nevrose. A vida de outrem é coisa de pouca consideração nos Estados Unidos. Os tribunais regulares matam juridicamente com frequência, os assassinatos criminosos são vulgaríssimos e os linchamentos crescem em número todos os dias. Tudo

isso são formas acentuadas de desprezo pela vida humana. O linchamento é o assassinato coletivo, e o fato de a vítima ser, às vezes, criminosa em nada diminui, já pelos requintes frequentes de ferocidade, já pela irresponsabilidade do ajuntamento que resolve e executa a pretendida sentença. No Brasil, há uma pequena colônia americana; a parte dela estabelecida na zona cafeeira do sul veio, quase toda, ao findar a Guerra de Secessão e era composta de sulistas que, privados de ter escravos na sua pátria, emigravam para o país onde ainda lhes era permitido esse prazer. A população brasileira viu chegar esses novos hóspedes e viu os que se instalaram na agricultura excederem em ferocidade aos mais rudes e perversos atormentadores de escravos. Os americanos introduziam novas formas de tormentos e novos aparelhos de suplício. Como os ingleses transportam-se aos confins do mundo levando as suas pás de *cricket* e as suas redes de *lawn-tennis* e conservam o amor dos exercícios físicos, que é a força da sua raça, os americanos traziam, para usar nos escravos, azorragues aperfeiçoados e algemas *patent*, e trataram logo de propagar o linchamento. Nos vários casos de linchamentos de que temos notícia, há sempre um americano instigador e coparticipante. Esses casos têm sido raros até e circunscritos à zona de São Paulo onde há americanos. O exemplo é, porém, funestíssimo, o contágio, rápido, tanto mais quanto a impunidade é certa.

O espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade. O rábula de aldeia é, sem dúvida, um ente inferior, mas, em todo o caso, é superior como unidade social ao capanga e ao mandão. O período de desbravamento da terra, da derrubada das matas, do estabelecimento das primeiras culturas é, no interior e nas localidades novas, a idade do capanga; o escrivão, o promotor, o juiz, que vem depois, expelem e eliminam o capanga. É a lei que substitui a violência. O espírito americano infundido nas populações é antes favorável ao capanga do que à gente do foro; é o estrangeiro, cujo prestígio é sempre grande, é o homem de cabelo louro e de olhos azuis sempre acatado pelos nossos negroides, influenciando em favor da violên-

cia, nobilitando-a pela sua prepotência. O americano, mesclado com as camadas inferiores da população rural, não é um fator de progresso. Ele age sobre o meio e o meio reage sobre ele, havendo uma comunicação recíproca de defeitos que afoga as qualidades de ambos. Uma ou outra enxada aperfeiçoada que o americano traz, algum canivete de molas engenhoso, que ele introduz na ferramenta nacional, não são benefícios que compensem os males que ele nos faz.<sup>69</sup>

Já falamos do muito que contribuíram os Estados Unidos para a duração da escravatura no Brasil pela força danosa do seu exemplo e também por ter inspirado aos tímidos o receio de que a solução do problema no Brasil fosse a mesma tragédia da América do Norte. Não devemos, porém, esquecer que os americanos contribuíram muito para o tráfico africano no Brasil. O presidente Taylor, na sua mensagem de 4 de dezembro de 1849, dizia: “Não se pode negar que este tráfico é feito por navios construídos nos Estados Unidos pertencentes a americanos e tripulados e comandados por americanos.” E isso não nos deve causar maior admiração do que nos causa lermos, na mensagem presidencial de 1856, que “é indubitável que o tráfico africano encontra nos Estados Unidos muitos e poderosos sustentadores”. De entre as muitas provas da grande parte que os americanos do Brasil tomaram no tráfico, destacaremos o depoimento juramentado do capitão W. E. Anderson,

---

69 Poderíamos citar vários episódios de tentativa de colonização americana no Brasil, que mostram quão grande foi o seu insucesso. O sr. Quintino Bocaiuva escreveu em 1867 um folheto aconselhando a vinda dos chins para o Brasil. Em seguida à sua publicação, recebeu o sr. Bocaiuva uma comissão do governo imperial para ir buscar esses *colonos americanos* nos Estados Unidos. A comissão redundou em pura perda; o sr. Bocaiuva voltou trazendo bandos de desordeiros e assassinos que muito deram que fazer à polícia do Rio. *Vide* os jornais do tempo.

No relatório do sr. Saldanha Marinho, presidente de São Paulo (1868), lê-se: “Tendo mais de cem famílias americanas se estabelecido em terras que demoram nas proximidades do rio S. Lourenço, município de Iguape, e pretendendo-se a abertura de uma estrada que ligue tal colônia à cidade de Santos, a lei vigente do orçamento provincial autorizou o governo a auxiliar a abertura dessa via de comunicação com a quantia de cinco contos de réis. Esta quantia foi entregue, por ordem do meu antecessor, ao coronel norte-americano Bowen. Ignora-se qual o emprego que teve essa quantia.”

americano, depoimento prestado na legação americana do Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1851. Diz o capitão Anderson que, em 1843, fez o conhecimento de Joshua M. Clapp, cidadão americano, que “antes e depois daquela época ocupava-se em larga escala da compra e frete de navios americanos para o tráfico”. Refere-se ainda Anderson a um outro americano, Franck Smith, que também era negreiro. O ministro americano, no seu despacho remetendo esse depoimento, queixa-se muito de Clapp e de Smith como grandes negreiros que, diz o ministro, “desonram a bandeira dos Estados Unidos”. O depoimento de Anderson revela todos os ardis dos americanos do Rio na costa de África, as suas crueldades e os seus grandes lucros.<sup>70</sup>

Isso quanto à massa popular é o que temos observado no sul do Brasil, onde, em pontos isolados, houve, em tempos, pequenos núcleos de colonos americanos. No norte do Brasil, cremos que não há americanos senão como negociantes no litoral, além do clássico dentista, e talvez de um ou outro médico desgarrado. Nos sertões do norte, cremos que o americano é conhecido apenas sob a forma nômade de comprador de couros de cabra por conta dos negociantes da costa. Os Clapps e Smiths, negreiros de outro tempo, variam de profissão, mas conservam os mesmos instintos.

Na ordem intelectual, os benefícios da América do Norte em relação ao Brasil não são em nada especiais. O Brasil não tem beneficiado mais do que as outras nações do mundo, dos inventos americanos. Têm sido viajantes alemães, franceses, ingleses e dinamarqueses que têm escrito os melhores livros sobre o Brasil e melhor estudado a nossa natureza. Se excetuamos Hart, americano, cujas monografias são reveladoras de uma profundidade de observação notabilíssima, se excetuamos Orville Derby, cujos trabalhos são do mais alto valor e cujos serviços à ciência brasileira têm sido e hão de ser ainda inestimáveis, onde estão os escritores americanos que se têm ocupado de modo sério do nosso país? Os professores que aqui se apresentam têm sido de uma mediocridade

---

70 Esse curioso documento acha-se nos *U. S. Senate Docs.*, Congress 32, session I, 1851-1852, vol. 9, doc. nº 73, pág. 5.

desesperante, nada têm feito, nada têm criado. E poderíamos encher duas páginas com os nomes dos europeus que, pelo livro, pelo estudo, pela observação e pelo ensino, têm trabalhado no reconhecimento científico das nossas riquezas e elevado o nosso nível intelectual.

E dos viajantes americanos que têm escrito sobre o Brasil, quais têm sido simpáticos ao nosso país? Se não todos, a grande maioria deles fala de nós com injusto desfavor. Se europeus da estatura de Martius, Auguste Saint-Hilaire, Sir Richard Burton, Bates, Elisée Réclus e tantos outros nos são simpáticos, os americanos exprimem-se até com desprezo a nosso respeito. Numa narrativa de viagem, que é um documento oficial americano, isto é, a relação da expedição exploradora americana em 1838-1842,<sup>71</sup> somos vilipendiados por tal modo que uma revista americana censurou acrimosamente o governo de Washington por ter consentido, numa publicação nacional, expressões tão grosseiras e baixas contra um país estrangeiro.<sup>72</sup>

E o que diremos dos estudos que têm feito brasileiros nos Estados Unidos? Salvo algumas exceções, pode-se dizer que os formados nos Estados Unidos são, na concorrência brasileira, os que menos sabem e os que menos preparo têm. São engenheiros incapazes, médicos que, às vezes, nem ousam afrontar o exame de suficiência e muitos outros doutores em artigos de fantasia como agricultura, arquitetura, etc., e a quem faltam os rudimentos de toda e qualquer instrução geral. É verdade que, em certas famílias brasileiras, mandam-se para os Estados Unidos os incapazes, os reprovados nas escolas do Brasil, enfim os mesmos rapazes que, noutra época, iam para padres ou para soldados. Seja como for, a verdade é que os torna-viagens dos Estados Unidos, embora voltem um pouco desasnados, não vêm em geral trazer, ao concurso das atividades brasileiras, senão a sua perturbadora, ou, pelo menos, inútil e grande incompetência, agravada pela presunção. Isso provém de que, nos Estados Unidos, há universidades para todas as inteligências como

---

71 *Narrative of the U. S. Exploring Expedition during the years 1838-1842*, by Charles Wilkes, U. S. N.

72 *North-American Review*, vol. 61, pág. 57.

há hotéis para todas as bolsas. Há também gradações nos diplomas. Há para todas as capacidades e para todos os preços. E essa mocidade julga as coisas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê as nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, os feitos dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons *Water Closets*. Não tendo a ponderação que à raça saxônia dá a harmonia do seu desenvolvimento, estes nossos pobres luso-índio-negroides desequilibram-se de todo, no meio da febricitação americana.

E é muito real a ação perturbadora do nervosismo norte-americano nas organizações latinas. Temos conhecido muitos casos individuais bastante curiosos. Uma vez entrávamos em Nova York vindo de Panamá, e os passageiros sobre a tolda contemplavam o espetáculo grande e cheio de vida daquele porto imenso. Ouvíamos já o alarido dos carregadores e dos operários nas pontes de desembarque. Nos estaleiros, martelava-se infernalmente o ferro; no vapor havia um reboliço ruidoso das bagagens tiradas do porão, puxadas pelos guindastes.

Junto a mim estava um velho, não sei se da Nicarágua, da Guatemala ou de Honduras, mas certamente de um desses ilustres países que, mais civilizados do que o Brasil de então, gozavam já dos benefícios da forma republicana. O velho contemplava as três grandes cidades de Nova York na frente, de Brooklyn à direita e de Jersey à esquerda, que se espriavam cinzentas e esfumaçadas diante de nós. O velho, mestiço talvez de Asteca e de conquistador espanhol, olhava vagamente com instintos atávicos de presa e de salteio:

*Quién sabe?* Exclamou ele, quem sabe um dia nós, os da Nicarágua, não viremos a tomar Nova York?! – Centenares de vapores, grandes, pequenos, lentos como elefantes ou rápidos como cervos, cruzavam-se ao redor de nós, badalando as campanas de bronze e estrugindo no ar os seus silvos agudos e as notas roucas e longas de seus uivos de vapor. – Ninguém respondeu à profecia interrogativa do velho, e esse, sorrindo tristemente, disse: “Só com os assobios esta gente nos havia de enlouquecer.” (*Solo con los pitos nos volverían locos.*). Não queremos dizer

que os assobios das máquinas americanas enlouqueçam os brasileiros dos Estados Unidos; o que é certo, porém, é que não encontramos na vida da nacionalidade brasileira nenhum traço luminoso de um discípulo americano. Nem ao menos, por esse lado, temos coisa alguma que agradecer à república norte-americana.



## V

Devemos concluir de tudo quanto escrevemos:

Que não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação;

Que os pretendidos laços que se diz existirem entre o Brasil e a república americana são fictícios, pois não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura;

Que a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstra, por parte daquele país, benevolência alguma para conosco ou para com qualquer república latino-americana;

Que todas as vezes que tem o Brasil estado em contato com os Estados Unidos tem tido outras tantas ocasiões para se convencer de que a amizade americana (amizade unilateral e que, aliás, só nós apregoamos) é nula quando não é interesseira;

Que a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido perniciososa.

\* \* \*

Se a longa série de fatos que apresentamos, se as razões que expendemos não bastassem para chamar à verdade os espíritos ainda os mais rebeldes, bastaria citarmos a opinião do maior dos americanos, para dissipar as veleidades de afeto e os ingênuos sentimentalismos que nos querem impor a respeito dos Estados Unidos.

Não! Toda a tentativa para, em troca de qualquer serviço, colocar a pátria livre e autônoma em qualquer espécie de sujeição para com o estrangeiro é um ato de inépcia e é um crime.

George Washington, na sua mensagem de adeus, verdadeiro e sublime testamento, escreveu as seguintes palavras que a veneração americana tem conservado por meio das gerações:

“... Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência... Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra...”<sup>73</sup>

Que o conselho de Washington não sirva somente para os seus compatriotas... Os brasileiros devem aceitar a lição, e, sejam quais forem as fatalidades do momento, saibam eles repelir o estrangeiro que só conseguirá aviltar o país que aceitar os seus serviços.

\* \* \*

No recanto do solo brasileiro de onde escrevemos estas linhas, os meses de setembro e de outubro deste ano de 1893<sup>74</sup> não se distinguiram em coisa alguma dos outros anos. Estas semanas são as da primeira *carpa* das roças e do plantio do milho. Quanta filosofia inconsciente e prática, quanta sabedoria inata neste povo! E quanto sentimos que a civilização destruisse em nossa alma a serenidade desta gente!

Clama alto em nosso espírito a voz da experiência fria e implacável e, pessimista, ela nos diz: A colonização ibérica da América foi um insucesso, foi uma desgraça para a civilização do nosso planeta. Não chegam a ser nações os agrupamentos em que gânglios de populações mestiças, oriundas de todas as inferioridades humanas, querem por força fingir de povos... O amálgama artificial chamado Brasil está desfeito, apesar de duas ou três gerações terem chegado a viver e morrer na ilusão do artifício, que agora vai findar.

---

73 ... constantly keeping in view that it is folly in one nation to look for disinterested favours from another; that it must pay with a portion of its independence for whatever it may accept under that character. There can be no greater error than to expect or calculate upon real favours from nation to nation.

74 Os primeiros meses da revolta naval de 1893-1894.

Vemos, porém, o bloco imenso de uma rocha ferruginosa; ora decomposta, e que forma uma montanha de terra arroxada, como que embebida do sangue, ainda fresco, de hecatombes recentes. Aquela terra já existia há milhares de anos, antes de existir tudo quanto hoje existe e faz ruído. Ela existia antes do tempo em que o exército de César era contra a armada de Pompeu. Existirá ainda, quando, de outros ambiciosos, não restarem nem os nomes pouco ilustres.

*7 de novembro de 1893.*

## APÊNDICE

No dia 4 de dezembro de 1893, foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte, a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou na oficina e mandou juntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia. No mesmo dia, *A Platéia* publicava o seguinte:

“Um *interview* com o dr. Eduardo Prado.

“Como sabem os nossos leitores, apareceu à venda o novo livro do dr. Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, de cuja aparição nos ocupamos no último número desta folha.

“Todos os exemplares postos à venda no sábado foram vendidos. Soubemos nesse dia que a polícia proibiu a venda do livro.

“O nosso colega Gomes Cardim, por ir lendo num bonde a obra proibida, foi levado à polícia. O mesmo aconteceu com um cavalheiro, de cujas mãos, na Paulicéia, foi arrancado um exemplar por um polícia secreta.

“Um redator desta folha foi procurar o autor para ouvir da sua boca as suas impressões relativas ao sucesso do seu livro e o seu parecer sobre a proibição.

“O dr. Eduardo Prado recebeu muito graciosamente o nosso companheiro, e não pareceu dar muita importância nem ao livro nem à sua proibição.

“Eis, mais ou menos, o que ele nos disse:

“– Na minha infância, havia na rua de São Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta onde vinha pintado um leão que, raivoso, metia o dente

numa bota. Por baixo lia-se: Rasgar pode – descoser não. Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: Proibir podem – responder não.

“Quanto ao honrado chefe de polícia, penso que S. Ex<sup>a</sup> lisonjeou-me por extremo julgando a minha prosa capaz de derrotar instituições tão fortes e consolidadas como são as instituições republicanas no Brasil.

“Demais, S. Ex<sup>a</sup> pode dizer-se que, só por palpite, proibiu o livro. Saiu o volume às quatro horas, e às cinco foi proibido, antes da autoridade ter tempo de o ler.

“Confesso que a publicação foi um ato de ingenuidade da minha parte. Não quero dizer que confiei, e por isso digo antes que me estribei no art. 1º do Decreto nº 1.565, de 13 de outubro passado, regulando o estado de sítio. O vice-presidente da República e o senhor seu ministro do Interior disseram nesse artigo:

“Art. 1º É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina política.”

“E com suas assinaturas empenharam a sua palavra nessa garantia. Escrevo um livro sustentando a doutrina política de que o Brasil deve ser livre e autônomo perante o estrangeiro, e adoto o aforismo de Montesquieu, de que as repúblicas devem ter como fundamento a virtude.

“O governo é contrário a essas opiniões, e está no seu direito. Manda, porém, proibir o livro! Onde está a palavra do governo, dada solenemente num decreto, em que diz garantir a propaganda de qualquer doutrina política?

“A sabedoria popular diz: palavra de rei não volta atrás. – O povo terá de inventar outro provérbio para a palavra do vice-presidente da República.”

\* \* \*

O autor recebeu de todos os pontos do Brasil grande número de cartas pedindo-lhe um exemplar do livro proibido. Essas cartas vinham assinadas por nomes dos mais distintos do país, e a todos esses correspondentes peço desculpa por ter sido impossível, para mim, aceder aos seus pedidos. Mencionarei somente, para prova de que entre os republicanos brasileiros há alguns que não são inimigos da liberdade de

pensamento, uma carta do sr. Saldanha Marinho, em que esse patriarca do republicanismo, saudoso decerto das práticas liberais da monarquia e rebelde às ideias liberticidas de hoje, protestava contra a proibição deste trabalho. A todos e a cada um cabem os agradecimentos do autor.

---

N. B. Este trabalho, tal qual foi escrito para a primeira edição, foi redigido sem o autor ter os seus livros à mão, nem as suas notas. Na edição atual, todos os fatos citados são justificados com a citação das fontes oficiais ou dos autores que relatam os mesmos fatos.

Eduardo Paulo da Silva Prado (São Paulo, 27 de fevereiro de 1860 – São Paulo, 30 de agosto de 1901) foi um jornalista e escritor brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Formou-se em Direito na tradicional Faculdade de São Paulo.

Trabalhou como adido na delegação brasileira em Londres, durante o Império. Conheceu diversos países europeus e também o Egito. Dessas viagens, fazia observações meticolosas no livro *Viagens*, publicado em 1886.

Com a proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, passou a combater, em livros e jornais, os atos praticados pelo governo republicano. Eça Queirós, diretor da *Revista de Portugal*, abriu-lhe as páginas da publicação, para uma série de artigos, editados com o pseudônimo de Frederico de S. e que seriam reunidos em livro com o título de *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Colaborou, também, em *A Década Republicana*, obra em que colaboraram os mais destacados monarquistas brasileiros.

Também é um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de sócio correspondente.



BAIXE GRATUITAMENTE  
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

